



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO L - Nº 95

QUINTA-FEIRA, 8 DE JUNHO DE 1995

BRASÍLIA - DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1- ATA DA 82ª SESSÃO, EM 7 DE JUNHO DE 1995

- EXTRAORDINÁRIA -

1.1- ABERTURA

1.2- EXPEDIENTE

1.2.1- Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Encaminhando à revisão do Senado Federal autógrafos da seguinte matéria:

Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 1995 (nº 3/95, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o inciso XI e a alínea "a" do inciso XII do art. 21 da Constituição Federal.

1.3- ENCERRAMENTO

2- ATA DA 83ª SESSÃO, EM, 7 DE JUNHO DE 1995

2.1- ABERTURA

2.2- EXPEDIENTE

2.2.1- Mensagens do Senhor Presidente da República

- Nºs 200 e 201, de 1995 (nºs 603 e 604/95, na origem), restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados.

- Nº 202, de 1995 (nº 611/95, na origem), de 6 do corrente, comunicando o recebimento das Mensagens SF nºs 222 a 224, de 1995, que participavam a aprovação de escolha de embaixadores.

- Nº 203, de 1995 (nº 612/95, na origem), de 6 do corrente, comunicando o recebimento das Mensagens SF nºs 226 e 227, de 1995, que participavam a promulgação das Resoluções nºs 18 e 19, de 1995.

- Nº 204, de 1995 (nº 613/95, na origem), de 6 do corrente, comunicando o recebimento das Mensagens nºs SF 233 a 235, de 1995, que participavam a promulgação dos Decretos Legislativos nºs 82 a 84, de 1995.

2.2.2- Avisos de Ministros de Estado

- Nº 422/95, de 2 do corrente, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 538, de 1995, de informações, do Senador Antônio Carlos Valadares.

- Nº 254/95, de 5 do corrente, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento nº 551, de 1995, de informações, do Senador Mauro Miranda.

2.2.3- Ofício do Diretor-Geral

- S/Nº, de 19 de maio do corrente, do Diretor-Geral do Senado Federal, referente ao Requerimento nº 522, de 1995, do Senador Lúdio Coelho.

2.2.4- Pareceres

Referentes às seguintes matérias:

Projeto de Lei da Câmara nº 081, de 1993 (nº 4.876-C, de 1990, na Casa de origem), que inclui na interligação de bacias do Plano Nacional de Viação, nas bacias dos rios Paranaíba-Paraná, a interligação Itumbiara-Confluência dos rios Paranaíba-Grande.

Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1995, que altera a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos municípios de Pacaraima e Bonfim, no Estado de Roraima, e dá outras providências.

- Mensagem nº 194, de 1995, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Sr. Ari Pargendler, para o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

2.2.5- Leituras de projetos

- Projeto de Lei do Senado nº 181, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos, que dispõe sobre busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente alterando o art. 3º do Decreto-lei nº 911, de 1º de outubro de 1969.

- Projeto de Lei do Senado nº 182, de 1995, de autoria do Senador Odacir Soares, que altera o art. 14 da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, que dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências, para criar penalidade a ser aplicada em caso de greve declarada abusiva pela Justiça do Trabalho.

- Projeto de Lei do Senado nº 183, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 57, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos de Administração Pública e dá outras providências.

2.2.6- Requerimento

- Nº 876, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando a transcrição nos Anais do Senado Federal, da Mensagem de sua Excelência o Embaixador do Brasil em Portugal, Dr. Itamar Franco, às autoridades e ao povo de Portugal, ao desembarcar naquele país para assumir seu posto.

2.2.7- Comunicações da Presidência

- Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.016, de 02 de junho de 1995, que dispõe sobre o

EXPEDIENTE

Senado Federal

ALEXANDRE DE PAULA DUPEYRAT MARTINS
Diretor-Geral do Senado Federal

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo do Cegraf

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

Assinatura (Semestral) Seção I ou II s/ o porte ..R\$ 31,00
Porte do Correio (Semestral)R\$ 60,00

Assinatura (Semestral) Seção I ou II c/porte 91,00 (cada)

Valor do número avulso R\$ 0,30

pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

– Recebimento dos Ofícios n°s 540, 542, 543, 545 e 547/94, de 1° do corrente, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando que aquela Corte deferiu, em parte, por maioria de votos, os Mandados de Injunção n°s 430-7/400, 469-2/400, 476-5/400, 479-0/400, 457-9/400, para reconhecer a mora do Congresso Nacional na regulamentação do § 3° do art. 192 da Constituição Federal, que estipula juros reais de no máximo 12% ao ano, devendo a matéria ser encaminhada à Câmara dos Deputados, onde tramita o Projeto de Lei do Senado n° 27/91-Complementar, aprovado pelo Senado, que regula o dispositivo citado.

– Abertura de prazo de cinco sessões ordinárias, para recebimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara n° 081, de 1993 (n° 4.876-C, de 1990, na origem), cujo parecer foi lido anteriormente.

– Recebimento do Ofício n° S/34, de 1995 (n° 1.317/95, na origem), do Banco Central do Brasil, encaminhando, nos termos da Resolução n° 11, de 1994, do Senado Federal, solicitação da Prefeitura Municipal de São Paulo para que possa emitir Letras Financeiras, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária do Município, vencível no 2° semestre de 1995.

2.2.8 – Ofícios

N° 206/95, da Liderança do PMDB no Senado Federal, referente à indicação de membros titulares e suplentes que integram a Comissão Temporária interna, criada através do Requerimento n° 470/95, destinada a analisar a programação de rádio e TV, no País.

S/N° da Liderança do PPR no Senado Federal, referente à substituição de membros na Comissão Mista de Plano, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

– N°s 188 e 189, 193 e 194, de 1995, da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, referente à substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar e dar parecer às Medidas Provisórias n°s 1.000, 1.004, de 19 de maio de 1995 e n°s 1013 e 1009, de 26 de maio de 1995.

2.2.9 – Discursos do Expediente

SENADOR JOSÉ ALVES – Críticas à política de juros altos do governo.

SENADOR JONAS PINHEIRO – Necessidade de investimento no setor cacauzeiro no Norte de Mato Grosso.

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Encontro dos representantes do Centro-Oeste com vistas ao desenvolvimento econômico da região.

SENADOR NABOR JÚNIOR – Esforço do Congresso Nacional para melhorar sua imagem. Relatório dos trabalhos da reunião dos parlamentares que discutiram assuntos da Amazônia legal.

SENADOR NEY SUASSUNA – Análise dos trâmites das medidas provisórias no Congresso. Necessidade da aprovação da medida provisória que dispõe sobre mensalidades escolares.

SENADORA BENEDITA DA SILVA – Votação, na Câmara dos Deputados, da quebra do monopólio do petróleo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Discussão da quebra do monopólio da Petrobrás.

SENADOR EDISON LOBÃO – Observações ao pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES – Repúdio às manifestações desordeiras realizadas pela CUT na Câmara dos Deputados, hoje, face a expectativa da apreciação da emenda da quebra do monopólio da Petrobrás.

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Justificando a posição da Liderança do PT no episódio da Câmara dos Deputados, nesta tarde, com relação à CUT.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES – Repúdio às manifestações da CUT na Câmara dos Deputados.

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Apoio às palavras do Senador Eduardo Suplicy, contrariando a posição do Senador Antônio Carlos Magalhães nos distúrbios ocorridos na Câmara dos Deputados.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES – Resposta ao pronunciamento do Senador Ademir Andrade.

– **SENADOR JADER BARBALHO**, com Líder – Vivência da liberdade democrática no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, mantendo o nível elevado dos debates parlamentares, referindo-se ao episódio entre os Senhores Antônio Carlos Magalhães e Ademir Andrade.

SENADOR BERNARDO CABRAL com Líder – Tensão nos debates parlamentares a respeito dos incidentes na Câmara dos Deputados. Solicitando da Presidência a retirada de expressões des-cortes e insultuosas nos discursos pronunciados na presente sessão.

SENADOR HUGO NAPOLEÃO, como Líder – Repúdio ao episódio de desordem no Congresso Nacional, hoje.

SR. PRESIDENTE – Providências tomadas para manter a ordem e a integridade do Congresso Nacional.

2.2.10 – Requerimentos

– N° 877, de 1995, de autoria do Senador José Bianco, solicitando ao Ministério da Fazenda informações que menciona.

– N° 878, de 1995, de autoria do Senador Humberto Lucena, solicitando ao Ministro da Fazenda informações que menciona.

– Nº 879, de 1995, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, solicitando ao Ministro da Fazenda informações que menciona.

2.2.11 – Ofício

– Nº 37/95, da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando a aprovação, em reunião realizada em 06 de maio de 1995, do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1995, que altera a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos municípios de Pacaraima e Bonfim, no Estado de Roraima, e dá outras providências.

2.2.12 – Comunicações da Presidência

– Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1995, seja apreciado pelo Plenário.

– Recebimento da Mensagem nº 205, de 1995 (nº 607/95, na origem), de 6 do corrente, pela qual o Presidente da República informa a esta Casa sobre a visita de Estado que realizou aos Estados Unidos da América, no período de 18 a 22 de abril do corrente ano, a convite do Presidente Bill Clinton.

2.3 – ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1995 (nº 396/94, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Nossa Senhora Das Dores para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na Cidade de Limeira, Estado de São Paulo. **Aprovado.** a Comissão Diretora para redação final.

– Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1995. **Aprovada. À promulgação.**

Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1994 (nº 2.581/92, na Casa de origem), que revoga artigos do Título V da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT que tratam da organização sindical. **Votação adiada** para o dia 03 de agosto de 1995, nos termos do Requerimento nº 880, de 1995, subscrito pelo Senador José Agripino.

2.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADORA EMÍLIA FERNANDES – Manifestos favoráveis e contrários ao substitutivo do ex-Senador Cid Sabóia de Carvalho ao projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

SENADOR ROMEU TUMA – Justificando o desligamento de S. Ex.^a do Partido Liberal (PL).

SENADORES PEDRO PIVA, GILBERTO MIRANDA, e HUGO NAPOLEÃO, como Líderes – Solidariedade ao Senador Romeu Tuma pelo seu desligamento do Partido Liberal.

SENADOR CARLOS BEZERRA – Audiência da Bancada do Centro-Oeste com o Presidente da República.

SENADOR LAURO CAMPOS – Transtornos para a economia brasileira, decorrente do capital oriundos de outros países. Crise de descrédito do atual governo.

SENADOR JÚLIO CAMPOS – Consequências danosas a diversos setores da economia, decorrente das elevadas taxas de juros.

SENADOR ERNANDES AMORIM – Consolidando denúncia contra o Governador Waldir Raupp, do Estado de Rondônia, na polémica envolvendo os limites territoriais daquele Estado.

SENADOR MAURO MIRANDA – Divulgação das Resoluções nºs 178 e 179 de 28.-4.95, que aprovam os Programas Pró-Moradia e Pró-Saneamento, pelo Conselho Curador do FGTS.

– **SENADOR ODACIR SOARES** – Reunião da Bancada parlamentar da Amazônia legal em Porto Velho, transcorrida nos dias 3 e 4 do corrente.

– **SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO** – Garantia do Presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a conclusão da Aduana do Agreste, no sertão alagoano.

2.3.2 – Comunicações da Presidência

– Designação do Senador José Alves para representar o Senado Federal no Congresso Regional de Prefeitos (Nordeste do Brasil), a realizar-se nos próximos dias 8, 9 e 10 de junho, em Aracaju – Sergipe.

– Arquivamento definitivo do Projeto de Lei da Câmara nº 225, de 1993 (nº 429/91, na Casa de origem), em virtude do término do prazo, sem que tenha sido interposto recurso regimental.

– Término do prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1992 (nº 4.556/89, na Casa de origem), tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 1992; e com os Projetos de Lei do Senado nº 344, de 1991, e 19, de 1995, sendo que ao mesmo não foram oferecidas emendas.

2.3.3 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – RETIFICAÇÃO

Ata da 79ª Sessão, realizada em 6-6-95, publicada no DCN, Seção II, de 7-6-95.

4 – ATOS DO PRESIDENTE

– Nºs 287 a 292, de 1995

5 – MESA DIRETORA

6 – CORREGEDOR E CORREGEDORES SUBSTITUTOS

7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 82ª Sessão, em 7 de junho de 1995

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

– EXTRAORDINÁRIA –

Presidência do Sr. José Sarney

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Antônio Carlos Valadares – Antonio Carlos Magalhães – Artur da Távola – Bello Parga – Benedita da Silva – Bernardo Cabral – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Coutinho Jorge – Darcy Ribeiro – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Elcio Alvares – Emília Fernandes – Epitácio Cafeteira – Ernandes Amorim – Espiridião Amin – Fernando Bezerra – Flaviano Melo – Francelino Pereira – Freitas Neto – Ge-

raldo Melo – Gilberto Miranda – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Abreu Bianco – José Agripino – José Alves – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Ignácio Ferreira – José Roberto Arruda – José Sarney – Júlio Campos – Júnia Marise – Lauro Campos – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúcio Coelho – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suas-

suná – Odacir Soares – Osmar Dias – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Roberto Freire – Roberto Requiao – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo – Wilson Kleinübing – Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A lista de presença acusa o comparecimento de 71 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) –

Esta sessão extraordinária destina-se a receber emenda constitucional de iniciativa do Senhor Presidente da República votada pela Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Levy Dias.

É lido o seguinte:

SGM-P/299/95

Brasília, 6 de junho de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa Proposta de Emenda Constitucional, que "altera o inciso XI e a alínea a do inciso XII do art. 21 da Constituição Federal", aprovada pela Câmara dos Deputados nos termos do art. 60, § 2º, da Constituição Federal.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado Luís Eduardo, Presidente da Câmara dos Deputados.

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO

Nº 36, DE 1995

(Nº 3/95, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60, § 3º, da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional.

Altera o inciso XI e a alínea a do inciso XII do art. 21 da Constituição Federal.

Art. 1º O inciso XI e a alínea a do inciso XII do art. 21 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21. Compete à União:

.....
.....
XI – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;

XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

.....
.....
Art. 2º É vedada a adoção de medida provisória para regulamentar o disposto no inciso XI do art. 21, com a redação dada por esta emenda constitucional.

Câmara dos Deputados, 6 de junho de 1995.

MENSAGEM Nº 191

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 60, inciso II, da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhada de Exposição de Motivos dos Senhores Ministros de Estado da Justiça, do Planejamento e Orçamento da Fazenda, da Previdência e Assistência Social, da Administração Federal e Reforma do Estado e das Comunicações, proposta de emenda constitucional que "Altera o inciso XI do art. 21 da Constituição Federal". Brasília, 16 de fevereiro de 1995. – Fernando Henrique Cardoso.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 38, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1995, DOS SENHORES MINISTROS DE ESTADO DA JUSTIÇA, DA FAZENDA, DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO E DAS COMUNICAÇÕES:

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Em obediência às diretrizes formuladas por Vossa Excelência com o objetivo de propor ao Congresso Nacional o aperfeiçoamento do texto constitucional, encaminhados a presente Emenda à Constituição Federal, que integra o conjunto de alterações necessárias à viabilização da retomada do desenvolvimento econômico e social do País.

2. Telecomunicações e desenvolvimento econômico e social são conceitos inseparáveis. O Brasil não alcançará um seu pleno conhecimento o outro. Não haverá democracia, em seu sentido pleno, se o Estado não assegurar ao cidadão o direito à comunicação, a começar do simples aparelho de telefone que permita a ele pedir socorro médico ou acionar outros serviços, esteja onde estiver. Da mesma forma, o País não poderá prescindir de um moderno e eficiente sistema de telecomunicações, integrado por satélites, cabos de fibra ótica, fotônica e infovias, que constituem instrumento fundamental do novo paradigma tecnológico da economia mundial.

3. Depois de uma década de importantes avanços em telecomunicações, financiados pelo Estado, o País conheceu, na década passada, um período de forte declínio dos recursos públicos dirigidos ao setor. Existe hoje uma grande demanda reprimida, tanto por serviços convencionais de telefonia como pelas novas tecnologias. Embora tenha sido o primeiro país da América Latina a lançar satélite próprio, criar centro de pesquisa do nível do CPqD e desenvolver tecnologias de ponta como a fibra ótica, o Brasil convive hoje com o congestionamento das linhas telefônicas e reduzida densidade de terminais telefônicos, inferior à da Argentina, Chile, Venezuela e Uruguai. A isto acrescenta-se o atraso na implantação de tecnologias novas e fundamentais como os referidos cabos óticos. Somente na telefonia convencional, há uma demanda não atendida de 8 milhões de terminais.

4. Exaurido em sua capacidade de financiamento, principalmente diante das novas tecnologias e da crescente demanda de serviços por elas geradas, o Estado não tem como arcar sozinho com todas as necessidades de investimento. Neste contexto, impõe-se a abertura de espaço para a parceria com a iniciativa privada, o que só poderá ser feito com a eliminação da exigência constitucional do controle estatal para a exploração dos serviços telefônicos, telegráficos e de comunicações de dados e demais serviços de telecomunicações. Note-se que a proposta em tela possibilita a entrada do capital privado nas atividades de telecomunicações do País, mantendo, entretanto, o regime de concessão da União, que garante o controle do Estado sobre o setor.

5. Longe de ser um fim em si mesma, a flexibilização pretendida é parte de um projeto de redesenho institucional do setor de telecomunicações, onde ao Estado será permitido reduzir seus custos de expansão e operação dos serviços, ao mesmo tempo em que retomará, com mais força e objetividade, seu papel de poder concedente, regulamentar e fiscalizador.

6. Neste novo desenho, a Telebrás reassumirá suas funções de "holding" do sistema estatal, coordenando as operadoras e a Embratel, empresa que, por sua vez, manterá seu estratégico mercado sob domínio do Estado. Em direção oposta ao discurso corporativista, o modelo sugerido tem por objetivo atender às demandas da sociedade, gerar bem-estar e colaborar com o programa de justiça social do governo. A Emenda Constitucional proposta repete o caminho seguido pelos países desenvolvidos, como Itália, Inglaterra, Canadá e Estados Unidos, e por outros em fase de desenvolvimento, como a China, o Chile e a Argentina.

7. O caminho natural, pois, para se atingir um desenvolvimento econômico e social deságua, forçosamente, na modificação do texto constitucional, flexibilizando a restrição que hoje se impõe à União, de exclusiva exploração dos serviços públicos de telecomunicações, por empresas sob controle acionário estatal, sem despir-se o Estado de rígido poder regulador, fiscalizador e de controle.

8. *Julgamos, Senhor Presidente, que a alteração proposta irá ao encontro da necessidade de estimular o aumento dos investimentos no setor de telecomunicações, imprescindível à construção de uma economia mais moderna e competitiva.*

Respeitosamente, – **Reinhold Stephanes**, Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social – **Nelson A. Jobim**, Ministro de Estado da Justiça – **Luís Carlos Bresser Pereira**, Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma – **Sérgio Roberto Vieira da Motta**, Ministro de Estado das Comunicações – **Pedro Malan**, Ministro de Estado da Fazenda – **José Serra**, Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Altera o inciso XI do art. 21 da Constituição Federal.

Art. 1º É suprimida a expressão "a empresas sob controle acionário estatal" no art. 21, inciso XI, da Constituição, passando o dispositivo a ter a seguinte redação:

"Art. 21

XI – explorar, diretamente ou mediante concessão, os serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços públicos de telecomunicações, assegurada a prestação de serviços de informações por entidades de direito privado através da rede pública de telecomunicações explorada pela União."

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

LEGISLAÇÃO CITADA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO III Da Organização do Estado

CAPÍTULO II Da União

Art. 21. Compete a União:

I – manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais;

II – declarar a guerra e celebrar a paz;

III – assegurar a defesa nacional;

IV – permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente;

V – decretar o estado de sítio, o estado de defesa e a intervenção federal;

VI – autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico;

VII – emitir moeda;

VIII – administrar as reservas cambiais do país e fiscalizar as operações de natureza financeira, especialmente as de crédito, câmbio e capitalização, bem como as de seguros e de previdência privada;

IX – elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;

X – manter o serviço postal e o correio aéreo nacional;

XI – explorar, diretamente ou mediante concessão a empresas sob controle acionado estatal, os serviços telefônicos, telegráficos, de transmissão de dados e demais serviços públicos de telecomunicações, assegurada a prestação de serviços de informações por entidades de direito privado através da rede pública de telecomunicações explorada pela União;

XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

a) os serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens e demais serviços de telecomunicações;

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A matéria irá à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na forma regimental.

Pergunto se algum dos Srs. Senadores deseja usar da palavra. (Pausa)

Não havendo oradores e cumprida a finalidade da presente sessão, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11h12min.)

Ata da 83ª Sessão, em 7 de junho de 1995

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Teotônio Vilela Filho, Júlio Campos

Levy Dias, Ney Suassuna, Jefferson Peres e Francelino Pereira

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES
OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Antônio Carlos Valadares – Antonio Carlos Magalhães – Artur da Távola – Bello Parga – Benedita da Silva – Bernardo Cabral – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Coutinho Jorge – Darcy Ribeiro – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Elcio Alvares – Emília Fernandes – Epitácio Cafeteira – Ernandes Amorim – Espiridão Amin – Fernando Bezerra – Flaviano Melo – Francelino Pereira – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gilberto Miranda – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Bianco – José Agripino – José Alves – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Ignácio Ferreira – José Roberto Arruda – José Sarney – Júlio Campos – Júnia Marise – Lauro Campos – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúcio Coelho – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Odacir Soares – Osmar Dias – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Roberto Freire – Roberto Requião – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo – Vilson Kleinübing – Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – A lista de presença acusa o comparecimento de 71 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício Senador Nabor Júnior procederá à leitura do Expediente

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados:

Nº 200, de 1995 (nº 603/95, na origem) de 6 do corrente, referente ao Projeto de Lei nº 6, de 1995-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial até o limite de R\$40.772.700,00, e crédito suplementar no valor de R\$5.000.000,00, para os fins que especifica sancionado e transformado na Lei nº 9.056, de 6 de junho de 1995; e

Nº 201, de 1995 (nº 604/95, na origem), de 6 do corrente, referente ao Projeto de Lei nº 9, de 1995-CN, que dá nova redação ao caput do art. 29, e ao seu § 4º, da Lei nº 8.931, de 22 de setembro de 1994, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária manual de 1995, e dá outras providências, sancionada e transformado na Lei nº 9.057, de 6 de junho de 1995.

Nº 202, de 1995 (nº 611/95, na origem), de 6 do corrente, comunicando o recebimento das mensagens SF nºs 222 a 224, de 1995, que participavam a aprovação de escolha de embaixadores;

Nº 203, de 1995 (nº 612/95, na origem), de 6 do corrente, comunicando o recebimento das Mensagens SF nºs 226 e 227, de

1995, que participavam a promulgação das Resoluções nºs 18 e 19, de 1995; e

Nº 204, de 1995 (nº 613/95, na origem), de 6 do corrente, comunicando o recebimento das Mensagens nºs SF 233 a 235, de 1995, que participavam a promulgação dos Decretos Legislativos nºs 82 a 84, de 1995.

AVISOS

DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 422/95, de 2 do corrente, do Ministro da Fazenda, referente ao Requerimento de Informações nº 538, de 1995, do Senador Antônio Carlos Valadares.

Nº 254/95, de 5 do corrente, do Ministro de Minas e Energia, referente ao Requerimento de Informações nº 551, de 1995, do Senador Mauro Miranda.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

OFÍCIO DO DIRETOR-GERAL

S/Nº de 19 de maio do corrente, do Diretor-Geral do Senado Federal, referente ao Requerimento nº 522, de 1995, do Senador Lúcio Coelho.

Os esclarecimentos foram encaminhados, em cópia, ao requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

PARECERES

PARECER Nº 373, DE 1995

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1993 (nº 4.876-C, de 1990, na origem), que "inclui na interligação de bacias do Plano Nacional de Viação, nas bacias dos rios Paranaíba-Paraná, a interligação Itumbiara-Confluência dos rios Paranaíba-Grande."

Relator: Senador Onofre Quinan

I – Relatório

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto em destaque, oriundo da Câmara dos Deputados, que intenta incluir no Plano Nacional de Viação a interligação hidroviária Itumbiara-Confluência dos rios Paranaíba-Grande. Na Casa de origem, a Proposição recebeu sucessivos pareceres favoráveis da Comissão de Viação e Transportes, Desenvolvimento Urbano e Interior, quanto ao mérito, e da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, no que respeita à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa.

A Proposição sob exame pretende beneficiar, com a hidrovia proposta, a região sul do Estado de Goiás, de destacada importância como pólo de desenvolvimento agrícola e industrial. Em favor da proposta, argumenta-se que a inclusão dessa via navegável no Plano Nacional de Viação permitirá a interligação de importantes regiões produtoras às bacias dos rios Paranaíba-Paraná, resul-

tando em significativa redução dos custos de transporte atualmente praticados.

Importa notar que o Plano Nacional de Viação já contempla, na bacia do rio Paraná e com extensão de 808 quilômetros, o trecho Foz-Iguaçu-Confluência dos rios Paranaíba-Grande, que a Proposição pretende estender, pelo rio Paranaíba, até a cidade de Itumbiara, com passagens por Cachoeira Dourada e São Simão.

Ainda em defesa do Projeto, destaca-se sua pertinência com os objetivos do Plano Nacional de Viação no sentido de estabelecer a "infra-estrutura de um sistema viário integrado e se constituir em base para planos globais de transporte que atendam, pelo menor custo, às necessidades do País". Não seria outra a consequência da efetiva implantação do Projeto, ao permitir a fluência adequada nas condições de navegabilidade dos rios beneficiados, assegurando, inclusive, a interligação hidroviária do Estado de Goiás com os Estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná.

A Proposição, entretanto, a despeito de não ter seu mérito comprometido, incorre em vício de origem, mantido até a redação final, quanto ao número da Lei aditada – registrado como 5.197 ao invés de 5.917, como caberia.

De igual modo, outro equívoco é observado no texto remetido ao Senado Federal. O vocábulo "interligação" foi incorretamente grafado como "iterligação" no art. 1º do Projeto.

Ambas as incorreções podem ser sanadas por meio de Emenda de redação.

II – Voto do Relator

A inexplicável ociosidade do farto sistema hidroviário brasileiro demanda urgente reversão. Dispondo de cerca de 40 mil quilômetros de vias navegáveis, o Brasil transporta por rios, lagos e canais apenas 1% total das cargas movimentadas no País. Nos Estados Unidos por exemplo, onde se dispõe de rede hidroviária de extensão similar à nossa, a geração anual de transporte nessa modalidade é da ordem de 590 bilhões de toneladas por quilômetros, cerca de 130 vezes superior aos 4,5 bilhões de toneladas transportadas no Brasil em 1986, ano de nosso melhor desempenho.

O resultado dessa ociosidade tem sido a sobrecarga das rodovias nacionais e a consequente redução das condições de segurança e economia no transporte da produção agrícola e industrial. O transporte hidroviário interior, de enormes vantagens potenciais em colejo com outras modalidades – pois comumente exige menores custos de implantação e manutenção – carece de inadiável estímulo por parte da Administração Pública.

O conteúdo da Proposição em causa, portanto, ao buscar o incremento da utilização de hidrovia já grandemente responsável pelo escoamento dos grãos agrícolas produzidos na região contemplada, guarda estrita consonância com os objetivos do Plano Nacional de Viação, a que pretende aditar-se.

Assim, por reconhecemos o caráter amplamente meritório do Projeto, manifestamo-nos pela sua aprovação, com a seguinte

EMENDA Nº 1 – CI

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

Art. 1º Fica incluída na interligação de Bacias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, a interligação abaixo:

Interligação	Trecho a ser tomado navegável
Paranaíba-Paraná	Davinópolis – Catalão – Itumbiara – Cachoeira Dourada – São Simão – Confluência dos rios Paranaíba – Grande

Sala das Comissões, 30 de maio de 1995. – Ney Suassuna – Presidente – Onofre Quinan, Relator – Carlos Patrocínio – Jonas Pinheiro – Mauro Miranda – Gerson Camata – Emília Fernandes – Romero Juca – Romeu Tuma – José Agripino – Leomar Quintanilha – Vilson Klejnung – Freitas Neto – Fernando Bezerra.

PARECER Nº 374, DE 1995

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o PLS nº 51, de 1995, de iniciativa da Senadora Marluce Pinto, que "altera a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991".

Relator: Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

I – Relatório

É submetido à apreciação desta Comissão de Assuntos Econômicos, o PLS nº 51, de 1995, de iniciativa da Senadora Marluce Pinto, que "altera a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991."

O art. 1º do referido projeto modifica os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991. A nova redação dada ao art. 1º da referida lei altera, tão somente, a focalização de uma das áreas de livre comércio anteriormente prevista, ou seja, o Município de Pacaraima é substituído pelo Município de Boa Vista.

A nova redação dada ao art. 2º exclui a limitação de área de vinte quilômetros quadrados, transferindo para o Poder Executivo a atribuição, não só de demarcar as áreas, como também de delimitá-las.

Em decorrência, todas as referências à Área de Livre Comércio de Pacaraima contida na Lei nº 8.256/91 são alteradas para Área de Livre Comércio de Boa Vista (ALCBV).

Ao Projeto não foram apresentadas emendas no prazo regimental. É o relatório.

II – Voto do relator

A criação de Áreas de Livre Comércio nos Municípios de Bonfim e Boa Vista foram propostas, no passado, pelo Governo do então Território de Roraima, com o objetivo principal de gerar atividades econômicas que proporcionassem algum desenvolvimento.

Apesar de terem sido propostas em 1990, e transformadas na Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, até hoje não foram implementadas, atingindo, em decorrência, objetivos contrários para os quais foram criadas.

O questionamento da área indígena de Pacaraima tem sido um dos principais entraves à implantação dessas áreas. De acordo com o § 4º do art. 231 da Constituição Federal, as terras indígenas são inalienáveis e indispensáveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. Ainda em conformidade com o disposto no mesmo art. 231, em seu § 5º, é vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponham em risco sua população.

Na época em que foi discutido e aprovado o projeto que deu origem a lei, parece ter passado despercebido, pelo Congresso, esse problema, que já era concreto, apesar de o Deputado Antônio Carlos Mendes Thame ter chamado a atenção para esse fato em seu discurso proferido no Plenário da Câmara dos Deputados em 8 de novembro de 1991. De fato, o Decreto nº 312, que demarcou a Terra indígena de São Marcos, data de 29 de outubro de 1991, portanto quase um mês antes ao da publicação da Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991. Além disso, Pacaraima é denominação de uma vila, e não de um município.

Dessa forma, parece consensual a substituição, na referida Lei, da expressão: Área de Livre Comércio de Pacaraima – ALCP,

por: Área de Livre Comércio de Boa Vista – ALCBV, como proposto do projeto em análise.

Acreditamos que com essa modificação, permitiremos que a área seja finalmente implantada, uma vez que, nas proximidades da Capital Boa Vista existe a infra-estrutura necessária para o seu imediato funcionamento, bem como o Projeto de Distrito Industrial.

Analisando outros aspectos do projeto foi-nos sugerido pelo Senador Romero Jucá outras duas modificações que consideramos oportunas. Em primeiro lugar, o art. 14 dessa Lei limita os benefícios e isenções dela decorrentes ao prazo de vinte e cinco anos, dos quais, quase quatro já estão perdidos, tendo em vista o prazo necessário para sua implantação e o fato de a lei vigorar desde 1991.

Assim, somos favoráveis ao restabelecimento da vigência desses benefícios e isenções através da inclusão de um parágrafo único ao art. 14 estabelecendo o início da contagem desse prazo somente a partir da data da publicação do Decreto Presidencial que regulamentar e instalar as referidas áreas.

Em segundo lugar, na modificação proposta pela nobre Senadora Marluce Pinto, não está referenciada a área a ser demarcada pelo Governo Federal como espaço de Livre Comércio, tarefa transferida para o Poder Executivo.

Neste caso, somos favoráveis à alteração da redação do art. 2º da Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, objeto de alteração no art. 1º do PLS nº 51, de 1995, da nobre Senadora Marluce Pinto, fixando as áreas de 250 km² e 50 km², respectivamente, para a instalação das Áreas de Livre Comércio de Boa Vista – ALCBV e Bonfim – ALCB.

Diante da indiscutível relevância e necessidade de aprovação dessa matéria, manifestamo-nos favoravelmente a que se aprove o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1995, acatando as sugestões do Senador Romero Jucá como as seguintes emendas de relator:

EMENDA Nº 01-CAE

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do PLS nº 51, de 1995:

"Art. 1º Os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, passam a vigorar, respectivamente, com a seguinte redação:

Art. 1º(mantida a redação do PLS nº 51/95)

Art. 2º O Poder Executivo fará demarcar as áreas contínuas com a superfície de 250 Km² e 50 Km², respectivamente, envolvendo os perímetros urbanos dos municípios de Boa Vista e Bonfim, onde serão instaladas as Áreas de Livre Comércio de Boa Vista – ALCBV e Bonfim – ALCB, incluindo locais próprios para entrepostamento de mercadoria a serem nacionalizadas ou reexportadas.

Parágrafo único.(mantida a redação do PLS nº 51/95)"

EMENDA Nº 02-CAE

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

Art. O art. 14 da Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, passa a vigorar acrescentado o seguinte parágrafo único:

"Art. 14.

Parágrafo único. O prazo de que trata o caput deste artigo contar-se-á a partir da data da publicação do Decreto Presidencial que regulamentar e instalar as referidas áreas."

Sala das Comissões, 6 de junho de 1995. – Pedro Piva, Presidente em exercício – Eduardo Suplicy, Relator – Marluce Pinto (sem voto) – Osmar Dias – Bello Parga – Jefferson Peres – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Francelino Pereira –

Geraldo Melo – Joel de Hollanda – Lúcio Alcântara – Sérgio Machado – João Rocha.

TEXTO FINAL OFERECIDO

AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51 DE 1995

Altera a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, que "Cria áreas de livre comércio nos municípios de Paracaima e Bonfim, no Estado de Roraima, e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 1º e 2º e 14 da Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, passam a vigorar, respectivamente, com a seguinte redação:

"Art. 1º São criadas nos Municípios de Boa Vista e Bonfim, Estado de Roraima, áreas de livre comércio de importação e exportação, sob regime fiscal especial, estabelecidas com a finalidade de promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças do extremo norte daquele Estado e com o objetivo de incrementar as relações bilaterais com países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana."

Art. 2º O Poder Executivo fará demarcar as áreas contínuas com a superfície de 250 Km² e 50 km², respectivamente, envolvendo os perímetros urbanos dos municípios de Boa Vista e Bonfim, onde serão instaladas as Áreas de Livre Comércio de Boa Vista – ALCBV e Bonfim – ALCB, incluindo locais próprios para entrepostamento de mercadoria a serem nacionalizadas ou reexportadas.

Parágrafo único. Consideram-se integrantes das áreas de livre comércio de Boa Vista (ALCBV) e Bonfim (ALCB) todas as suas superfícies territoriais, observadas as disposições dos tratados e convenções internacionais.

"Art. 14.

Parágrafo único. O prazo de que trata o caput deste artigo contar-se-á a partir da data da publicação do Decreto Presidencial que regulamentar e instalar as referidas áreas."

Art. 2º Em decorrência das alterações estabelecidas no artigo anterior, as referências à "área de livre comércio de Pacaraima (ALCP)" constantes nos demais artigos da Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, são substituídas pela expressão "área de livre comércio de Boa Vista (ALCBV)".

Art. 3º O Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Lei, fará republicar a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, com as modificações introduzidas pelo presente diploma legal.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 6 de junho de 1995. – Pedro Piva, Presidente.

PARECER Nº 375, DE 1995

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 194, de 1995, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. Ari Pargendler para o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 7-6-95, apreciando o relatório apresentado pelo Sr. Senador Pedro Simon (em anexo ao parecer), sobre a

Mensagem nº 194, de 1995, do Senhor Presidente da República, opina pela Aprovação da escolha do Senhor Ari Pargendler para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

Sala das Comissões, 7 de junho de 1995. – **Iris Rezende**, Presidente – **Pedro Simon**, Relator – **José Fogaça** – **Edison Lobão** – **Ronaldo Cunha Lima** – **Ney Suassuna** – **Elcio Álvares** – **Bernardo Cabral** – **Lauro Campos** – **Francelino Pereira** – **Lúcio Alcântara** – **Ademir Andrade** – **José Ignácio** – **Jefferson Peres** – **Ramez Tebet**.

Relatório

Relator: Senador Pedro Simon

Sob Mensagem nº 574/95, o Senhor Presidente da República submete à aprovação dos membros do Senado, nos termos do Parágrafo único do art. 104 da Constituição, o nome do Doutor Ari Pargendler para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga reservada a juizes dos Tribunais Regionais Federais, decorrente da aposentadoria do Ministro Francisco Dias Trindade. Atualmente, o Doutor Ari Pargendler ocupa o cargo de Juiz do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com sede em Porto Alegre-RS, o seu curriculum vitae veio anexado à presente Mensagem.

A Mensagem veio a esta Comissão, por força do art. 101, item II, nº 9, do Regimento Interno do Senado Federal, que determina que cabe a CCJ emitir parecer, quanto ao mérito sobre escolha de Ministro dos Tribunais Superiores.

É o relatório.

Sala da Comissão, em 7 de junho de 1995 – **Iris Rezende**, Presidente – **Pedro Simon**, Relator

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, DE 1995

Dispõe sobre busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente, alterando o art. 3º do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O caput e o § 1º do art. 3º do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O proprietário fiduciário ou credor poderá requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, desde que comprovada a mora ou o inadimplemento do devedor.

§ 1º Despachada a inicial, o réu será citado para, em cinco dias, apresentar contestação ou, se já tiver pago 40% (quarenta por cento) do preço financiado, requerer a purgação da mora."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A Constituição Federal, no art. 5º, inciso IV, estatui que "ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal"; no inciso seguinte, acresce que "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes".

Infelizmente, nem todos os diplomas legais anteriores à promulgação da Constituição prestam-se a uma fácil integração com a Lei Magna. Tal é o caso do Decreto-Lei nº 911/69, que disciplina o instituto da alienação fiduciária. O art. 3º deste Decreto-Lei autoriza o juiz a conceder liminarmente busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, antes mesmo de receber a contestação do réu, que, diga-se, dispõe de apenas três dias para fazê-lo.

O projeto ora apresentado aos ilustres colegas Senadores pretende suprimir esta injustiça, adequando aquele Decreto-Lei à Constituição, não apenas eliminando a possibilidade da busca e apreensão liminares, como também aumentando o prazo de defesa para cinco dias – prazo, aliás, previsto no Código de Processo Civil para o rito sumariíssimo. Desta forma, daremos mais um passo no sentido de harmonizar as leis brasileiras com a Constituição.

Sala das Sessões, 7 de junho de 1995. – Senador **Júlio Campos**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 911,
DE 11 DE OUTUBRO DE 1969

Altera a redação do art. 66 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, estabelece normas de processo sobre alienação fiduciária, e dá outras providências.

Art. 3º O proprietário fiduciário ou credor poderá requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apresentação do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, desde que comprovada a mora ou o inadimplemento do devedor.

§ 1º Despachada a inicial e executada a liminar, o réu será citado para, em 3 (três) dias, apresentar contestação ou, se tiver pago 40% (quarenta por cento) do preço financiado, requerer a purgação da mora.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros, e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

IV – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – O projeto será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido o seguinte:

ROJETO DE LEI DO SENADO Nº 182, DE 1995

Altera o art. 14 da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, que "dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências", para criar penalidade a ser aplicada em caso de greve declarada abusiva pela Justiça do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta

Art. 1º O art. 14 da Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14.

§ 1º Na vigência de acordo, convenção ou sentença normativa não constitui abuso do exercício do direito de greve a paralisação que:

I – tenha por objetivo exigir o cumprimento de cláusula ou condição;

II – seja motivada pela superveniência de fato novo ou acontecimento imprevisto que modifique substancialmente a relação de trabalho.

§ 2º A publicação da decisão da Justiça do Trabalho que declarar abusiva a greve, obriga o retorno imediato dos grevistas ao trabalho, sob pena de multa.

§ 3º É facultada à Justiça do Trabalho, após declarada abusiva a greve e descumprida a decisão referida no parágrafo anterior, a aplicação de multa diária à entidade sindical representante dos interesses dos grevistas.

§ 4º Na aplicação da penalidade de que trata o § 3º, a Justiça do Trabalho obedecerá aos seguintes limites relativos ao número de empregados grevistas e aos valores de multa diária:

Nº de Grevistas	Valor da Multa Diária
até 100	R\$500,00 (quinhentos reais);
de 101 a 500	R\$2.000,00 (dois mil reais);
de 501 a 1000	R\$5.000,00 (cinco mil reais);
de 1001 a 10.000	R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais);
acima de 10.000	R\$10.000,00 (dez mil reais).

§ 5º O número de grevistas será estabelecido com base em estimativas do Ministério Público do Trabalho.

§ 6º Os valores das multas aplicadas pela Justiça do Trabalho na forma deste artigo, serão apurados pelo Ministério Público do Trabalho através de inquérito, arrecadados pelo órgão competente do Ministério da Fazenda e revertidos para o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, nos termos do inciso V do art. 11 da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A multiplicação de greves e paralisações em serviços e atividades essenciais, sem a observância dos preceitos legais estabelecidos pela Lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, ultrapassaram os limites de tolerância admitidos em uma sociedade democrática.

Independentemente das razões que orientam tais movimentos paretistas, que por vezes são de caráter mais político do que reivindicatório, é imprescindível o respeito à lei e o acatamento às decisões emanadas do Poder Judiciário.

A Justiça do Trabalho, no exercício do seu poder normativo, tem julgado abusivas diversas greves e determinado o retorno dos empregados grevistas ao serviço.

No entanto, descumprindo decisão judicial, os empregados continuam a greve, indiferentes à determinação judicial, o que desmoraliza o Poder Judiciário, representando grave precedente e ameaça ao Estado de Direito.

Em face desta situação, sem prejudicar o legítimo direito de greve dos trabalhadores, é preciso coibir os abusos, regulamentando a aplicação e a cobrança de multas pela Justiça do Trabalho, em virtude do descumprimento de suas decisões.

Assim, esperamos contar com o apoio dos ilustres Senhores Senadores e Deputados para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 7 de junho de 1995. – Senador Odacir Soares – PFL/RO.

LEGISLAÇÃO CITADA**LEI Nº 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989**

Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.

O Presidente da República. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 14. Constitui abuso do direito de greve a inobservância das normas contidas na presente Lei, bem como a manutenção da paralisação após a celebração de acordo, convenção ou decisão da Justiça do Trabalho.

Parágrafo único. Na vigência de acordo, convenção ou sentença normativa não constitui abuso do exercício do direito de greve a paralisação que:

I – tenha por objetivo exigir o cumprimento de cláusula ou condição;

II – seja motivada pela superveniência de fato novo ou acontecimento imprevisto que modifique substancialmente a relação de trabalho.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O projeto será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 183, DE 1995

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "regulamenta o art. 57, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos de Administração Pública e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescentem-se, ao art. 113 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, os seguintes parágrafos:

"Art. 113.

§ 3º Os Tribunais de Contas, no exercício de suas atribuições institucionais, são competentes para examinar e fiscalizar os registros contábeis e demais controles das empresas privadas contratadas para a execução de

obras, serviços ou fornecimentos de material, no que concerne às contratações feitas.

§ 4º As pessoas jurídicas referidas no parágrafo anterior são obrigadas a manter e colocar à disposição dos Tribunais de Contas toda a documentação contábil, fiscal, comercial e bancária necessária às apurações por eles determinadas, no que concerne às contratações feitas, sob pena, em caso de sonegação ou de recusa, de aplicação de multa diária até o cumprimento de suas determinações."

Justificação

Reapresento, nesta proposição, dispositivos que fiz constar de emenda ao Projeto de Lei Orgânica do TCU e de Substitutivo aos Projetos de Lei das Licitações e Contratos Administrativos, dos quais fui designado Relator, e que, posteriormente, submeti a esta Casa sob a forma do Projeto de Lei do Senado nº 103, de 12 de agosto de 1993, arquivado, ao final da Legislatura anterior.

Seu propósito é atribuir, aos Tribunais de Contas, competência para fiscalizar os registros contábeis das empresas contratadas para a execução de obras e serviços para o setor público, mas apenas no que pertine às contratações feitas.

De conformidade com a legislação atual, os Tribunais de Contas fiscalizam, tão somente, os órgãos e entidades da Administração Pública. O outro pólo, o contratado particular, fica fora da investigação, o que torna impossível a contrastação dos dados de um e de outro dos contratantes, necessária à formação de um juízo seguro de convicção acerca de determinados atos ou fatos.

Na época em que se discutiu e votou o Projeto de Lei das Licitações e Contratos, poderei:

"Vivemos, no Brasil, momentos decisivos quanto à moralidade para com a coisa pública, um verdadeiro compromisso ético com as gerações futuras de brasileiros, de modo que qualquer possibilidade de moralização deve ser acatada por esta Casa, sob pena de sermos omissoes. Ademais, é comum e tranqüila a fiscalização das empresas privadas no tocante ao cumprimento das obrigações fiscais, pelos auditores da Secretaria da Receita Federal. Então, por que motivo não poderia o Tribunal de Contas, órgão constitucionalmente constituído para o controle das despesas públicas, fiscalizar a estrutura das empresas, apenas no que tange às contratações com o Governo?"

Defendemos a tese de que, havendo indícios de corrupção, o Tribunal de Contas deve ter competência para entrar na conta da empresa acusada. Provada a corrupção, entra-se na empresa estatal, chamam-se os funcionários para puni-los. Faz-se tudo com o corrupto, mas nada com o corruptor. Não se toma nenhuma providência com relação àquele que exerce o papel ativo na corrupção. O Tribunal de Contas quer olhar a empresa, não no seu total, no seu global, mas ali naquele contrato, naquela hora, na realização que desempenha com a obra pública.

Em outras palavras, de acordo com nossos propósitos, temos de agir com todo o rigor com relação ao corrupto, mas temos que agir, também com todo o rigor, com relação ao corruptor. Em assim fazendo, estaremos atuando a favor de 95% ou mais dos empresários brasileiros; estaremos dando força ao empresariado brasileiro – àquele que é sério, àquele que tem, no corruptor, alguém que o impede de trabalhar com dignidade."

Por todas essas razões e fundamentos, esperamos que esta quarta tentativa encontre melhor sorte no caminhar para o mundo jurídico.

Sala das Sessões, 7 de junho de 1994. – Senador Pedro Simon.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

Art. 113. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta lei será feito pelo Tribunal de Contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto.

§ 1º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta lei, para os fins do disposto neste artigo.

§ 2º Os Tribunais de Contas e órgãos integrantes do sistema de controle interno poderão solicitar para exame, antes da abertura das propostas, cópia de edital de licitação já publicado, obrigando-se os órgãos ou entidades da administração interessada à adoção das medidas corretivas que, em função desse exame, lhes forem determinadas.

(A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR, PRESIDENTE (José Sarney) – O projeto será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 876, DE 1995

Senhor Presidente,

Com fundamento no disposto no item 2 do art. 210 do Regimento Interno do Senado Federal, requiro a Vossa Excelência a transcrição, nos Anais da Casa, da Mensagem de Sua Excelência o Embaixador do Brasil e, Portugal, Dr. Itamar Franco, às autoridades e ao povo de Portugal, ao desembarcar naquele país para assumir seu posto.

Justificação

As palavras com que o novo Embaixador do Brasil saúda as autoridades e o povo de Portugal expressam a tradicional amizade e fraternidade que ligam uma Nação à outra e merecem, a nosso ver, estar perenizadas nos registros oficiais desta Casa do Congresso Nacional, onde – como faz questão de ressaltar – exerceu, por 16 anos, o mandato de Senador pelo Estado de Minas Gerais.

Além disso, quis o destino que Sua Excelência, eleito Vice-Presidente da República, viesse a assumir a Suprema Magistratura da Nação, quando do afastamento do titular, pelas razões que todos conhecemos, fator que o distingue, como a Vossa Excelência, entre os brasileiros.

Em sua mensagem de saudação, Sua Excelência procura desfazer previsões equivocadas que se fizeram quanto ao seu rela-

cionamento com o Ministério das Relações Exteriores, além de traduzir, com notável felicidade, os termos das relações especiais que unem nossos dois povos.

Pelas razões expostas, Senhor Presidente, considero este um documento digno de figurar com destaque nos Anais desta Casa.

Sala das Sessões, 7 de junho de 1995. – Senador **Pedro Simon**.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – De acordo com o art. 210, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será submetido ao exame da Comissão Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 1.016, de 2 de junho de 1995, que "dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e dá outras providências."

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Coutinho Jorge		Carlos Bezerra
Ronaldo Cunha Lima		Gilvam Borges
	PFL	
Francelino Pereira		Vilson Kleinünbing
José Alves		Hugo Napoleão
	PSDB	
José Ignácio Ferreira		Lúcio Alcântara
	PSB	
Ademir Andrade		
	PPS	
Roberto Freire		

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	Bloco (PFL – PTB)	
Arolde de Oliveira		Roberto Pessoa
Albérico Cordeiro		João Iensen
	PMDB	
Jorge Wilson		Zila Bezerra
	PSDB	
Adroaldo Streck		Eduardo Mascarenhas
	PPR	
Jair Bolsonaro		Benedito Guimarães
	PT	
Marcelo Deda		Paulo Rocha
	PP	
Marconi Perillo		Márcio Reinaldo Moreira

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 07/06/95 – designação da Comissão Mista.

Dia 08/06/95 – instalação da Comissão Mista.

Até 10/06/95 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.

Até 19/06/95 – prazo final da Comissão Mista.

Até 04/07/95 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – A Presidência recebeu os Ofícios nºs 540, 542, 543, 545, e 547/94, de 1º do corrente, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando que aquela Corte deferiu, em parte, por maioria de votos, os Mandatos de Injunção nºs 430-7/400, 469-2/400, 476-5/400, 479-0/400 e 457-9/400, para reconhecer e mora do Congresso Nacional na regulamentação do § 3º do art. 192 da Constituição Federal, que estipula juros reais de no máximo 12% ao ano.

Como a referida matéria já foi objeto de deliberação desta Casa, quando da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1991-Complementar e encaminhada à Câmara dos Deputados para a revisão de 29 de março último, a Presidência encaminhará os expedientes lidos àquela Casa, para conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Foi encaminhado à publicação, parecer da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, concluindo favoravelmente ao Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 1993, (nº 4.876/90, na Casa de origem), que inclui na interligação de bacias do Plano Nacional de Viação, nas bacias dos rios Paranaíba – Paraná, a interligação Itumbiara – Confluência dos Rios Paranaíba – Grande.

A matéria ficará sobre a Mesa, durante cinco sessões ordinárias, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – A Presidência recebeu do Banco Central do Brasil o Ofício nº S/34, de 1995 (nº 1.317/95, na origem), encaminhando, nos termos da Resolução nº 11, de 1994, do Senado Federal, solicitação da Prefeitura Municipal de São Paulo, para que possa emitir Letras Financeiras, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária do Município, vencível no 2º semestre de 1995.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

É lido o seguinte:

OF. GLPMDB Nº 206/95

Brasília, 31 de maio de 1995

Senhor Presidente,

Em resposta ao OF. SM/515/95, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência os nomes dos Senadores do PMDB que integrarão a Comissão Temporária Interna, criada através do Requerimento nº 470, de 1995, destinada a analisar a programação de rádio e TV, no País.

Titulares	Suplentes
José Fogaça	Flaviano Melo
Pedro Simon	Gilvam Borges
Roberto Requião	Gilberto Miranda

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de alta estima e consideração. – Senador Jader Barbalho, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

São lidos os seguintes:

Brasília, 6 de junho de 1995

Senhor Presidente,

Em atenção à solicitação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização indico a V. Exª o nobre Senador Leomar Quintanilha e o meu próprio nome, como Titulares, respectivamente, em substituição aos ex-Senadores Affonso Camargo e Moisés Abrão, do Partido Progressista Reformador – PPR.

Na oportunidade, renovo os meus protestos de elevada estima e distinta consideração. – Senador Epitácio Cafeteira, Líder do PPR.

OF/L/PSB/188/95

Brasília, 30 de maio de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência a indicação do Deputado Gonzaga Patriota, na condição de titular, e do Deputado Ricardo Heraclio, como suplente, para integrar a Comis-

são Mista destinada a apreciar e dar parecer a Medida Provisória nº 1.000, de 19 de maio de 1995, do Poder Executivo, que autoriza o Poder executivo a contratar a Itaipu Binacional pagamento de débito junto ao Tesouro Nacional com títulos da dívida externa brasileira, denominados "Brazil Investment Bond - BIB", em valor correspondente a até US\$ 92.800.000,00 (noventa e dois milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), em substituição aos Deputados Fernando Lyra e José Carlos Sabóia.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço.

Atenciosamente, – Deputado **Fernando Lyra**, Líder do PSB.

OF/L/PSB/189/95

Brasília, 30 de maio de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra e comunicar a Vossa Excelência a indicação do Deputado Sérgio Guerra, na condição de titular, e do Deputado Bosco França, como suplente, para integrar a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer a Medida Provisória nº 1.004, de 19 de maio de 1995, do Poder Executivo, que dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências, em substituição aos Deputados Fernando Lyra e José Carlos Sabóia.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço.

Atenciosamente, – Deputado **Fernando Lyra**, Líder do PSB.

OF/L/PSB/193/95

Brasília, 30 de maio de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência a indicação do Deputado João Colaço, na condição de titular, e do Deputado Jerônimo Reis, como suplente, para integrar a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer a Medida Provisória nº 1.013, de 26 de maio de 1995, do Poder Executivo, que altera as Leis nºs. 8.019, de 11 de abril de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências, em substituição aos Deputados Fernando Lyra e José Carlos Sabóia.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço.

Atenciosamente, – Deputado **Fernando Lyra**, Líder do PSB.

OF/L/PSB/194/95

Brasília, 30 de maio de 1995

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência a indicação da Deputada Raquel Capiberibe, na condição de titular, e do Deputado Gervásio Oliveira, como suplente, para integrar a Comissão Mista destinada a apreciar e dar parecer a Medida Provisória nº 1.009, de 26 de maio de 1995, do Poder Executivo, que dispõe sobre os quadros de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS da Advocacia-Geral da União, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências, em substituição aos Deputados Fernando Lyra e José Carlos Sabóia.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço.

Atenciosamente, – Deputado **Fernando Lyra**, Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador José Alves, por 20 minutos.

O SR. JOSÉ ALVES (PFL-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de um longo período em que a economia nacional não registrava índices significativos de crescimento, no último quadrimestre atingimos o patamar de 10%, com relação ao mesmo período do ano passado, o que representa um resultado alentador para o nosso desenvolvimento.

Neste contexto, ainda pesa, e ninguém sabe por quanto tempo, a política de juros altos – confirmada pelo atual sucessor do último Presidente do Banco Central que se demitiu – uma medida de resultados polêmicos, de eficiência discutível e que tem se mostrado mais irracional e desumana do que lógica e benéfica à estabilização da economia e ao desenvolvimento do País.

Pelo que me lembro, e tenho concluído minhas reflexões sobre os resultados dos últimos planos econômicos, a política de taxas elevadas de juros nunca controlou a inflação ou disciplinou o consumo, pois a maior parte dos juros pagos pela sociedade brasileira não se refere a compras novas, mas a déficits históricos de seus orçamentos domésticos, provenientes do descompasso entre salários e custo de vida.

A concentração do crédito e o elevadíssimo custo artificial do dinheiro, objetivando conter o consumo, já vêm causando grande inquietação em todo o país, devido aos evidentes sintomas de falência, concordatas e inadimplências que vêm ocorrendo com muita frequência.

Em toda a história do Brasil, os juros nunca estiveram tão altos, comparativamente à taxa de inflação.

Basta lembrar que em passado recente, quando a inflação mensal beirava os 40%, os juros bancários andavam em torno de 60%, isto é, 50% acima dos níveis inflacionários, mas agora, com os juros de até 14% e uma inflação de menos de 2%, chegamos ao absurdo de uma taxa de juros 7 vezes maior do que a inflação, isto é, 800% acima da inflação.

Embora existam taxas diferenciadas como por exemplo as que vêm sendo cobradas das empresas à razão de 6 a 10% ao mês, o que dá uma taxa anual que varia de 100 a 213% ao ano, os consumidores estão pagando de 12% a 14% ao mês, o que corresponde a uma variação de 289 a 381% ao ano, mas se tem notícias de taxas de juros bancários atingindo até 18% e financeiras cobrando mais de 20%, ou seja, mais de 10 vezes a inflação, quando, anteriormente ao Plano Real, se cobrava de juros a inflação mais uma parcela correspondente à metade dela, como no exemplo que citei, inflação de 40%, juros de 60.

As taxas de juros praticadas hoje no país são um escândalo, para quem tem um pouco de sensibilidade e raciocínio aritmético, pois nunca houve na História do Brasil uma desproporção tão grande entre a inflação e as taxas de juros pois enquanto aquela tem previsão de alcançar 25% neste ano, os juros podem alcançar até mais de 500%. Isto para mim e para muita gente não tem uma explicação racional.

Não sou economista, Sr. Presidente, sou médico, mas também vale para a economia o princípio da medicina. Para acabar com a doença não precisamos matar o paciente, não há necessidade de se aniquilar o consumidor para se controlar o consumo nem se espremer a produção e o comércio para se desaquecer a economia e baixar a febre do entusiasmo do crescimento.

Esta política de juros altos só tem travado a pujança da economia nacional e a nossa capacidade de iniciativa, desviando os investimentos que deveriam ser aplicados na produção e os direcionando para os capitais especulativos, cujos portadores sempre apostaram no retorno da inflação e da ciranda financeira, delas tirando lucros exorbitantes.

Além disto, pode ocorrer, também, a atração de capitais especulativos externos, sem compromissos duradouros com a nossa economia que ao menor sinal de mudanças na política econômica, a eles desfavoráveis, migram para outros mercados como aves de arribação.

Para protestar contra os juros altos, se não bastasse o argumento de que estamos vivendo um período singular em nossa história com a prática da usura, juros de 800% acima da inflação, quando, perversa ou maliciosamente, foi mantida uma herança do passado que é a multa de 10 a 20% por pagamento feito com atraso, o que duplica estas taxas realmente abusivas, somos o 4º País do mundo, depois da Rússia, Turquia e México, onde o dinheiro é mais caro, onde o juro é mais alto no planeta.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a quem pode interessar esta política monetarista? Esta doutrina econômica que não beneficia a nossa economia?

Não há consenso no País favorável à continuidade destas medidas, embora se deva ressaltar que a estabilidade de nossa moeda, e a contenção dos níveis inflacionários têm merecido o aplauso da população.

Mas será que apenas os juros altos contribuem para estes resultados? Não teríamos outras medidas alternativas também eficientes?

Li na imprensa que o setor público, União, Estados e Municípios já gastaram, em 1994, 20 bilhões de reais apenas com despesas em juros e serviços de dívidas, quase o triplo do que se gastou em saúde.

Temos ouvido reclamações de que não há dinheiro para financiar satisfatoriamente a assistência médica e hospitalar à população; há escassez de recursos para a promoção de atividades essenciais do Governo; por falta de recursos foram cortadas a quase totalidade das emendas dos parlamentares no orçamento deste ano, bem como as previsões de investimentos em várias estatais, como a Telebrás. Chegou-me a informação de que não há previsão para a Caixa Econômica Federal promover o financiamento da casa própria, num País que tem um grande déficit habitacional e cuja população cresce em mais de três milhões de habitantes por ano.

Se esta política não serve ao País a quem serve?

É urgente que se reestude este problema.

Ninguém quer a inflação de volta, todos queremos o sucesso do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que realmente está empenhado na solução dos grandes problemas nacionais, e deve-se ressaltar que, apesar de decorridos poucos meses de sua gestão, vários êxitos memoráveis sua equipe já tem alcançado.

No mês passado, Sua Excelência se mostrou sensível aos reclamos da agricultura e resolveu o impasse em que se deparava a promoção da atividade rural em nosso País, definindo as condições e os custos de financiamento da safra 95/96, uma taxa compatível com as incertezas e os riscos de quem investe no campo para se dedicar à prioridade estratégica na produção de alimentos.

Não sou beneficiário nem tenho experiência pessoal de crédito rural, mas defendo o seu aperfeiçoamento e a sua proteção legal porque é um instrumento indispensável ao desenvolvimento de nossa agricultura, principal vocação do nosso País e sustentáculo de nossa economia.

É, indiscutivelmente, necessário que haja taxas diferenciadas de juros para estimular setores mais carentes ou prioritários de nossa matriz de desenvolvimento econômico. Isto é compreensível desde que justificável, em cada caso, entretanto, o que estamos vendo é a população e, principalmente, os pequenos empresários, que constituem a maior parte das unidades produtivas nacionais, submetidos a um aperto insuportável.

É como se estivessem submetidos a uma situação de vítimas da usura e da agiotagem, e o pior é que esta situação está protegida pelo manto oficial de uma política monetarista amparada pelas teorias sediadas no Banco Central, que, para o grande público e para aqueles entendidos em outras áreas, mas que não dominam as teorias econômicas, não têm uma explicação razoável que assegure a tranquilidade de consenso.

Aliás, sempre considerei esta intimidade do público com o privado, em matéria de dinheiro, uma relação suspeitosa. O Setor Público em nosso País deveria dar uma certa prioridade à formação das carreiras de Estado, para os seus quadros diretivos. A muitos pode parecer promíscua esta relação de executivos do setor financeiro privado na condução da política monetária nacional, a política monetária do governo a cargo do Banco Central.

A teoria desses juros tão altos para mim é nebulosa e, se beneficia a alguns privilegiados, prejudica a grande maioria dos brasileiros. Prejudica ao Governo, pois aumenta o nosso déficit e a dívida pública; prejudica as empresas, principalmente às pequenas e médias, que são as que mais contribuem para a produção nacional. É prejudicial à atividade econômica porque inibe os investimentos

e a livre iniciativa, aumentando o desemprego. E se atrai capitais do exterior, em grande parte não têm compromisso com o nosso desenvolvimento, pois assim como chegam, vão embora.

A política de juros altos vem sacrificando demasiadamente a população, a dona de casa, o pai de família e todos os que vivem de salários e de pequenos negócios.

O Sr. Ney Suassuna – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ ALVES – Com todo o prazer, Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna – Senador José Alves, realmente a mistura de juros altos, câmbio e ainda o enxugamento do meio circulante está levando o País a um caos. O Governo, creio que já está alertado, mas é preciso que mais Parlamentares façam como V. Ex^a, para que tenhamos a economia colocada de volta aos trilhos. Obrigado.

O SR. JOSÉ ALVES – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Ney Suassuna.

O Sr. Jonas Pinheiro – Senador José Alves, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ ALVES – Com todo prazer, Senador Jonas Pinheiro.

O Sr. Jonas Pinheiro – Sr. Senador, durante o desenvolvimento do seu discurso, V. Ex^a falou das medidas que o Governo estaria tomando com respeito ao crédito rural. Terminamos há pouco uma reunião, no Ministério da Agricultura, com a participação de deputados e senadores e das autoridades do Governo nas áreas econômica e da agricultura. Decidimos ir ao Palácio do Planalto, na tarde de hoje, solicitar ao Presidente da República que baixe uma medida provisória, dentro daquilo que está acordado entre o Congresso Nacional e o Governo Federal, em função da importância e relevância da agricultura para o País, sobretudo nesta época, nesta fase. Desejo transmitir a todos os Senadores da República que, em nome do Senado Federal, eu e os Senadores Osmar Dias, Iris Rezende e Lúdio Coelho já concluímos no sentido de uma solução – ao menos, no que concerne a 1995 – para a agricultura brasileira, com medidas que possam atendê-la. Portanto, de hoje para amanhã, o meio rural brasileiro já deve respirar aliviado, com a adoção de medidas pelo Governo Federal, dentro do que foi acordado entre aqueles que defendem a agricultura na Câmara e no Senado Federal. Obrigado a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ ALVES – Agradeço ao nobre Senador Jonas Pinheiro os esclarecimentos.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, encerro este meu pronunciamento manifestando estas preocupações de cidadão e representante de Sergipe aqui no Senado, e também a minha esperança de que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao qual o meu Partido vem apoiando, alcance o sucesso desejado para o progresso da Nação brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Teotônio Vilela Filho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro, por 20 minutos.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, em 1975, ainda na fase de consolidação do processo de colonização da região norte do Estado de Mato Grosso, a Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso – CODEMAT – e a Indeco, empresa colonizadora privada, aprofundavam estudos visando identificar alternativas de explorações agrícolas que fossem viáveis para aquela região, sob o ponto de vista técnico e econômico.

Em 1977, com apoio efetivo da Ceplac, se iniciou o processo de implantação da cacauicultura nas Glebas Alta Floresta e Paranaíba, naquela região mato-grossense, dentro dos padrões mais avançados de tecnologia então disponíveis, ocasião em que foram plantadas cerca de 660 mil mudas de cacauzeiros.

Nos anos seguintes, com o apoio de recursos de programas especiais de crédito, geridos pelo Banco do Brasil, dentro do Proterra e do Polamazônia, houve um importante incremento no plantio de cacauzeiros híbridos, atingindo cerca de 6.000 hectares im-

plantados e envolvendo em torno de 500 agricultores, contando com a assistência da equipe técnica da CEPLAC, que, inclusive, instalou uma estação experimental na região.

Em 1982 iniciou-se a fase de produção, tendo o processo de comercialização sido bastante precário, em face dos baixos volumes de produtos ofertados e dos baixos preços obtidos no mercado. Esses fatos contribuíram para que houvesse uma crise nesse segmento produtivo, levando a que alguns produtores abandonassem suas lavouras ou as substituíssem por pastagens.

A melhoria substancial dos preços do cacau no mercado, a partir de 1983, supriu, de certa forma, a insuficiência de crédito e contribuiu para a recuperação das lavouras, que se mantiveram sofríveis de 1984 a 1990, quando os preços começaram a sofrer expressivas e crescentes quedas, chegando ao seu estágio mais crítico em 1993.

Atualmente, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, existem implantados nos municípios de Alta Floresta e Paranaíta, na região norte do Estado de Mato Grosso, cerca de 4.000 hectares de cacauzeiros híbridos, distribuídos em aproximadamente 400 unidades produtivas.

Entretanto, apesar desses cultivos apresentarem um potencial produtivo da ordem de 3.600 toneladas de amêndoas de cacau por ano, a produção efetiva vem sendo de apenas 600 toneladas, ou seja, 17% do que poderia ser produzido, em decorrência, principalmente, da doença que ataca o cacauzeiro, conhecida como "vassoura de bruxa", da precariedade da assistência técnica da Ceplac e da ausência de recursos creditícios para assegurar os tratamentos culturais necessários.

Estudos realizados pela Ceplac mostram que, a preços locais, a produção potencial dos 4.000 hectares plantados com cacauzeiros significaria, nos dias atuais, um aporte de recursos da ordem de US\$3,6 milhões para os cacauicultores, o equivalente à produção de carne gerada por cerca de 25 mil hectares de pastagens.

Sr. Presidente, não podemos deixar que esses 4.000 hectares de lavoura cacauzeira, implantados no norte de Mato Grosso, sejam abandonados ou transformados em pastagens, desprezando um importante investimento e uma valiosa fonte de renda para os produtores da região.

Sr. Presidente, não podemos desprezar um valioso potencial produtivo, capaz de gerar cerca de 1.200 empregos diretos e de viabilizar a fixação no campo de mais de 3.600 pessoas.

Apelo, portanto, ao Sr. Ministro da Agricultura e ao Sr. Ministro da Fazenda para que impeçam esse processo de desativação das lavouras cacauzeiras na região norte do Estado de Mato Grosso, por meio do reaparelhamento da estrutura de assistência técnica da Ceplac e da concessão aos cacauicultores de financiamentos, em caráter emergencial, para as práticas de adubação, o combate a pragas entomológicas e à "vassoura de bruxa", revitalizando, assim, essa cultura.

Os recursos creditícios necessários para viabilizar a revitalização dos 4.000 hectares de lavouras cacauzeiras na região norte do Estado de Mato Grosso são estimados em cerca de R\$4,6 milhões, o que representa apenas pouco mais de 1% dos recursos que serão aplicados no controle da "vassoura de bruxa", na tradicional região produtora de cacau do sul do Estado da Bahia.

O momento atual é extremamente favorável, pois os preços do cacau seguem uma tendência de alta no mercado internacional, pressionados pelas reduções nos estoques mundiais, atingindo o dobro de sua cotação de três anos atrás.

Vale ressaltar que o custo com a revitalização da cacauicultura será da ordem de R\$1,05, enquanto o custo de implantação seria, pelo menos, 3,5 vezes mais elevado.

Além do mais, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, caso não se consiga revitalizar a cacauicultura naquela região, se estará, fatalmente, incentivando um indesejável processo de aglutinação de pequenas propriedades, moduladas de 25 a 100 hectares, em grandes propriedades destinadas à pecuária bovina, um processo socialmente condenável, já que provocará a expulsão dos peque-

nos produtores e seus agregados do campo, agravando, ainda mais, a crise social nas zonas urbanas.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Jonas Pinheiro, o Sr. Teotônio Vilela Filho, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ney Suassuna, Suplente de Secretário.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Roberto Arruda, para uma breve comunicação.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PP-DF. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, hoje, pela manhã, na sala 2 da Ala Nilo Coelho, houve uma reunião extremamente importante para o País e, particularmente, para a Região Centro-Oeste. Com a presença dos sete Governadores dessa Região e praticamente todos os representantes, Senadores e Deputados Federais, a Bancada parlamentar da Região, reitores das Universidades dos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins, Goiás, Distrito Federal, discutiu-se o Plano de Desenvolvimento Econômico do Centro-Oeste brasileiro.

E agora, Sr. Presidente, às 15h30min, teremos uma audiência com o Presidente da República. Os Governadores dessas sete Unidades da Federação, os ex-Governadores Carlos Bezerra e Iris Rezende, que lideram o movimento, e todos nós, da Bancada do Centro-Oeste brasileiro, Senadores e Deputados Federais, estaremos levando ao Presidente da República um resumo das conclusões dos estudos realizados pela Secretaria de Planejamento dos sete Estados.

Estaremos levando a Sua Excelência idéias objetivas para esse desenvolvimento econômico do Centro-Oeste, mas, sobretudo, o pensamento de que não se pode mais cometer o equívoco de centralizar um novo modelo de desenvolvimento para o País nos Estados do Sul e Sudeste em detrimento dos Estados das regiões mais pobres. As desigualdades regionais neste País só vão diminuir no instante em que um projeto de desenvolvimento regional – como esse que está sendo discutido hoje aqui no Congresso Nacional – coordenado pelo Governo Federal, possa merecer atenções e ações objetivas e integradas da parte do Governo Federal, Governos estaduais e municipais. Dessa forma, o Centro-Oeste brasileiro, que tem condições econômicas próprias para sediar um novo modelo de desenvolvimento, poderá efetivamente cumprir o seu papel nesta circunstância histórica em que vive o Brasil.

Como Senador eleito por Brasília, estou extremamente feliz no dia de hoje por ver os sete Governadores e a Bancada parlamentar, defendendo, independentemente de cores partidárias e ideológicas, uma mesma causa, que tem a sua origem histórica na construção de Brasília. O Presidente Juscelino Kubitschek, quando construiu Brasília, não pretendia apenas uma cidade bonitinha para ser capital do País, mas muito mais do que isso: pretendia plantar aqui, no centro do País, um pólo de interiorização do nosso desenvolvimento, que, todavia, ainda não se consumou.

Lembro também aos Srs. Senadores da Região Centro-Oeste, que estão aqui no plenário ou em seus gabinetes, que não falem a essa audiência com o Presidente, agora, às 15h30min, no Palácio do Planalto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB-AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o Congresso Nacional tem desenvolvido, nos últimos meses, os mais ingêntes e denodados esforços para recuperar sua imagem e provar aos cidadãos, que o definiram através do voto, o inegável empenho que move Senadores e Deputados Federais na busca das reais

soluções para os graves problemas que afligem a nacionalidade, notadamente nas regiões mais pobres e distantes.

Os Parlamentares que aqui representam os Estados da Amazônia Legal mantiveram proveitosa e patriótica reunião no último final de semana, em Porto Velho, sob o patrocínio do Governador de Rondônia, apoio do Ministério da Aeronáutica e a presença maciça das Bancadas federais dos respectivos Estados, contando, ainda, com a participação direta do Governo, através dos Ministros da Justiça e dos Transportes, além do Presidente do Banco da Amazônia S/A, Superintendentes da Sudam e da Suframa e dirigentes do BNDES, Eletronorte, DNER e outros órgãos da maior importância para o desenvolvimento regional.

Tive a honra e a justa satisfação de participar ativamente desse encontro e, para que os Anais da Casa e a opinião pública tomem ciência de suas importantes deliberações, venho à tribuna para fazer um relatório sobre os trabalhos, relatório que apresenta como destaque maior, certamente, o fato de que todos os participantes se imanaram na busca de soluções para os problemas amazônicos, acima de divisões ideológicas ou antagonismos político-partidários.

Abriu a reunião o Governador de Rondônia e anfitrião, Dr. Valdir Raupp, que, em oportuno pronunciamento, apresentou com eficiência e clareza as reivindicações do seu Estado, dentro do contexto regional, postulando o apoio das demais Unidades Federadas da Amazônia na defesa dos interesses daquela área que, em suma, representa mais da metade do território nacional.

As Bancadas federais dos Estados amazônicos ouviram a seguir o Ministro da Justiça, Nelson Jobim, que abordou dois temas fundamentais para a Região: a demarcação de reservas indígenas, a fim de viabilizar novos e racionais investimentos econômicos, e o combate ao narcotráfico, objeto de firme e vigorosa atuação da Polícia Federal em parceria com os organismos estaduais, e com a participação das Forças Armadas ali aquarteladas.

Seguiram-se, sucessivamente, os representantes de alguns dos órgãos federais credenciados para a reunião – cabendo a palavra, então, ao Governador do Acre, Sr. Orleir Cameli, que deu ênfase às graves dificuldades vividas pelo Estado e à necessidade aguda de maior presença do Governo Federal na área, principalmente na perenização do tráfego que liga o Acre ao resto do País. Dentro desse quadro, o Governador reiterou a urgência na conclusão das obras das BR-371 e 364, bem como a conservação eficaz dos trechos já prontos, deixando claro que, sem isso, não haverá chance de progresso social e desenvolvimento econômico para as populações hoje prejudicadas pelo isolamento viário.

O mesmo tema foi abordado pelo orador seguinte, Ministro Odacir Klein, dos Transportes, que fez, inicialmente, uma análise das dificuldades orçamentárias enfrentadas pela Pasta, razão maior da precariedade na implantação de novas rodovias ou até mesmo da simples conservação das já existentes. Em meio às palavras desalentadoras, marcadas pela preocupação quanto à carência de recursos, S. Ex.^a fez uma promessa formal e otimista: o Brasil, agora, está empenhado em promover a ligação rodoviária com a costa do Pacífico, através da Amazônia, faltando definir apenas o traçado e os benefícios exigidos pela futura rota.

Esse, Sr. Presidente e Srs. Senadores, é um ponto pelo qual venho me batendo nas últimas três décadas, porque defendo a ligação entre os dois oceanos como vital para o Brasil e essencial para o Acre, que será a porta de entrada e saída do poderoso mercado asiático e dos países vizinhos, na América Andina. A Casa já tem ciência, através de pronunciamentos que proferi em diversas oportunidades anteriores, da existência até mesmo de acordos internacionais entre o Brasil e o Peru, acordos em plena vigência, fazendo do Município acreano de Assis Brasil a nossa barreira e o nosso elo com aquelas regiões do Planeta.

Trata-se, portanto, de uma determinação binacional, cuja aplicação efetiva é dever impostergável para os governantes de ambos os países – principalmente os brasileiros, que, assim procedendo, resgatariam parte da grande dívida histórica para com os pioneiros que ampliaram as fronteiras nacionais e hoje ainda lutam

para sobreviver nas distantes e esquecidas paragens do sudoeste da Amazônia.

Impõe-se, portanto, a reafirmação dos compromissos já assumidos pelo Brasil com seus cidadãos do Acre, uma obrigação que se reveste, ao mesmo tempo, de aspectos fundamentais para a integridade e o futuro da Pátria.

Os debates realizados na tarde de sábado, primeiro dia do Encontro, deram origem a diversas propostas concretas, muitas delas aproveitadas democraticamente pelos Parlamentares e representantes dos Governos Estaduais e Federal, bem como por representantes credenciados por entidades civis e organismos não-governamentais voltados para o progresso da Amazônia. O Relatório final, nos termos propostos pelo Deputado Antônio Feijão, dá conta do espírito e da determinação que animaram o Encontro, que, inclusive, teve o caráter aglutinador de tendências, para que a Bancada amazônica possa levar ao Presidente da República, em futuro encontro já acertado, essas conclusões.

De minha parte, lastreado na experiência colhida em sucessivos mandatos de Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador e Senador, apresentei uma substancial análise dos temas em debate, propondo a elaboração de um Projeto de Desenvolvimento Integrado para a Amazônia, cuja maior virtude será a unificação de recursos e de ações governamentais na Região, dando-lhes maior eficácia e evitando perdas que, por menores que sejam, resultam em prejuízos para as comunidades envolvidas.

Dentro dessa proposta maior, busquei detalhar prioridades, como, por exemplo, as seguintes: conclusão das obras iniciadas em governos anteriores, como as rodovias BR-317 e BR-364, a Transamazônica, a Hidrelétrica de Samuel, a extensão das linhas de transmissão de Tucuruí para outras localidades do Pará e para Manaus, entre outros pontos dignos de atenção imediata.

O fortalecimento dos organismos que atuam na área é igualmente um fator essencial para o seu desenvolvimento. Fortalecer o Incra, o Basa, a Sudam, e a Suframa, a Eletronorte e tantas outras repartições ou empresas teria realmente o condão de dar-lhes confiabilidade e eficiência no trato dos assuntos pertinentes às suas áreas, dentro do planejamento global do almejado Projeto de Desenvolvimento Integrado para a Amazônia. Essas empresas e esses organismos governamentais seriam os braços executivos daquela entidade coordenadora e unificadora das propostas nacionais; e de sua ação integrada viria, sem dúvida, a primeira esperança real para os brasileiros que ali vivem.

O documento conclusivo do Encontro de Porto Velho, que teve como Relator o Deputado Antônio Feijão, é exemplar, em fidelidade e precisão, no registro e na análise dos debates, além de marcar, para acompanhamento e cobrança posteriores, compromissos assumidos pelo Governo para as comunidades da Amazônia. O próprio Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, é nele citado diversas vezes, ao falar da Rodovia Transamazônica ("tenho o compromisso de levar adiante"), Sudam ("pensar na Sudam de novo, como órgão efetivo de planejamento regional") e, entre muitos outros assuntos, principalmente sua declaração de princípios sobre a região ("é possível o desenvolvimento sustentável da Amazônia (...) não contraditório com a situação da natureza").

Sr. Presidente, as imposições regimentais de tempo e de pautas impedem a leitura integral do Relatório do Encontro da Bancada Parlamentar da Amazônia Legal, elaborado pelos Senadores e Deputados Federais que compõem as bancadas dos respectivos Estados. Poucos documentos, todavia, são tão importantes para o conhecimento da realidade e das urgentes exigências dessa Região. Por isso, rogo a V. Ex.^a que o referido relatório seja dado como lido e conste deste meu pronunciamento. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. NATOR JÚNIOR EM SEU PRONUNCIAMENTO:

BANCADA PARLAMENTAR DA AMAZÔNIA LEGAL**RELATOR: DEP. ANTÔNIO FELJÃO**

Senhoras e Senhores Parlamentares da Amazônia Legal

Em face das muitas reivindicações sugeridas pelos parlamentares dos nove Estados que compõem a Amazônia Legal, fica difícil sumariá-las de forma global, pois embora estejam numa mesma região que os identifica muito mais pelas características geográficas do que pelas questões e realidades sócio-econômicas, temos consciência de que não existe uma só Amazônia, uniforme e diferenciada. Há muitas amazônias, do ponto de vista climático, geológico, de solos, vegetação, ocupação humana, etc. Desta forma, não é tarefa fácil e muito menos simpática a todos, apresentar a esta tribuna para apreciação e possíveis sugestões um conjunto de propostas que sintetize as sugestões de todos os parlamentares e atenda em sua plenitude aos anseios das comunidades e Estados que representamos. Como tentativa de ordenar as propostas, tomamos como sistemática de aglomeração das sugestões, apresentá-las em três níveis:

A - Política Global de Desenvolvimento Regional para a Amazônia Legal;

B - Recomendações para ações do Governo Federal de alta prioridade para a Região tomando como referências as reivindicações abrangentes por Estado (propostas apresentadas pela Bancada de cada Estado);

C - Sugestões estadualizadas propostas pelos parlamentares de cada Estado (propostas apresentadas em sua íntegra pelos Parlamentares e/ou Bancadas).

ACKREDITO SER IMPORTANTE PARA TODOS NÓS DA AMAZÔNIA, ANTES DE APRESENTARMOS ESTAS PROPOSTAS, LERMOS PARTE DO DISCURSO DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE ☐ CARDOSO SOBRE A AMAZÔNIA.

**ENTREVISTA COLETIVA DO PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO - 16.02.95 PARTE SOBRE AMAZÔNIA**

A seguir, destacamos trechos da resposta à pergunta da repórter Teresa Ivanicsha, da TV Amazonas:

PENSAMENTO SOBRE A AMAZÔNIA:

"Nós temos todas as condições de mudar muito a nossa visão da Amazônia. Eu tenho me reunido com governadores da Amazônia, mais de uma vez, e o pacto fundamental entre eles e deles com o governo da União é o seguinte: se gerou uma imagem que a

Amazônia queria destruir os recursos naturais. Esses governadores todos têm me afirmado que estão absolutamente empenhados com a nova filosofia do desenvolvimento sustentável. Nós vamos fazer uma reunião na Amazônia. Eu, os Ministros que tenham algo a ver com a Amazônia e os Governadores, para definir quais vão ser as prioridades e ações do governo na Amazônia, mas sobretudo, nós vamos fora do Brasil, eventualmente, mais tarde, transmitir essa convicção que é possível o desenvolvimento sustentável na Amazônia e que o desenvolvimento não pode ser contraditório com a situação da natureza";

TURISMO: "é essencial a delimitação adequada das terras Índigenas, também, e a definição das áreas de **EXPLORAÇÃO MINERAL**";

TRANSAMAZÔNICA:

"Eu tenho o compromisso de levar adiante a transamazônica que esta em estado lamentável";

TUCURUÍ:

"Fazer o linhão de Tucuruí seguir adiante, porque Tucuruí não está beneficiando a Amazônia";

CUIABÁ SANTARÉM:

"Nós temos compromisso de fazer a Cuiabá/Santarém";

BR 174 - MANAUS - BOA VISTA - VENEZUELA:

"Já estão sendo feitas estradas de ligação lá pra cima, pra Venezuela";

ÓLEO DE URUCU:

"Existem problemas importantes a serem resolvidos";

ENERGIA DA VENEZUELA:

"Existe compromisso de utilização da energia gerada na Venezuela, de Guri para Boa Vista e Manaus";

CRITÉRIOS PARA FIXAR PRIORIDADES:

"Eu quero saber com os governadores quais são as prioridades, como é que se faz uma cronologia disso, porque os recursos não são abundantes e eu não quero decidir daqui; não quero dizer uma coisa que amanhã não cumpra, então, nós vamos ter uma reunião logo na Amazônia, se possível em março, antes de ir aos Estados Unidos em abril, para mostrar esse nosso espírito";

RECURSOS INTERNACIONAIS:

"Vamos apelar para os recursos que existem em abundância na área Internacional, mas que só vêm se deixarmos claro que temos essa nova visão da questão amazônica";

PROJETOS SIVAM/SIPAM:

"Nós vamos dar impulso aos projetos SIVAM/SIPAM, que são projetos importantes de controle do espaço aéreo através de sistema de radares na Amazônia e que têm investimentos de mais de UM BILHÃO DE REAIS";

BASA:

"Temos que rever o BASA. Nós vamos designar alguém para o BASA com critério técnico -- os governadores sabem disso e apoiam. Eu não sou, nunca fui, nem serei partidário da utilização dos recursos públicos em termos políticos";

SUDAM:

"Nós vamos pensar na SUDAM de novo, como a SUDENE, como órgão efetivo de planejamento regional";

ZONA FRANCA DE MANAUS:

"Os incentivos fiscais da ZFM estão previstos na Constituição. Não há proposta, nessa matéria, de alteração. Nós temos que examinar com muita objetividade o que significa esses incentivos. A Zona Franca gera empregos. Eu sei porque conheço o assunto de perto porque debati no Senado e eu não quero me antecipar, mas certamente, uma região como a Amazônia precisa de incentivos para que ela possa continuar crescendo";

A - Política Global de Desenvolvimento Regional para a Amazônia Legal;

Com base nas propostas apresentadas, as metas prioritárias e urgentes para a Amazônia Legal são:

I - Reinclusão das emendas dos parlamentares da Amazônia Legal, aprovadas pelo Congresso Nacional, relativas ao OGU/95 e cortadas em 90% (noventa por cento) pelo atual Ministro do Planejamento;

II - Investimentos no Setor de Geração de Energia Elétrica e expansão de suas Redes de Transmissão e de Distribuição, em especial, para viabilização do Linhão de Tucuruí;

III - Recuperação da Malha Rodoviária já existente e investimentos na abertura de novas estradas;

IV - Fortalecimento das Instituições Federais de Desenvolvimento e Pesquisa na Região, especialmente a **SUDAM; SUFRAMA; BASA; INPA; ELETRONORTE; EMBRAPA e MUSEU EMÍLIO GOELDI;**

V - Implantação efetiva do **Levantamento Econômico-Ecológico** e de mecanismos de incentivos a exploração e industrialização de produtos de manejo da Floresta Amazônica.

VI - Manutenção dos incentivos fiscais da **SUFRAMA** e a sua globalização na Região, com o término da separação da Amazônia (Occidental e Oriental);

VII - Apresentação de um projeto global que busque a aplicação de uma **Política de Desenvolvimento Integrado** com o objetivo de nortear as ações da União e dos Estados na Amazônia;

VIII - Implantação de um programa de fomento ao **ECO-TURISMO** na região, promovendo a nível nacional e internacional, a importância desta indústria para a conservação ambiental da natureza e em especial a valorização da qualidade de vida dos habitantes da Floresta;

IX - Autonomia dos Estados Amazônicos quanto ao **gerenciamento fundiário de seus territórios;**

X - Implantação de uma **Refinaria de Petróleo na Amazônia Oriental;**

XI - Viabilização das hidrovias **Teles Pires - Tapajós e Araguaia - Tocantins;**

XII - Implantação da Rodovia que ligará a Amazônia ao **Pacífico - TRANSPACÍFICA;**

XIII - Implantação dos Projetos **SIPAM E SIVAM** e fortalecimento do **Projeto Calha Norte.**

XIV - Formação de Um Grupo de Trabalho composto de Parlamentares da Bancada da Amazônia e de Técnicos do Ministério da Justiça, com o objetivo de dar celeridade às propostas de leis que dizem respeito à Amazônia, já em tramitação no Congresso e sugerir novas propostas de regulamentação de artigos ligados a temas importantes, tais como áreas de fronteira, meio ambiente, questão indígena, mineração, etc.

XVI - Garantir os direitos e tratamento isonômico dos funcionários públicos federais dos Extintos Territórios Federais.

B - Recomendações de alta prioridade para a Região, considerando duas reivindicações abrangentes por Estado (duas propostas de cada Estado);

Apresentamos abaixo as propostas apresentadas pelas Bancadas dos Estados da Amazônia Legal, levando-se em conta a importância dessas para a Região e principalmente a necessidade urgente em cada Estado:

- a) Ligação da Amazônia (Acre) com o Pacífico, através da ligação rodoviária via Assis Brasil (AC) pela BR - 317 e recuperação da BR 364;
- b) Investimentos na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica nos Estados mais carentes e extremamente deficitários neste setor (ACRE, AMAPÁ, MATO GROSSO, RONDÔNIA E RORAIMA);
- c) Asfaltamento da BR 163 Cuiabá-Santarém, no trecho Santa Helena (MT) - Santarém (PA) e BR 010 dando continuidade a Transamazônica até Humaitá e desta até a BR 164;
- d) Definição de uma política regionalizada de assentamento fundiário para a Amazônia Legal e implantação de um programa integrado de apoio e incentivos ao desenvolvimento agro-industrial;
- e) Viabilização do Linhão de Tucuruí em 500KV, para levar a energia gerada na Hidrelétrica de Tucuruí para o Oeste do Pará (Santarém e Itaituba) e a partir de Altamira atravessar o Rio Amazonas e atender as localidades da margem esquerda, seguindo em duas ramificações sendo uma para Macapá e a outra para Manaus, beneficiando, portanto, os estados do Amapá e do Amazonas;
- f) Implantação de um Programa de Saneamento Básico e Ocupação das Áreas Urbanas da Região Amazônica, que apresenta o menor índice de saneamento básico do País, mais de 95% (noventa e cinco por cento) das cidades não têm saneamento básico e sofrem hoje um dos mais fortes processos de migração e favelamento de suas cidades;
- g) Manutenção da Política de Equalização de Combustíveis na Região Amazônica;
- h) Exploração industrial do Gás de URUCU, no Amazonas;
- i) Implantação de uma Refinaria de Petróleo na Amazônia, especialmente no Porto de Barcarena, Estado do Pará;
- j) Viabilização das Hidrovias Teles Pires - Tapajós e Araguaia Tocantins;
- l) Manutenção dos incentivos fiscais da SUFRAMA e a sua integração ao MERCOSUL;

m) Transferir as terras atualmente gerenciadas pela União aos Estados Amazônicos;

n) Definir uma nova política sobre a questão fundiária ambiental e indígena nos Estados da Amazônia;

o) Melhoria dos portos e aeroportos da Amazônia;

p) Definição de uma **Política Global de ECO-TURISMO** para a Região.

q) Investir em Saneamento básico e habitação nas cidades amazônicas;

r) Liberar recursos para os órgãos de pesquisa e desenvolvimento na Região.

s) Implantação de um Programa de Aproveitamento das Terras de Várzeas da Amazônia;

t) Implantação de uma nova e aplicável política de reflorestamento da região.

C- Sugestões estadualizadas propostas pelos parlamentares de cada Estado.

Todas as propostas apresentadas pelas Bancadas, estão abaixo relacionadas na sua forma original:

BANCADA PARLAMENTAR DA AMAZÔNIA LEGAL- ESTADO DE RORAIMA

REIVINDICAÇÕES

1. Asfaltamento da BR 174 - Única via de ligação do nosso Estado com o país.
500Km de asfalto - trecho Caracarái-Manaus.
Valor: R\$ 65.000.000,00.

2. Implantação das áreas de livre comércio de Bonfim e Pacaraima com a extensão a Boa Vista, capital do Estado.
Valor: R\$ 3.500.000,00

3. Construção de um sistema definitivo e seguro de geração de energia para o Estado com as seguintes opções:

a) Construção da Hidroelétrica de Cotingo

Capacidade de energia: 250 MW

Custo: R\$ 220.000.000,00 ou

b) Aproveitamento Gás de Juruá

4. Apoio ao Programa de Desenvolvimento Agropecuário do Estado com liberação de recursos para Crédito Agrícola. Ano de 1995 (Banco do Brasil/Basa):

- Custeio pecuário: R\$10.000.000,00
- Custeio Agrícola: R\$ 7.000.000,00
- Investimento pecuário: R\$ 8.000.000,00
- Investimento Agrícola: R\$ 5.000.000,00

5. Revisão da demarcação das áreas indígenas no Estado com vistas à adequá-las à população indígena residente e ao desenvolvimento de nossa região.

- Revisão da área ianomâmi;
- Não demarcação em área contínua de Raposa e Serra do Sol.

6. Definição de uma política governamental de exploração de nossas reservas minerais com a participação dos mineradores e garimpeiros com garantia da preservação ambiental.

7. Apoio aos Funcionários Públicos Federais à disposição do Estado com definição de uma política de ação com as seguintes prioridades:

- Enquadramento dos servidores municipais com base no Parecer FC-3;
- Garantia do pagamento das vantagens já asseguradas aos demais servidores federais:

- a) Ticket Alimentação.
- b) Auxílio-Creche.
- c) Adicional Noturno e Horas Extras - Policiais Cíveis de Carreira;

- Pagamento das questões trabalhistas aos servidores federais - já ganhas nas justiças, há mais de um ano em tramitação no Ministério da Administração e Reforma do Estado, ex-SAF;

- Instalação da Delegacia do Ministério da Administração Federal no Estado com vistas ao gerenciamento do quadro de servidores federais à disposição do Estado.

Brasília(DF), 06 de março de 1995.

BANCADA DE RORAIMA

Nome	Assinatura	Partido
1. _____	_____	_____
2. _____	_____	_____

BANCADA PARLAMENTAR DO ESTADO DO ACRE

1. TRANSPORTES

Garantir a pavimentação e manutenção das rodovias federais BR-364 (Rio Branco-Cruzeiro do Sul) e BR-317 (Rio Branco-Assis Brasil), como forma de promover a integração física do Estado e da região para com os países andinos.

2. ENERGIA

Ampliar a capacidade de geração e distribuição de energia elétrica na capital e municípios do interior, buscando implantar um programa de eletrificação rural para melhorar as condições de vida e permanência do homem no interior.

3. SANEAMENTO

Garantir investimentos para promover a implementação e ampliação de sistemas de abastecimento de água, bem como sistemas de coleta e tratamento de esgotos sanitários.

4. HABITAÇÃO

Promover um programa de organização de áreas ocupadas com sub-habitações, bem como lotes urbanizados, com basicas de material de construção e habitações, como forma de garantir moradia digna à população de baixa renda.

5. SAÚDE

Garantir condições para recuperação e manutenção das unidades existentes do sistema de saúde do estado, bem como a implantação de novas unidades em município desassistidos, objetivando o efetivo atendimento às populações do interior, com ênfase também para um programa de erradicação das doenças tropicais e infecto-contagiosas.

6. EDUCAÇÃO

Garantir a universalização do acesso à educação às crianças de 7 a 14 anos, um energético programa para a erradicação do analfabetismo, bem como um programa de educação para o trabalho.

7. DESENVOLVIMENTO AGRO-FLORESTAL

Garantir a aporte de recursos para a dinamização de um problema de desenvolvimento do setor agro-pecuário, bem como exploração racional dos recursos naturais renováveis, definido através do zoneamento econômico ecológico do estado, garantindo assim a sustentabilidade do processo de desenvolvimento.

Garantir através da reativação do Conselho Nacional da Borracha ou através do Conselho de Recursos Naturais, a participação efetiva de representantes da Amazônia, visando especialmente a reestruturação, dinamização e fortalecimento da economia da borracha nativa e outros produtos naturais da Amazônia.

8. QUESTÃO AGRÁRIA

Garantir infra-estrutura básica para os projetos de colonização e assentamento rural e extrativista, de responsabilidade do governo federal,

através do INCRA e IBAMA, como forma de conter o processo existente de êxodo rural, bem como promover estudos em conjunto com o governo do estado para o aproveitamento das potencialidades das áreas de proteção ambiental, buscando melhorar a qualidade de vida da população ali residente.

9. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Fortalecer os organismos federais para o desenvolvimento regional, especialmente a SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus, garantindo-lhes condições efetivas de implantar ações estruturantes para o desenvolvimento da região, como forma de reduzir as graves desigualdades econômicas e sociais da Amazônia.

Garantir o apoio do Governo Federal para implementação do PRODESAP- Programa de Desenvolvimento Sustentável da Economia dos Municípios dos Vales dos Rios Acre e Purus, elaborado pelas prefeituras e a ser negociado com o Ministério do Planejamento (COFIE), para apreciação de financiamento junto ao BID (aproximadamente US\$ 180 milhões).

Garantir o desenvolvimento auto-sustentável do estado, através de fomento a iniciativas privadas nas áreas de agro-indústrias, indústrias de base florestal e extrativistas e de culturas permanentes, utilizando recurso oriundos do Fundo Constitucional do Norte - FNO, em condições regionalizadas, de forma a possibilitar a geração de emprego com distribuição de renda.

Senadores

NABOR JÚNIOR
FLAVIANO MELO
MARINA SILVA

Deputados Federais

CARLOS AIRTON
CÉLIA MENDES
CHICÃO BRÍGIDO
FRANCISCO DIÓGENES
JOÃO MAIA
MAURI SÉRGIO
RONIVON SANTIAGO
ZILA BEZERRA

ESTADO DO MATO GROSSO

**SENADOR CARLOS BEZERRA, JONAS PINHEIRO, JÚLIO CAMPOS,
DEPUTADO ROGÉRIO SILVA, DEPUTADO ANTÔNIO JOAQUIM,
DEPUTADO TETÉ BEZERRA, DEPUTADO ROBERTO FRANÇA,
AUGUSTINHO FREITAS, DEPUTADO WELLINGTON, DEPUTADO
GILNEY VIANA, DEPUTADO RODRIGUES PALMA**

**PAUTA DE REIVINDICAÇÕES PARA DEBATE COM BANCADA DA
AMAZÔNIA LEGAL** (Encaminhamento para Comissão Executiva Provisória
até 07/03/95.

1. Financiamentos para a criação de pequenas e médias indústrias processadoras de produtos agrícolas;
2. Urgente recuperação da BR-163; ASFALTAMENTO DE SANTA HELENA A SANTARÊM;
3. Criação de Mercado Futuro de Grãos, ligado a Bolsas Internacionais;
4. Liberalização do aproveitamento de madeira (castanheira);
5. Recursos financeiros para viabilização hidrovias Tapajós;
6. Recursos financeiros para Construção de armazéns graneleiros;
7. Recursos financeiros para o INCRA - Assentamento de colonos;
8. Construção e Recuperação de Estradas para o escoamento da produção, em especial da MT-235, que abrange a Região Sul da Amazônia Legal;
9. Integração da Amazônia Legal no contexto sócio-econômico
 - Acima do paralelo 15°, inexistem Sistemas Integrados para desenvolvimento.A única refinaria existente em Manaus é insuficiente para abastecer a região.
10. Urgente liberação de recursos já consignados no orçamento da união para implantação da hidrovia Araguaia-Tocatins, no seu primeiro trecho

Rogério Silva
Deputado Federal

Antônio Joaquim
Deputado Federal

BANCADA PARLAMENTAR DA AMAZÔNIA LEGAL **BANCADA DO ESTADO DO AMAPÁ**

A Bancada do Estado do Amapá, reunida no dia 07 de fevereiro 1995, no Gabinete do Senador Sebastião Rocha definiu a seguinte pauta reivindicações prioritárias para o Estado:

- 1) Interligação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí à margem esquerda Amazonas com tensão de 500 KV com a possibilidade de atender os Estados Amapá e Amazonas.
- 2) Construção do terminal de containers no porto de Santana para viabilizar zona de livre comércio entre Macapá e Santana.
- 3) Conclusão das obras da rodovia BR 156 que liga Laranjal do Jari, o terceiro maior município do Estado, ao Oiapoque, que é a porta de entrada para o Caribe e para o Mercado Comum Europeu através da Guiana Francesa.
- 4) Saneamento básico e ocupação ordenada do espaço urbano dos municípios de Macapá, Santana e Laranjal do Jari. Hoje cerca de 85% da população do Estado está concentrada nestas três cidades.
- 5) Ampliação do Mercosul para os Países do Caribe estimulando a zona de comércio internacional com os Estados do Norte do Brasil (Merconorte)

Brasília, 07 de março de 1995.

Coordenadores:

Senador Sebastião Rocha

Deputado Antônio Feijão

Deputados indicados pela Bancada para participar da Comissão Mista do Bloco Amazônico: SEBASTIÃO MADEIRA e DAVI ALVES SILVA

Reivindicações da Bancada do Maranhão no Bloco Parlamentar da Amazônia

1. Continuação da Ferrovia Norte-Sul
2. Instalação da RENOR na Amazônia Legal
3. Hidrovia Tocantins-Araguaia
4. Incentivos à consolidação do Polo Agrícola (produção de grãos do Sul do Maranhão)
5. Incentivos para a criação de um Polo Moveleiro na Pré-Amazônia Maranhense (Imperatriz-Açailândia-Itinga)
6. Criação de uma Universidade Federal na Pré-Amazônia Maranhense (Imperatriz-Açailândia-Balsas)
7. Construção de uma ponte sobre o Rio Tocantins em Imperatriz.

Antônio Joaquim Araújo-PFL
César Bandeira-PFL
Davi Alves Silva
Domingos Dutra-PT
Elizeu Moura-PFL
Francisco Coelho-PFL
Gastão Vieira-PMDB
Jaime Santana-PSDB
João Alberto-PMDB
José Carlos Sabóia-PSB
Magno Bacelar-PDT
Márcia Marinho-PSC
Mauro Fecury-PFL
Pedro Novais-PMDB
Remi Trinta-PMDB
Roberto Rocha-PMDB
Sarney Filho-PFL
Sebastião Madeira-PSDB
Costa Ferreira-PP
OF/Nº006/95/GDUB-CD

Brasília (DF), 08 de março de 1999

Estado do Tocantins

A bancada do Estado do Tocantins, em reunião realizada à 14:00 horas do dia 07 p.p., onde teve a participação de Deputados e Senadores, vem informar ao nobre coordenador da Comissão Executiva Provisória Mista Especial sobre a Amazônia Legal e Desigualdades Regionais, ficou deliberado as seguintes prioridades:

- Norte/Sul com ponte no Rio Tocantins;
- Manter as emendas do orçamento, feita pelos Parlamentares relação à região;
- Hidrovia Rio Araguaia e Rio Tocantins;
- Conclusão da TO 242 - que liga o Estado do Tocantins ao Estado Bahia, TO 235 - que liga aos Estados do Pará, Tocantins e Maranhão, finalmente a Transamazônica;
- Projeto Javés;
- Eletificação;
- Recuperação e conservação da rodovia Belém/Brasília.

A Sua Excelência, o senhor

Deputado JOSÉ PRIANTE

Coordenador da Comissão Executiva provisória

Comissão Mista Especial sobre a Amazônia Legal e Desigualdades Regionais

Câmara dos Deputados

sls

DEP. ULDON BANDEIRA/PMDB-TO

DEP.FREIRE JÚNIOR/PMDB-TO

DEP. ANTÔNIO JORGE/PPR-TO

DEP.DOLORES NUNES/PP-TO

DEP.OSWALDO REIS/PP-TO
DEP.JOÃO RIBEIRO/PFL/PTB-TO
DEP.PAULO MOURÃO/PPR-TO
DEP.MELQUIADES NETO/PFL-TO
SEN.CARLOS PATROCÍNIO/PFL-TO
SEN.JOÃO ROCHA/PFL-TO
SEN.LEOMAR QUINTANILHA/PPR-TO

BANCADA FEDERAL DA AMAZÔNIA

OBRAS PRIORITÁRIAS

ESTADO DO PARÁ

I- Área de Transporte

1. Restauração e Pavimentação da Rodovia BR 230 (Transamazônica) Trecho: Divisa PA-TO/Divisa PA-AM.
2. Restauração e Pavimentação da Rodovia BR 163 (Santarém/Cuiabá) Trecho: Divisa PA-MT/Santarém.
3. Restauração e Pavimentação da Rodovia BR 222. Trecho: BR 010/Marabá.
4. Implantação da Rodovia BR 417 (Transmarajoana). Trecho Afuá/Ponta de Pedras.
5. Implantação da Hidrovia Araguaia/Tocantins com solução multi-modal nos pontos de transposição das Corredeiras de Santa Izabel e da Barragem de Tucuruí.
6. Ampliação e adequação do Porto de Vila do Conde para Carga Geral.
7. Ampliação da estação de passageiros do Aeroporto Internacional de Belém e complementação do pátio de estacionamento e ampliação das pistas de pouso.

II- Área de Energia

1. Linha de transmissão Tucuruí/Altamira/Itaituba/Santarém.
2. Linha de transmissão Tucuruí/Cametá/Limoeiro e Baião/Mocajuba.
3. Reforço da linha de transmissão do trecho Santa Maria/Paragominas.
4. Linha de transmissão Redenção/Santana do Araguaia.

PROJETOS DE INTERESSES DE RONDÔNIA PARA DISCUSSÃO JUNTO AO BLOCO PARLAMENTAR DA AMAZÔNIA

1. Implantação da rodovia para pacífico;
2. Viabilização da rodovia celeiro da produção-projeto integrado MT-235;
3. Implantação e balizamento da hidrovia do madeira, e Porto Velho a Itacoatiara;

4. Construção da Usina de geração de energia elétrica com gás natural da bacia de Urucu, no Amazonas. (Obs: O transporte deste combustível Urucu para Porto Velho poderá ser feito através de gasoduto ou através de balsas via hidrovia do Madeira).
5. Restauração da BR-364 desde Rio Branco (AC) até Rondonópolis (MT);
6. Pavimentação asfáltica das rodovias federais delegadas em Rondônia, a saber: BR-421, de Ariquemes a Campo Novo, com cerca de 111 quilômetros, BR-429, de Presidente Médici a Costa Marques, com aproximadamente 350 quilômetros, BR-174, de Vilhena a divisa com Mato Grosso, com extensão de 60 quilômetros. (Obs: O asfaltamento desta estrada vai facilitar o escoamento da produção de soja daquela região do Mato Grosso, que começa a receber grandes investimentos de grupos empresariais do ramo).
7. BR-425 no trecho entre a BR-364 e Vila Nova do Mamoré, com extensão de cerca de 100 Km. (Obs: Nesta rodovia, já pavimentada com recursos próprios do Estado, faltam apenas a construção de pontes de concreto, para substituir as atuais pontes de madeira ou as antiquíssimas pontes da lendária estrada de ferro Madeira-Mamoré com cerca de 100 anos de existência).
8. Autonomia dos Estados Amazônicos na gestão fundiária;
9. Garantia de liberação dos recursos orçados pela SUDAM para PÍN-PROTERRA;
10. Garantia de liberação de recursos para pesquisas na Amazônia;
11. Resgatar os recursos destinados ao Ministério da Saúde (FNS) para combate as epidemias da Região Norte;
12. Aumentar a percentual do Fundo Constitucional do Norte-FNO;
13. Defender política habitacional para Região Norte com destinação urgente de recursos para construção de conjuntos habitacionais.

Marinha Raupp
Deputada Federal PSDB-RO
Emersom Pires
Deputado Federal-PSDB-RO

Ildemar Kussler
Deputado Federal - PSDB-RO
Confúcio Moura
Deputado Federal-PMDB-RO

Especial sobre a Amazônia Legal e Desigualdades Regionais, ficou deliberado as seguintes prioridades:

- Norte/Sul com ponte no Rio Tocantins;
- Manter as emendas do orçamento, feita pelos Parlamentares em relação à região;
- Hidrovia Rio Araguaia e Rio Tocantins;
- Conclusão da TO 242 - que liga o Estado do Tocantins ao Estado da Bahia, TO 235 - que liga aos Estados do Pará, Tocantins e Maranhão e, finalmente a Transamazônica;
- Projeto Javés;
- Eletrificação;
- Recuperação e conservação da rodovia Belém/Brasília.

A Sua Excelência, o senhor

Deputado **JOSÉ PRIANTE**

Coordenador da Comissão Executiva provisória

Comissão Mista Especial sobre a Amazônia Legal e Desigualdades Regionais

Câmara dos Deputados

sls

DEP. UDSON BANDEIRA/PMDB-TO

DEP. FREIRE JÚNIOR/PMDB-TO

DEP. ANTÔNIO JORGE/PPR-TO
DEP. DOLORES NUNES/PP-TO
DEP. OSWALDO REIS/PP-TO
DEP. JOÃO RIBEIRO/PFL/PTB-TO
DEP. PAULO MOURÃO/PPR-TO
DEP. MELQUIADES NETO/PFL-TO
SEN. CARLOS PATROCÍNIO/PFL-TO
SEN. JOÃO ROCHA/PFL-TO
SEN. LEOMAR QUINTANILHA/PPR-TO

BANCADA FEDERAL DA AMAZÔNIA

OBRAS PRIORITÁRIAS

ESTADO DO PARÁ

I- Área de Transporte

1. Restauração e Pavimentação da Rodovia BR 230 (Transamazônica) Trecho: Divisa PA-TO/Divisa PA-AM.
2. Restauração e Pavimentação da Rodovia BR 163 (Santarém/Cuiabá) Trecho: Divisa PA-MT/Santarém.
3. Restauração e Pavimentação da Rodovia BR 222. Trecho: BR 010/Marabá.
4. Implantação da Rodovia BR 417 (Transmarajoana). Trecho Afuá/Ponta de Pedras.
5. Implantação da Hidrovia Araguaia/Tocantins com solução multi-modal nos pontos de transposição das Corredeiras de Santa Izabel e da Barragem de Tucuruí.
6. Ampliação e adequação do Porto de Vila do Conde para Carga Geral.
7. Ampliação da estação de passageiros do Aeroporto Internacional de Belém e complementação do pátio de estacionamento e ampliação das pistas de pouso.

II- Área de Energia

1. Linha de transmissão Tucuruí/Altamira/Itaituba/Santarém.
2. Linha de transmissão Tucuruí/Cametá/Limoeiro e Baião/Mocajuba.
3. Reforço da linha de transmissão do trecho Santa Maria/Paragominas.
4. Linha de transmissão Redenção/Santana do Araguaia.

**PROJETOS DE INTERESSES DE RONDÔNIA PARA DISCUSSÃO
JUNTO AO BLOCO PARLAMENTAR DA AMAZÔNIA**

1. Implantação da rodovia para pacífico;
2. Viabilização da rodovia celeiro da produção-projeto integrado MT-235;
3. Implantação e balizamento da hidrovía do madeira, e Porto Velho a Itacoatiara;
4. Construção da Usina de geração de energia elétrica com gás natural da bacia de Urucu, no Amazonas. (Obs: O transporte deste combustível Urucu para Porto Velho poderá ser feito através de gasoduto ou através de balsas via hidrovía do Madeira).
5. Restauração da BR-364 desde Rio Branco(AC) até Rondonópolis (MT);
6. Pavimentação asfáltica das rodovias federais delegadas em Rondônia, a saber: BR-421, de Ariquemes a Campo Novo, com cerca de 111 quilômetros, BR-429, de Presidente Médici a Costa Marques, com aproximadamente 350 quilômetros, BR-174, de Vilhena a divisa com Mato Grosso, com extensão de 60 quilômetros. (Obs: O asfaltamento desta estrada vai facilitar o escoamento da produção de soja daquela região do Mato Grosso, que começa a receber grandes investimentos de grupos empresariais do ramo).
7. BR-425 no trecho entre a BR-364 e Vila Nova do Mamoré, com extensão de cerca de 100 Km. (Obs: Nesta rodovia, já pavimentada com recursos próprios do Estado, faltam apenas a construção de pontes de concreto, para substituir as atuais pontes de madeira ou as antiquíssimas pontes da lendária estrada de ferro Madeira-Mamoré com cerca de 100 anos de existência.
8. Autonomia dos Estados Amazônicos na gestão fundiária;
9. Garantia de liberação dos recursos orçados pela SUDAM para PÍN-PROTERRA;
10. Garantia de liberação de recursos para pesquisas na Amazônia;
11. Resgatar os recursos destinados ao Ministério da Saúde (FNS) para combate as epidemias da Região Norte;
12. Aumentar a percentual do Fundo Constitucional do Norte-FNO;
13. Defender política habitacional para Região Norte com destinação urgente de recursos para construção de conjuntos habitacionais.

Marinha Raupp
Deputada Federal PSDB-RO

Ildemar Kussler
Deputado Federal - PSDB-RO

Emersom Pires
Deputado Federal-PSDB-RO

Confúcio Moura
Deputado Federal-PMDB-RO

Durante o discurso do Sr. Nabor Júnior, o Sr. Ney Suassuna, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Peres.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s Senadoras e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna para trazer um tema que tem sido por demais abordado no plenário desta Casa: medidas provisórias.

Ao que me consta, existem tramitando no Congresso Nacional cerca de 26 medidas provisórias. Dessas, apenas duas conseguiram chegar ao final do rito, ou seja, da implantação da comissão até a apresentação do relatório final.

Tive a honra de ser presidente das comissões que apreciaram estas duas medidas provisórias: uma referente a mensalidades escolares e outra sobre extinção do Conselho Federal de Educação e criação do Conselho Nacional de Educação.

A Medida relativa às mensalidades escolares, Sr. Presidente, começou, em sua primeira edição, com o número 524 e foi diversas vezes reeditada sob os números 550, 575, 612, 651, 697, 751, 817, 887, 932, 963, 988 e, agora, finalizada sob o número 1.012. Passei a presidir essa comissão a partir da edição que tomou o número 932. Todos os membros da Comissão participaram com muito interesse do debate. Foi um debate profundo. Houve praticamente um acordo entre as partes interessadas sobre as mensalidades escolares, e o relatório foi aprovado por unanimidade. A partir daí, não encontramos espaço para que a matéria fosse votada no Congresso Nacional. Então, a Medida foi reeditada, sob o número 963, e novamente aprovamos o parecer, e, de novo, não encontramos espaço para votação no Congresso Nacional. A Medida foi reeditada, sob o número 988, novamente implantamos a Comissão, procedemos a todo o ritual e não encontramos espaço para a votação.

Hoje, pela quarta vez, aprovamos o parecer e esperamos ter espaço para que a matéria seja, finalmente, aprovada e transformada em lei de uma vez por todas.

No caso específico das mensalidades escolares, o assunto é complicado, porque os pais ficam intranquilos, pois pode haver mudanças a cada reedição. Por sua vez, os empresários da área de ensino também ficam intranquilos, pois não conseguem fazer o planejamento. E o que é pior, o Congresso Nacional passa um atestado de incompetência, quando não coloca em votação uma medida provisória que chegou ao final pela quarta vez. Essa é a décima-terceira vez que essa medida é reeditada, e, por quatro vezes, o ritual, num dos poucos e raros exemplos, foi até ao final.

Em relação à outra medida provisória, aconteceu o mesmo. É a terceira vez que chegamos à finalização e, pela terceira vez, não encontramos espaço para a votação. Para fazer valer a Comissão, às 9h da manhã, tive que, pessoalmente, falar com cada parlamentar. E de cada um ouvi frases como estas: "Mas para quê? Não vai dar em nada." "O Congresso não quer." "Vou perder meu tempo." Ouvi isso, inclusive, do nosso grande parlamentar, Nelson Marchezan, que, pela quarta vez, é o Vice-Presidente dessa Comissão. Ouvi isso, por exemplo, do Relator, Deputado Paes Landim.

Está difícil! Se nós, Congresso Nacional, que tanto falamos mal das medidas provisórias, deixamos correr frouxo as votações, como poderemos reclamar do Executivo? Das 26 medidas provisórias, apenas duas tiveram o seu ritual concluído, há quatro meses, sem conseguirmos que fossem à votação.

É exatamente para protestar contra esse *laissez-faire*, contra esse descaso que está trazendo intranquilidade, no caso, para os

país e para o pessoal da área de Educação e está dando um mau exemplo de atuação do Congresso Nacional, que venho à tribuna desta Casa hoje, na esperança de que essas medidas provisórias, as duas únicas das 26 – há dois meses eram 32 e só havia elas duas também – que tiveram seu ritual concluído – para o qual buscamos cumprir a nossa obrigação, marcando reuniões, às vezes, até às 8h, e conseguindo trazer os Parlamentares –, recebam o estímulo para serem colocadas em votação.

Assim, apelo aos Companheiros que façam pressão para que o Congresso volte a ter a sua independência e altivez, e todos nós, juntos, possamos cumprir a nossa obrigação.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra à nobre Senadora Emilia Fernandes. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Bezerra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Coutinho Jorge. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Leomar Quintanilha. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Josaphat Marinho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva. (Pausa.)

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do oradora.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, hoje a Câmara dos Deputados votará a quebra do monopólio do petróleo. E eu, que reconheço no Governo Federal o responsável pelas mudanças – para isso foi eleito; eu, que tenho tido o cuidado de ser uma Oposição que busca também propor, tive a preocupação de pensar nas medidas que estão sendo tomadas em relação à quebra do monopólio.

Pensei comigo que talvez estivesse sendo muito rígida ou radical em minha posição. Busquei compreender o Governo Federal e examinar, com muita atenção, o que está se passando, principalmente no que diz respeito ao petróleo. Examinei um estudo já conhecido e reconhecido pela Nação brasileira, para poder também entender por que há essa pressão de fora no sentido da quebra do monopólio, sem que haja uma reação maior da parte das empresas nacionais.

No nosso País, espanta-me profundamente que, num momento como este, em que está havendo a quebra de monopólios e em que, por outro lado, existe também vontade de colocar em pé de igualdade as empresas internacionais e as nacionais, não estejamos vendo reação destas últimas. Ora, não estou aqui para defender empresários, mas quero dizer que a empresa brasileira é aquela que tem responsabilidade pelo País e que garante empregos para os brasileiros.

Quero ter a oportunidade de pensar tranquilamente em poder ajudar o Governo a fazer uma reforma que signifique desenvolvimento econômico, mas que signifique também garantia de empregos, saúde para o povo brasileiro. Já estamos cansados de ouvir a mesma coisa: prioridade para saúde, habitação e educação. Mas parece que, a cada medida governamental, essa possibilidade fica mais afastada; podemos perceber, sem perseguição, que há alguma coisa atrás disso.

Após olhar e observar, eu me fiz uma pergunta: quantos campos de petróleo têm o Canadá, os Estados Unidos, o Japão, a Alemanha, a França, a Itália, a Inglaterra? Não achei resposta. Depois perguntei-me: qual é o percentual de consumo de petróleo no mundo? Isso, para saber se podemos abrir as nossas comportas dessa forma. Aí percebi que sete países, os mais ricos, consomem metade do petróleo – só que eles não têm esse petróleo. Talvez

haja uma necessidade enorme de, nessa nossa relação econômica, conceder um pouco para esses países e de exportar, ou melhor, de pedir que eles explorem as nossas reservas.

Procurei saber – e sei que todos sabem tanto quanto eu – o que o petróleo e o gás representam para nós. E me fiz outra pergunta: o que representam o petróleo e o gás no mundo e qual é o percentual de energia consumida proveniente deles? Descobri que eles representam 52% da energia consumida no mundo. Isso também me preocupou e pensei: talvez tenhamos muitas reservas aqui, talvez tenhamos demais e os outros também; quem sabe uma troca possa ser feita?! Provavelmente não há nada por trás disso!

Mas observei uma coisa, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores: as 22 maiores empresas privadas do Primeiro Mundo detêm reservas para dez anos de produção e cinco anos de refino. Aí pude entender por que pressionam tanto o nosso País para a quebra do monopólio, para essa abertura: isso significa poder, sobrevivência, riqueza; é a galinha dos ovos de ouro na estratégia econômica de qualquer país, principalmente do nosso, que tem petróleo.

Pensei ainda: pode ser que tenhamos uma outra situação que garanta ao País melhores condições econômicas. Observei, então, que o setor com maiores negócios no mundo ainda é o do petróleo, que movimentam um trilhão de dólares por ano.

Fui entendendo cada vez melhor a situação; percebi que não há, da minha parte, qualquer perseguição ideológica ou qualquer má vontade em ajudar as reformas. O que há é a vontade de manter a minha convicção e decisão em não aceitar a quebra do monopólio, pois entendo que o pecado cometido até então, principalmente pela Petrobrás, foi o de garantir descobertas, novas técnicas de exploração que ninguém no mundo tem. Aqui tem qualidade, tem gente competente, tem eficiência evidentemente. E quem são essas pessoas de quem estamos falando aqui senão os cientistas da Petrobrás, saídos das universidades brasileiras.

Ora, se tivemos essa competência para acumular conhecimento, por que, então, fazer essa quebra? Por que arriscar e colocar a nossa empresa para competir com outras empresas que sequer têm, nos seus respectivos países, condições para exploração desse petróleo, e querem vir para o nosso País?

Não, Sr. Presidente. Não, Srs. Senadores. Não é perseguição. É a convicção de que não podemos concordar com isso. A Petrobrás é um sucesso brasileiro, é a empresa que vem dando certo há muitos anos.

Estou buscando compreender, dentro dos meus limites de entendimento, tendo em vista o que está-se passando neste momento, por que não houve uma insatisfação maior do povo brasileiro com a extinção de um patrimônio como esse.

Duas situações têm-me chamado a atenção: a cabotagem e o petróleo. Essas duas questões estão me incomodando muito e não estou vendo uma reação nacional com relação a elas. Não estão tendo eco as vozes que, de fora deste Congresso Nacional, estão lutando para que o Governo Federal consiga do povo brasileiro todo apoio para não ceder a essa tentação.

O Sr. Josaphat Marinho – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Concedo o aparte ao nobre Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho – Nobre Senadora, acredito que V. Ex^a poderia resumir suas afirmações dizendo que a Petrobrás é a eficiência a serviço do desenvolvimento econômico e tecnológico do País.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Em síntese, é exatamente isso. Entretanto, não estamos conseguindo, nobre Senador, despertar o interesse nacional para que haja uma reação positiva em relação a esse progresso maravilhoso, de que precisamos para tirar o povo da miséria.

O Sr. Josaphat Marinho – Permite-me V. Ex^a uma nova intervenção?

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Pois não, nobre Senador.

O Sr. Josaphat Marinho – Mas não devemos desanimar. Não conheço exemplo, no mundo, de lei que prospere se não tiver o consentimento da vontade popular. A Petrobrás nasceu, cresceu e se desenvolveu prestigiada pela opinião pública. As fraquezas de agora não perdurarão.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Eu não quero perder as esperanças, Senador. Ainda temos a votação de hoje à tarde. Qualquer que seja a decisão da Câmara dos Deputados, ainda temos este Plenário para os debates, para os acertos necessários, para garantir esse patrimônio que é a Petrobrás.

Eu espero, Srs. Senadores, que o Senado Federal...

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Ilustre Senadora, a Presidência vai prorrogar a Hora do Expediente por mais alguns minutos para que V. Ex^a possa concluir.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Agradeço a V. Ex^a.

Tenho muita esperança, Srs. Senadores, porque aprendi, na minha bíblia, que "a momentânea tribulação não pode estar comparada com a glória que há de vir". Que o Senado possa realizar um debate consciente, aprofundado, equilibrado, para que a Petrobrás continue sendo dos brasileiros, para riqueza do nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Benedita da Silva, o Sr. Jefferson Peres, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ney Suassuna, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao nobre Senador Coutinho Jorge. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Josaphat Marinho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, eu me associo à preocupação da Senadora Benedita da Silva diante da votação que ocorrerá, nesta tarde, na Câmara dos Deputados, da emenda que trata do monopólio da União sobre a exploração e demais atividades relacionadas ao petróleo.

A campanha nacional pelo monopólio do petróleo aconteceu no final dos anos 40 e início dos anos 50. A partir da sua criação, em 1953, a Petrobrás ganhou importância na história do Brasil. Dessa campanha participou o pai do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Para que a Petrobrás se tornasse realidade e o Brasil pudesse se desenvolver e mesmo superar o que era colocado como obstáculo, ou seja, a não existência de petróleo em nossa terra, houve a união de conservadores e progressistas, da esquerda e da direita.

Não é à toa que, perante o edifício do Congresso Nacional, estão, neste momento, milhares de pessoas, preocupadas com a votação que se dará na tarde de hoje na Câmara dos Deputados.

Hoje, pela manhã, lideranças das mais expressivas, dentre as quais Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-Governador Leonel Brizola, os Governadores Cristóvam Buarque e Vítor Buaiz e líderes dos mais diversos partidos se posicionaram a favor de um Brasil soberano, pedindo cuidado, reflexão, na votação de hoje à tarde.

Estamos vivendo, no Congresso Nacional, sob intensa pressão, em que se torna difícil a posição de partidos como o Partido dos Trabalhadores, o PDT, o PSB e o PPS, e de parlamentares que não estão, ainda que integrantes do PFL, do PMDB e de outros partidos, completamente de acordo com as proposições do Executivo.

Felizmente, ouvimos a voz lúcida de quem conhece a história e tem firme convicção sobre a questão do petróleo, como o Se-

nador Josaphat Marinho, do PFL, que, aqui no Senado Federal, está nos chamando todos à reflexão antes de tomarmos uma decisão final.

Ainda hoje, pela manhã, na Comissão de Constituição e Justiça, ao ser votado o relatório do Senador Edison Lobão sobre a emenda relativa ao gás, pudemos perceber que está difícil para qualquer Senador sugerir qualquer modificação que possa ser considerada construtiva em relação às proposições do Executivo, haja vista o que aconteceu com a proposição da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que coloca como emenda aditiva, qualificativa da proposta sobre os serviços públicos de gás, a constituição de comissão nacional e de comissões estaduais de usuários para fiscalizar e observar exatamente em que medida os serviços públicos estão sendo efetuados com a devida qualidade, e ajudar na tomada de decisões sobre tarifas cobradas por esses serviços.

Trata-se de uma prática já bastante avançada em outros países, dentre os quais os Estados Unidos. Devo dizer que ali os serviços públicos, sejam de transporte, gás ou eletricidade, são normalmente controlados pela sociedade civil por meio de conselhos municipais, estaduais e nacionais, em que representantes dos usuários exercem fiscalização sobre atividades de monopólios naturais. Assim, muitas vezes, empresas privadas que poderiam abusar de seu poder monopolístico acabam sendo controladas por conselhos de fiscalização relativamente a qualidade, preços e outros detalhes.

Essa proposta, ainda que elogiada por Senadores do mais amplo espectro partidário, que, inclusive, se posicionariam favoravelmente à proposição por ocasião de apreciação da legislação ordinária ou complementar, consideraram que, para o propósito de constar na Constituição, não votariam a favor. Por fim, a proposição acabou tendo apenas três votos – mais um indício da dificuldade em que aqui se encontram os Partidos de Oposição. Mas, conforme salientou o Senador Josaphat Marinho, não vamos esmorecer, vamos continuar defendendo aquilo que avaliamos o melhor para o Brasil.

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, para cada uma das proposições que ainda serão examinadas nos próximos dias – definição de empresa nacional e de empresa brasileira, transporte de cabotagem ou petróleo –, continuaremos a apresentar emendas modificativas.

Esperamos que aqui, no Senado Federal, não ajamos como um rolo compressor, dizendo amém para tudo o que o Poder Executivo propõe e a Câmara dos Deputados aprecia. Esperamos que o Senado Federal mostre que aqui há pessoas com disposição e vontade. Reúnem-se, nesta Casa, as experiências de homens e mulheres que, em suas vidas públicas, tiveram muita prática, quer como presidentes, quer como governadores, quer como parlamentares. São pessoas de largo conhecimento de vida parlamentar, privada e pública. É de se esperar que o Senado Federal venha a modificar e aperfeiçoar as propostas que vêm da Câmara dos Deputados; afinal de contas, o Senado Federal é uma Casa que deve exercer seu papel qualificador, inovador, modificador.

Assim sendo, Sr. Presidente, saliento a importância de o Senado Federal se afirmar nesses episódios.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra a V. Ex.^a, por cinco minutos.

O SR. EDISON LOBÃO – Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a que, em seguida, me conceda a palavra por ter sido citado nominalmente pelo Senador Suplicy, para uma explicação pessoal.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – V. Ex.^a, citado, tem prioridade.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – A Mesa prorroga o período destinado ao Expediente por dez minutos.

Tem a palavra o Senador Edison Lobão, para uma explicação pessoal.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Brasil não seria hoje a grande Nação econômica que é sem a existência das empresas estatais; estas tiveram seu tempo e contribuíram fortemente para a grandeza econômica e social deste País. Mas, como citou a Senadora Benedita da Silva, está na Bíblia, no capítulo do Eclesiastes, "tudo tem o seu tempo e a cada momento a sua agraça". A fase das estatais já se encerrou; este é um modelo superado, completamente esgotado.

Quando ouço o Senador Suplicy dizer que um rolo compressor se prepara para passar por cima da razão, observo que defende a razão de uma minoria. Ainda há pouco, S. Ex.^a defendia, por exemplo, os 20 mil grevistas petroleiros, contra 150 milhões de brasileiros. S. Ex.^a fazia uma defesa de 20 mil, ao tempo em que negligenciava o interesse de 150 milhões de brasileiros prejudicados por essa greve selvagem e irresponsável.

S. Ex.^a também se queixa do fato de ter eu, como Relator, emitido parecer contrário às suas emendas e de outros Srs. Senadores no que diz respeito à questão do gás. Fi-lo no que diz respeito à emenda Suplicy porque a considerei uma emenda mal situada; creio que tem méritos e pode ser examinada e aproveitada na lei regulamentadora; porém, não no dispositivo constitucional.

E o que aconteceu com o parecer do Relator? Foi aprovado por larga maioria.

A democracia pressupõe, Sr. Presidente, o respeito às posições da maioria, e a minoria pode realmente reclamar, ter suas posições, mas não pode entender que o seu ponto de vista é o correto contra o ponto de vista da maioria.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ney Suassuna) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é inacreditável o que acabo de assistir neste Congresso Nacional.

Os inconformados com as atitudes democráticas do Congresso Nacional na votação das reformas acabam de danificar este Parlamento, quebrando dependências da Câmara dos Deputados com o estandarte da CUT e as bandeiras vermelhas de seu partido político. Seus Líderes nesta Casa devem ter responsabilidade na distribuição das senhas para seus correligionários; devem se sentir um pouco responsáveis pelas desordens provocadas por pessoas deseducadas, que não estão preparadas para o regime democrático e que não se conformam com a liberdade de opinião e com os votos dos Srs. Parlamentares em relação às reformas. Assistimos há pouco a um espetáculo deprimente para a democracia do Brasil, em relação ao qual é necessário que se tomem providências urgentes, claro, por parte da outra Casa do Congresso Nacional.

Portanto, os Líderes do Partido dos Trabalhadores, que tanto falam na democracia, que tanto falam na Central Única dos Trabalhadores, deviam estar lá, dominando o temperamento dos deseducados, segurando a sua para que não dessem esse exemplo triste de falta de educação, quebrando vidros e portas da Casa do Congresso Nacional. Trata-se de um espetáculo humilhante, triste, vergonhoso, que não pode ser reproduzido e que deve ter o protesto do Senado Federal. Insurjo-me contra esse espetáculo, tenho certeza, com o apoio de todos os Senadores que querem um Brasil livre e democrático.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, tendo sido citado – foi referida a Liderança do Partido dos Trabalhadores –, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Eduardo Suplicy, o Regimento determina que a citação deve ser nominal. Não seria esse o caso. No entanto, V. Ex.^a, como Líder, pode pedir a palavra para uma comunicação urgente ou para uma manifestação, pelo prazo de cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra a V. Ex.^a, como Líder.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT-SP. Como Líder. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, não sei se o Senador Antonio Carlos Magalhães realmente presenciou os fatos aos quais se referiu. Parece-me que eles ocorreram há alguns minutos, e S. Ex.^a estava aqui, talvez tenha visto da janela de lá. Eu me encontrava aqui, presente, na medida em que estava próximo o momento importante da Ordem do Dia.

O Senador Antonio Carlos Magalhães repreende a Liderança do Partido dos Trabalhadores por não estar presente no local em que ocorreram tais fatos. Aquela hora, às 15h30min, era dever meu aqui estar, como líder do PT no Senado, como costume fazer diariamente.

Não estou, neste momento, aplaudindo a ação daquelas pessoas, que ali estavam realizando uma manifestação, de forçarem a porta e adentrarem o recinto do Congresso Nacional para assistirem à sessão da Câmara dos Deputados. Mas, de maneira alguma, posso me conformar – também faço o meu veemente protesto – com a maneira pela qual o Senador Antonio Carlos Magalhães referiu-se a segmentos da população brasileira, chamando-os de

Ora, Sr. Presidente, muitas das pessoas que aqui estão, as quais vi, hoje de manhã, no ato por um Brasil soberano, vêm de lugares distantes do Brasil. São pessoas que avaliaram como importante chamar a atenção dos representantes do povo, porque sentem com profundidade que, nesta Casa e na Câmara dos Deputados, nem sempre estão as pessoas atentas a um anseio tão profundo. Estão presentes em Brasília trabalhadores rurais, participantes do Movimento dos Sem-Terra, participantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, participantes de entidades sindicais não apenas pertencentes ao Partido dos Trabalhadores ou relacionados ao PT, à Central Única dos Trabalhadores, mas a muitos outros Partidos, a muitas outras entidades. Trata-se de pessoas que, percebendo que os seus direitos não estão sendo respeitados, são levadas a realizarem atos que podem parecer exageros.

Há muitas ocasiões, na história dos povos, em que pessoas, as mais dignas, são levadas inclusive a cometerem atos revolucionários. Na própria história da Bahia, muitas vezes, lutando pela independência do Brasil, houve pessoas extremamente dignas, que não faziam parte de qualquer....., mas, sim, do povo brasileiro que lutou, antes mesmo de Tiradentes, para que houvesse liberdade, para que o povo brasileiro se tornasse independente. Eu poderia citar muitas ocasiões em que homens e mulheres, as mais dignas, depois foram respeitadas e consideradas como pessoas da mais alta dignidade.

O Senador Antonio Carlos Magalhães, há poucos dias, esteve na terra de George Washington, de Thomas Jefferson, pessoas que participaram de revoluções porque os seus direitos não estavam sendo devidamente considerados.

É possível que essas pessoas hoje se encontrem em condições de perceberem seus direitos ultrajados. Protesto, portanto, em relação à maneira pela qual se referiu o Senador Antonio Carlos Magalhães aos cidadãos que tiveram, provavelmente, motivos extremamente fortes para quererem presenciar a sessão – tão importante para a história do Brasil – durante a qual se votaria a emenda sobre o monopólio do petróleo.

Durante o discurso do Sr. Antônio Carlos Magalhães, o Sr. Ney Suassuna, Suplente de Secretário, deixa

a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Sr. Presidente, fui citado, tenho direito a falar.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, citado nominalmente, na forma do Regimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, evidentemente quem ouviu as palavras do Senador Eduardo Suplicy logo vê que S. Ex.^a, pela maneira como fala, pela maneira titubeante e acanhada com que S. Ex.^a se refere a esse episódio, não tem razão. Trata-se de uma demonstração clara e inequívoca de que a razão não está com S. Ex.^a.

O que quero, o que posso exigir, é que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal processem criminalmente esses que danificaram o patrimônio público das duas Casas do Congresso Nacional. Esta não é uma Casa para os deseducados, para aqueles que não podem ver vingar os seus interesses, no caso, subalternos. Quebraram os vidros, as portas, por onde eles jamais deveriam ter penetrado, por falta de educação política para tanto.

Consequentemente, o que peço a V. Ex.^a é que, em entendimento com o Presidente da outra Casa, identificando as pessoas que praticaram esses atos, tome as providências indispensáveis que o caso requer, para que esse fato não se reproduza, para a dignidade da Casa e para os bons fóruns de civilização da democracia brasileira.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o Senador Eduardo Suplicy não foi titubeante; S. Ex.^a é um homem educado, fino; e sabe como responder à forma grosseira e mal educada com que falou aqui o Senador Antonio Carlos Magalhães. Não sou tão fino nem tão educado quanto o Senador Eduardo Suplicy.

Hoje é muito bonito ver o Senador Antonio Carlos Magalhães falar em democracia, em direito da maioria e chamar de os trabalhadores que, num momento de exaltação, fizeram o que fizeram – não vi o que fizeram.

No entanto, antes, quando S. Ex.^a, um homem apaniguado com a ditadura, com os militares que, durante vinte e dois anos, tomaram conta deste País, fizeram o que fizeram, não valia direito da maioria; nesta época, valia direito da minoria, que o Senador Antonio Carlos Magalhães defendia com tanta sabedoria.

Portanto, S. Ex.^a precisa aprender a respeitar os outros. Aqui não tem, Senador Antonio Carlos Magalhães!

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Ademir Andrade, de acordo com o Regimento Interno, art. 21, os Parlamentares devem se dirigir ao Presidente ou a este e aos Senadores.

Peço a V. Ex.^a que se comporte de acordo com a norma regimental.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Sr. Presidente, não sei me comportei anti-regimentalmente. Estou chamando o Senador Antonio Carlos Magalhães de "Senador Antonio Carlos Magalhães".

Quero dizer que aqui não tem ... Esses trabalhadores não pertencem a nenhuma, quem sabe, foram os militares que, durante tantos anos, tomaram conta, através da força, das armas deste País., quem sabe, foram aqueles que estiveram ao lado deles e esconderam crimes e barbaridades cometidas por esses militares. Talvez aí sim seja ... É preciso ter respeito pelas pessoas. E, quando não houver respeito, haverá sempre uma resposta à altura nesta Casa, sem titubeação. O Senador Eduardo Suplicy é um homem educado, mas não é um homem que titubeia; é um homem que sabe o que faz. E nós sabemos o que queremos para este País. Se este País está indo por um caminho, levado pela mídia nacional, estamos aqui lutando e aceitando, democrática-

mente, a situação. Não é a atitude de um ou outro trabalhador que pode generalizar e fazer com que um Senador da República chame esses trabalhadores de Eles não são São trabalhadores, e são dignos, e estão vivendo, e lutando para sustentar esta Pátria; estão lutando e agindo desta forma porque acreditam no que estão fazendo. Mas não podem, em hipótese alguma, serem chamados de

Aqui fica o meu protesto em meu nome e em nome do Partido Socialista Brasileiro.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Sr. Presidente, peço a palavra, já que fui citado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, por cinco minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, não fui grosseiro, nem deseducado; grosseiro e deseducado é o Senador Ademir Andrade, que faz parte também dessa Faz parte dessa... pelo seu passado, pelo seu presente e, certamente, pelo seu futuro.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Antonio Carlos Magalhães, peço a V. Ex^a que se restrinja aos termos regimentais.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não tenho por que me arrepender de sempre ter servido à vida pública, a qualquer dos regimes, com decência. Tenho um padrão de dignidade que me permite assomar à tribuna desta Casa, em qualquer hora, e defender quaisquer de minhas posições. O mesmo não pode fazer o Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE –

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES –

O SR. ADEMIR ANDRADE –

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES –

O SR. ADEMIR ANDRADE –

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Antonio Carlos Magalhães, peço a V. Ex^a que conclua a sua intervenção.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Tenho dignidade, e essa dignidade é a força que me leva, em 40 anos de vida pública, a só ser acusado pelos Pouco importa os que me acusam. São elogios que conto a mais na minha vida....

O SR. ADEMIR ANDRADE – Pode reagir! Eu reagirei na mesma altura!

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Peço aos Srs. Senadores que respeitem o Regimento!

O SR. JADER BARBALHO – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jader Barbalho, como Líder, por cinco minutos.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, em nome da Liderança do PMDB, gostaria de me reportar a respeito do episódio que acabamos de presenciar.

E o faço, Sr. Presidente, com o sentimento, como tantos outros nestas Casa, de quem lutou para ver este País redemocratizado, para ver o clima de liberdade, para participar deste momento em que a democracia, efetivamente, é vivenciada em nosso País.

Ninguém pode, neste momento, afirmar que o Brasil não vive a plenitude democrática. A sociedade brasileira festeja o fato de efetivamente vivermos em uma democracia.

Acabamos de sair de uma eleição. Todos que aqui estamos, à exceção de um terço do Senado Federal, acabamos de ser conduzidos, pelo voto, para o Congresso Nacional.

Reformar a Constituição é um instrumento da própria democracia.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, peço a atenção dos companheiros do Senado Federal, neste momento, pois cabe-nos fazer uma avaliação, com serenidade, a respeito do momento em que estamos vivenciando, que é próprio da democracia.

Hoje, na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não vi nenhum rolo compressor. Permita-me o Líder do PT que discorde. Pelo contrário. Dois Senadores do meu Partido, na minha presença, votaram contrariamente a um ponto de vista

jurídico esboçado por mim. E são testemunhas os companheiros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que lá estavam. Procede-se normalmente, seja nesta ou na outra Casa do Congresso Nacional. Não existe nenhum atropelamento e nenhum ato de natureza autoritária nas relações entre os Partidos políticos que aqui têm assento.

Portanto, Sr. Presidente, onde verificar, onde encontrar qualquer gesto de autoritarismo por parte da maioria? Ouvimos as manifestações da minoria, levamos em consideração essas manifestações e a maioria vota. Isso é próprio do regime democrático, tanto aqui quanto em qualquer outra democracia no mundo. Sr. Presidente, o direito de manifestação também é próprio do regime democrático. Todos nós festejamos que a sociedade, de forma organizada, pelos seus mais diversos segmentos, possa vir ao Congresso Nacional e se manifestar, ou fora do Congresso Nacional, ou em qualquer lugar deste País; e a imprensa tem registrado diariamente isso.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, em que pese lamentar o nível da discussão que, de certa forma, não contribui para o nosso relacionamento nesta Casa, peço – talvez é próprio do debate Parlamentar, pois mesmo eu, ao longo da minha carreira como Parlamentar, quantas vezes não fui envolvido pela emoção e, seguramente, posso ter cometido até exageros –, aos companheiros que tenhamos uma convivência que é própria do Senado Federal, uma divergência que é própria do debate Parlamentar, mas que não extrapolemos, até porque o Plenário do Senado é muito pequeno.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, gostaria, nesta hora, de me associar à discordância das manifestações realizadas pelos grupos organizados, que vêm ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, pois é um direito que têm de vir aqui para manifestar seu ponto de vista e entregar seus memoriais. No entanto, Sr. Presidente, não colabora com a democracia a agressão e a violência. Muito pelo contrário. O que colabora com a democracia é o contrário; o que colabora com a democracia é a divergência. Isto é próprio. Mas a violência não colabora.

Portanto, Sr. Presidente, junto-me às manifestações para discordar de que grupos que se dirigem ao Congresso Nacional para exercer o legítimo direito de manifestação não estão a compreender que na democracia – repito –, a qual se fundamenta na divergência, há que haver o respeito.

Discordo também, Sr. Presidente, que se queira registrar a manifestação nas dependências do Congresso Nacional através da força, através da violência. Isto não vai convencer ninguém a mudar o voto nesta Casa. Nem a mim, nem a nenhum outro Senador ou Deputado, e não aceitaremos isso. Aceitamos, Sr. Presidente, eu e a minha Bancada, a força dos argumentos!

Ontem, a Bancada do PMDB se reuniu, inclusive com a participação de V. Ex^a, ocasião em que tive a oportunidade de juntar nos documentos oferecidos aos companheiros de Bancada não só a memória da discussão na Câmara dos Deputados, mas até contribuições que eu não aceito, das quais discordo, mas para que a Bancada tivesse a oportunidade de tomar conhecimento de todas as idéias a respeito de emendas constitucionais que aqui tramitam, que são da maior importância para o povo brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, registramos nesta hora a nossa discordância de que as manifestações que se processem nesta Casa, que deve ser a casa da idéia, a casa do debate, sejam feitas na base da força. Que venham com a força dos seus argumentos, e estaremos prontos para ouvi-los, para encaminhar essa discussão.

Quero ainda, quando discordamos das vitórias quebradas, quando discordamos dos gestos de força, fazer um apelo aos companheiros que tiveram há pouco um debate acalorado no sentido de que seja possível também desanuviar, porque se não formos capazes, nós, Senadores da República, de também dar o exemplo de que aqui é possível divergir, divergir até com muito entusiasmo, divergir até com muito calor, mas não passando desse patamar da divergência com entusiasmo, se nós, Senadores, não formos capazes de ter equilíbrio na discussão, creio, Sr. Presidente, que não estaremos dando bom exemplo e não seremos as pessoas mais auto-

rizadas a reclamarmos daqueles que não querem usar apenas a força dos seus argumentos.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, tendo sido citado nominalmente e para um esclarecimento importante, peço a palavra.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – De acordo com o Regimento Interno, Senador Eduardo Suplicy, apenas dois Senadores podem usar da palavra nesse sentido. Darei a palavra ao Senador Geraldo Melo, como Líder do PSDB, e depois ao Senador Bernardo Cabral.

O SR. EDUARDO SUPPLY – E em seguida, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Não. V. Ex.^a já usou da palavra duas vezes, de acordo com o Regimento:

"Art. 14 – O Senador poderá fazer uso da palavra:

.....
VI – para explicação pessoal, em qualquer fase da sessão, por cinco minutos, se nominalmente citado na ocasião, para esclarecimento de ato ou fato que lhe tenha sido atribuído em discurso ou aparte, não sendo a palavra dada, com essa finalidade, a mais de dois oradores na mesma sessão".

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – V. Ex.^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador Suplicy, V. Ex.^a há de compreender. O que a Mesa está desejando é que nós superemos esse debate o mais rapidamente possível, para que o Senado possa retomar o trabalho.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Tenho certeza de que a minha palavra será para...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Não é, de maneira alguma, má vontade em relação a V. Ex.^a. V. Ex.^a tem a palavra, pela ordem.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não peço mais a palavra nem pela ordem nem pelo direito à mesma, mas pela equidade – como ao Senador Antonio Carlos Magalhães, a quem foi dada a palavra por duas vezes – e só para um esclarecimento importante, no sentido do desanuviamento.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A primeira vez o Senador Antonio Carlos Magalhães pediu a palavra foi para uma comunicação inadiável; na segunda vez, porque havia sido citado nominalmente.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Acredito, Sr. Presidente, que em 30 segundos direi a informação importante.

O Líder do Partido dos Trabalhadores, Jaques Wagner, estava, conforme a recomendação do Senador Antonio Carlos Magalhães, ali na Câmara dos Deputados exatamente tentando negociar um entendimento com o Presidente Luís Eduardo Magalhães. Foi possível o entendimento pelo qual se pôde, ordenadamente, fazer com que as pessoas subissem à galeria, de acordo com a capacidade da galeria da Câmara dos Deputados.

Ressalto, portanto, que a Liderança do Partido dos Trabalhadores contribuiu, junto com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Luís Eduardo Magalhães, para que houvesse ali o necessário andamento dos trabalhos e da ordem, e sem nenhum tubeteio por parte da Liderança do Partido dos Trabalhadores, em qualquer das Casas.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra a V. Ex.^a pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT-SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para contribuir com a condução dos trabalhos e até para resgatar o conceito de equanimidade, rememoro o que aconteceu com relação a esse debate anteriormente.

O Senador Antonio Carlos Magalhães usou da palavra, inicialmente, para uma comunicação inadiável e fez referência ao Partido dos Trabalhadores, o que provocou a intervenção do Líder do PT, que, em sua intervenção, citou o nome do Senador Antonio Carlos Magalhães. Posteriormente, o Senador Antonio Carlos Magalhães usou da palavra pelo fato de ter sido citado pelo Senador Eduardo Suplicy. Logo após, o Senador Ademir Andrade falou como Líder e, na sua intervenção, citou o Senador Antonio Carlos Magalhães, que, novamente, usou da palavra por ter sido citado nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Senador José Eduardo Dutra, peço a V. Ex.^a que colabore para que a Casa supere esse episódio, que é lamentável.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Estou tentando colaborar, Sr. Presidente, pois também o considero lamentável. Quero colocar que consideramos impropriedade o fato de não ter sido concedida a palavra ao Senador Eduardo Suplicy por ter sido citado, porque rememoramos que o Senador Antonio Carlos Magalhães usou da palavra duas vezes pelo fato de ter sido citado: a primeira vez pelo Senador Eduardo Suplicy e a segunda vez pelo Senador Ademir Andrade.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Mesa assegurou a palavra ao Senador Eduardo Suplicy; apenas, colocou a sua oração nos termos do Regimento. Foi esse o espírito da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo, como Líder. (Pausa)

S. Ex.^a desiste.

Concedo a palavra ao Senador Bernardo Cabral, como Líder do Partido Progressista. Em seguida, concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão, como Líder do PFL.

O SR. BERNARDO CABRAL (PP-AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Senadores, o Partido Progressista quer colaborar com V. Ex.^a. É claro que o ambiente está tenso e precisa ser desanuviado. Acredito que os passos já foram dados pela Presidência, mas ouvi, assim como os demais Senadores, Sr. Presidente, expressões descorteses e insultuosas, nesta tarde. De modo que requeiro a V. Ex.^a, com base no art. 19 do Regimento Interno, já que é vedado aos Senadores, que determine sejam riscadas as expressões que não condizem, embora eu saiba que V. Ex.^a o faria de ofício.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Já determinei à Assessoria da Mesa que traga, após a sessão, as notas taquigráficas, de modo que a Presidência possa cumprir o Regimento. Muito obrigado a V. Ex.^a.

Mais uma vez, faço um apelo ao Plenário para que esse episódio seja superado.

Concedo a palavra ao Líder do PFL, Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL-PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, naturalmente a Liderança do PFL vai colaborar com V. Ex.^a, mas sente-se no dever de dizer o seguinte. Estou há vinte anos nesta Casa, com uma interrupção de quatro anos para o exercício de mandato de Governador do meu Estado. São vinte anos consecutivos. Já vi debates acalorados, deles já participei, inclusive na Câmara, na condição de Vice-Líder e na condição de Líder em exercício, mas eu nunca vi, sinceramente, o episódio de selvageria que tomou conta do Congresso Nacional no dia de hoje.

Em sã consciência, ninguém pode defender atitudes como as que foram tomadas na tarde de hoje. Ninguém pode estar solidário com isso.

O que entendi das palavras do meu correligionário, Senador Antônio Carlos Magalhães, não foram críticas absolutamente a trabalhadores e muito menos à classe trabalhadora, mas críticas àqueles que participaram do movimento de arruaça.

Trata-se, sem dúvida nenhuma, de um dos mais insígnios membros não só do meu Partido como da vida pública brasileira, da República Federativa do Brasil, de uma vida incólume, impecável em todos os aspectos, e que quero aqui proclamar, e faço questão, em nome da Liderança do meu Partido, para colocar os pingos nos "is".

Colaborando então com V. Exª, faço um apelo para que jamais volte a se repetir um episódio triste dessa natureza.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Lembro aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes que o primeiro item da Ordem do Dia requer votação nominal. Peço, portanto, a todos que compareçam ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Informo aos Srs. Senadores que, como Presidente da Casa, chegando a este recinto e tomando conhecimento do que estava ocorrendo em dependências comuns da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, imediatamente telefonei ao Sr. Presidente daquela Casa, que já havia tomado as providências necessárias no sentido da convocação da Polícia da Casa e, se não suficiente, da Polícia Militar do Distrito Federal, para manter a integridade de nossas instalações e a liberdade de funcionamento das duas Casas do Congresso Nacional.

Em seguida, também com a aquiescência do Presidente da Câmara, telefonei ao Governador de Brasília, dizendo-lhe da sua responsabilidade na manutenção da ordem na cidade e, ao mesmo tempo, em assegurar a integridade dos edifícios e do funcionamento do Congresso Nacional.

Caso não sejam tomadas essas providências, a Mesa comunica aos Srs. Senadores que, usando dos dispositivos legais de que hoje dispomos, dentro do Estado de Direito, recorrerá a todos eles, para fazer com que o Congresso funcione em plena liberdade, sem nenhum confronto. O art. 142 da Constituição assegura instrumentos para que os Poderes da República funcionem em sua plena normalidade.

Tenha o Senado Federal consciência de que o Presidente usará de todos esses poderes constitucionais e regimentais para assegurar a ordem no plenário e a integridade do funcionamento do Congresso Nacional e dos seus edifícios.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 877, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requiro a Vossa Excelência que seja oficiado ao Ministro da Fazenda para que forneça as seguintes informações:

- O Imposto de Renda proveniente dos assalariados, que percentual representa do total arrecadado com o referido imposto?
- Quanto foi arrecadado de Imposto de Renda dos assalariados no exercício de 1994?

Justificação

Queremos com esta indagação traçar o perfil do contribuinte brasileiro, saber quem realmente paga Imposto de Renda no Brasil.

Nestes Termos,
P. Deferimento.

Brasília, 6 de junho de 1995. – Senador José Bianco.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 878, DE 1995

Senhor Presidente,

Requiro a V. Exª, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Fazenda as seguintes informações:

1. Qual a justificativa para a queda mensal das quotas do Fundo de Participação dos Municípios?

1.1 Qual o quadro comparativo mensal das quotas do FPM de cada município da Paraíba, relativamente aos exercícios de 1994 e 1995, até a presente data?

Sala das Sessões, 7 de junho de 1995. – Senador Humberto Lucena.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 879, DE 1995

Senhor Presidente,

Requiro, nos termos dos artigos 50, § 2º e 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal e artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam fornecidas pelo Presidente do Banco do Brasil, Sr. Paulo César Ximenes, através do Ministro da Fazenda, Sr. Pedro Sampaio Malan, as seguintes informações:

- 1 – Qual o motivo que levou o Governo a suspender o pagamento do principal do PIS/PASEP para os aposentados?
- 2 – Qual o período estipulado para a suspensão?

Justificação

O presente requerimento justifica-se pela razão de que várias entidades sindicais e associações de aposentados, no Estado de Sergipe, vem denunciando a suspensão do pagamento do PIS/PASEP aos aposentados.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, 7 de junho de 1995. – Senador José Eduardo Dutra, PT/SE.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, inciso III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido o seguinte:

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

OF/CAE/37/95

Brasília, 6 de junho de 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do art. 91 do Regimento Interno, comunico a V. Exª que esta Comissão aprovou o PLS nº 51, de 1995, de autoria da Senadora Marluce Pinto, que "altera a Lei nº 8.256, de 25 de novembro de 1991, que cria áreas de livre comércio nos Municípios de Pacaraima e Bonfim, no Estado de Roraima, e dá outras providências", em reunião realizada em 6 de maio de 1995.

Atenciosamente, – Senador Pedro Piva, Presidente em exercício.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, abrir-se-á o prazo de cinco dias para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 51, de 1995, de autoria da Senadora Marluce Pinto, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 205, de 1995 (nº 607/95, na origem), de 6 do corrente, pela qual o Presidente da República informa a esta Casa sobre a visita de Estado que realizou aos Estados Unidos da América, no período de 18 a 22 de abril do corrente ano, a convite do Presidente Bill Clinton.

É a seguinte a mensagem recebida:

MENSAGEM Nº 205, DE 1995 (Nº 607/95, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los sobre a visita de Estado que, a convite do Presidente Bill Clinton, realizei aos Estados Unidos da América, no período de 18 a 22 de abril do corrente ano.

2. A visita, dividida em duas etapas, teve seu início em Nova York, onde minhas atividades, nos dias 18 e 19, estiveram voltadas sobretudo para contatos com as comunidades financeira, empresarial e acadêmica norte-americanas. Assim, além de entrevistas individuais que concedi a membros importantes daquelas comunidades, participei de almoço oferecido por líderes empresariais e financeiros, café da manhã com o Professor Henry Kissinger e representantes da mídia, de painel sobre o Brasil no Conselho de Relações Exteriores e de evento promovido pela Câmara Americana de Comércio.

3. Em todas as oportunidades, busquei transmitir a meus interlocutores a determinação do Executivo brasileiro em prosseguir com a política de estabilização econômica e promover, juntamente com o Congresso Nacional, reformas constitucionais que abram novos espaços para o crescimento econômico, indispensável para atrair investidores estrangeiros, ampliar a presença do setor privado na economia nacional e gerar empregos que beneficiem a população brasileira.

4. Mantive, também, entrevista com o Secretário-Geral das Nações Unidas, Senhor Boutros-Ghali, na sede das Nações Unidas, durante a qual trocamos opiniões e impressões sobre a reforma da Carta da ONU e sobre o papel do Brasil no cenário internacional, entre outros assuntos.

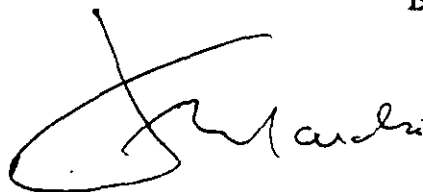
5. Não poderia deixar de mencionar a Vossas Excelências a emoção que senti, como brasileiro, ao assistir no Lincoln Center, em Nova York, espetáculo em homenagem a Tom Jobim.

6. Em Washington, onde permaneci no período de 20 a 22 de abril, participei de cerimônia na Casa Branca, seguida de reunião de trabalho com o Presidente Bill Clinton, onde passamos em revista uma série de tópicos da agenda Brasil-EUA, além de temas mais universais, como a questão da instabilidade dos mercados de capitais e as sérias crises que esta gera em países em desenvolvimento, afetando negativamente toda a economia mundial.

7. Fui recepcionado com almoço no Departamento de Estado, tendo como anfitrião o Vice-Presidente Al Gore, de quem recebi claras demonstrações de que o Governo norte-americano considera maduras e propícias as oportunidades para a expansão de vínculos entre nossos países. Como parte tradicional das visitas de Estado a Washington, fui homenageado pelo Presidente Bill Clinton com um jantar de gala na Casa Branca, onde tivemos, ainda, oportunidade de abordar, em conversa íntima, temas de interesse comum de nossos respectivos países.
8. Além de audiências que concedi ao Diretor-Geral do Fundo Monetário Internacional e aos Presidentes do Banco Mundial (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a importantes políticos norte-americanos, bem como representantes de influentes Organizações Não-Governamentais voltadas para questões de meio ambiente e de direitos humanos, participei de encontro com membros do Gabinete da Administração Clinton, onde analisamos mais detidamente tópicos da agenda bilateral.
9. Ainda em Washington, visitei o Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Cesar Gaviria, que me fez exposição sobre o projeto, em curso na Organização, intitulado "Uma Visão nova da OEA", que visa adequar sua estrutura e atividades às novas realidades hemisféricas. Ademais, participei de Sessão solene do Conselho Permanente da Organização, onde proferi discurso, e, ao final do evento, inaugurei busto de Tiradentes doado à OEA pelo Governo brasileiro. Na tarde do dia 21, concedi entrevista coletiva no "National Press Club" e proferi palestra no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS) para grupo de cientistas políticos.
10. Em anexo, encaminho, para conhecimento de Vossas Excelências, cópia dos discursos que proferi durante minha visita aos EUA.
11. Dos resultados da visita, posso assegurar, pelos contatos com o Governo norte-americano, que são promissoras as perspectivas do relacionamento global entre o Brasil e os Estados Unidos. Nas conversas com o Presidente Clinton, frisei que o Governo brasileiro não olha para os EUA em busca de ajuda ou solidariedade, mas sim para oferecer parceria construtiva e de interesse mútuo entre as duas maiores democracias do Continente. Concertamos que, no plano continental, a implementação do processo de integração hemisférica, delineado pela Cúpula das Américas, passa necessariamente pelo diálogo direto entre os dois países e que, no plano internacional, há bases sólidas para cooperação nas áreas tanto econômica quanto política.

Creio, em suma, que a visita foi muito bem sucedida e marca o início de uma nova parceria entre os dois países, baseada no reconhecimento mútuo do papel que cada um representa e desempenha no hemisfério e no mundo, no diálogo franco e amplo e na percepção crescente de que temos interesses estratégicos comuns.

Brasília, 6 de junho de 1995.



Fernando Henrique Cardoso

Mensagem do Sr. Presidente da República

Fernando Henrique Cardoso

“O Brasil e os Desafios Atuais”

Almoço e Encontro no National Press Club

Washington, 21 de abril de 1995

É com prazer que compareço a este encontro no National Press Club. Aprecio o trabalho da imprensa. Contribuí regularmente com artigos para o jornal semanal "Opinião", que foi dos primeiros a romper com a censura autoritária nos anos 70. Foi uma das primeiras atividades propriamente políticas que desenvolvi, pois tive de abandonar a linguagem acadêmica do cientista social para empregar, em minhas contribuições para o jornal, linguagem política mais direta. Posteriormente, já como homem público, tive oportunidade de escrever colunas régulares e artigos para outros jornais brasileiros.

Uma imprensa livre e atuante é um dos instrumentos mais valiosos das democracias. A imprensa teve papel decisivo na redemocratização do Brasil e continua a exercer vigilância permanente sobre o funcionamento das instituições do país.

Estarei à disposição de todos os presentes para uma conversa franca. Procurarei responder de modo direto às perguntas que me forem feitas. Antes disso, gostaria de transmitir-lhes algumas das idéias principais que tenho expressado nesta minha visita de Estado aos Estados Unidos.

A visita a este grande país é uma das primeiras que faço ao exterior. Desejei que assim o fosse. Ainda como Presidente-eleito, encontrei-me com o Presidente Clinton em Miami, em dezembro último, na Cúpula das Américas. Conversamos sobre vários temas da agenda internacional e sobre o relacionamento entre Brasil e Estados Unidos. Nossos pontos de vista eram em grande parte coincidentes. O Brasil tinha tido então papel importante, reconhecido de público pelo Presidente Clinton, para o êxito da Cúpula. Ficou claro para mim que ambos os países deviam colocar suas relações num novo patamar. Deveriam dar um salto qualitativo no diálogo bilateral que refletisse, afinal, os diversos pontos de interesse comum de nossos dois países. A nós, Presidentes, cabe o papel de dar o impulso político em mais alto nível para que isto aconteça.

Brasil e Estados Unidos partilham os mesmos valores democráticos e os mesmos princípios da economia de mercado. Não como valores abstratos ou fins em si mesmos, mas antes como o melhor caminho para promover o bem-estar e a prosperidade de seus cidadãos.

A afinidade entre os dois países vai além dos valores gerais para situar-se no plano mais concreto do comportamento coletivo de nossas sociedades. Estados Unidos e Brasil foram e continuam a ser a terra da oportunidade. A perspectiva real de alcançar a prosperidade moldou de forma definitiva o caráter de nossos povos. O desejo do progresso e a conseqüente mobilidade social são traços comuns a ambos os países. Reconhecemos valor ético no desejo de empreender, de criar, com o trabalho, riqueza não só para si, mas para a coletividade.

No pós-Guerra Fria, a importância dos parceiros não se mede apenas pelos padrões estratégicos antes dominantes. O fim da Guerra Fria é o fim do monopólio das variáveis estratégicas. As parcerias constroem-se sobretudo nos potenciais revelados em outros campos, na afinidade de visões políticas, nas perspectivas de comércio e investimentos, na base tecnológica, nas possibilidades de atuação conjunta nos foros internacionais, nas convergências de visão sobre os grandes temas da agenda internacional.

Com a estabilidade da economia brasileira e seu crescimento, expandiram-se consideravelmente as correntes de comércio nos dois sentidos. As reformas que estamos empreendendo para dar condições de continuidade ao crescimento criarão oportunidades para novos investimentos produtivos no Brasil.

Minha viagem aos Estados Unidos consolida e reforça uma fase positiva no relacionamento bilateral. As relações favoráveis permitem que hoje o conhecimento recíproco se organize de forma positiva. Deixamos para trás incompreensões produzidas freqüentemente pela ausência do diálogo imprescindível para encaminhar temas mais complexos de interesse mútuo. E trouxemos para o centro de nossas atenções a aproximação econômica entre os dois países.

Criamos recentemente um Conselho de Desenvolvimento Empresarial, para impulsionar as relações comerciais bilaterais. Estamos dando os passos necessários para fazer avançar o processo de integração hemisférica. É certo que nossos países têm compromissos com os mecanismos distintos de integração e livre comércio a que pertencem: o Brasil, com o MERCOSUL; os EUA, com o NAFTA. Mas a aproximação entre os dois esquemas é desejável e necessária, pelo próprio interesse mútuo daqueles que, em termos de volume, são os dois maiores acordos de comércio no hemisfério. Exigirá, sem dúvida, negociações de grande complexidade, pois o MERCOSUL e o NAFTA são acordos de escopo e amplitude diferentes. No entanto, o Presidente Clinton e eu reiteramos em nossos encontros nosso compromisso com a integração hemisférica, que endossamos na Cúpula de Miami.

Queria, ainda, estender-me um pouco sobre alguns aspectos da realidade brasileira contemporânea. O Brasil é um país de grandes dimensões. Sua economia está entre as dez maiores do mundo. Sua população ultrapassa as 160 milhões de pessoas. É também um país de tradição pacífica, que não tem conflitos externos com qualquer outra nação. Temos assim projeção externa natural, que desejamos ampliar. Estamos assim assumindo responsabilidades internacionais crescentes. Recentemente, tivemos, na qualidade de coordenador dos países-garantes do Protocolo do Rio, participação importante na busca de uma solução pacífica para o conflito fronteiriço entre o Equador e o Peru. Envolvi-me pessoalmente nos esforços que resultaram no cessar das hostilidades. O Brasil também tem ampliado sua participação nas operações de paz conduzidas pelas Nações Unidas, em particular nos países que nos são mais próximos.

Outro aspecto do Brasil atual que não poderia deixar de mencionar é o da estabilização conjugada com o crescimento que a economia brasileira vem experimentando. O PIB do Brasil cresceu 5,7% em 1994, com a inflação sob controle. A economia brasileira soube responder ao desafio da maior competitividade. A liberalização comercial foi seguida no Brasil, como em nenhum outro país do Sul, de uma verdadeira modernização e melhoria da produtividade e da qualidade. O Brasil tem a maior e mais sofisticada indústria das economias em desenvolvimento. É também grande produtor e exportador de alimentos.

As recentes medidas de ajuste no Plano Real, com a elevação das tarifas de importação para alguns produtos, respondem ao objetivo maior de preservar a estabilização. Foram medidas necessárias. Tomadas após análise cuidadosa de todas as alternativas. Não significam, de modo algum, meia-volta no processo de abertura comercial. São medidas temporárias. Seria irresponsabilidade deixar de efetuar as correções pontuais de rumo no Plano Real no momento em que haviam mudado variáveis importantes no cenário internacional.

Vivemos no Brasil regime democrático pleno. É isto o que dá garantia de que as ações governamentais serão sempre transparentes. É o que assegura a continuidade das reformas econômicas necessárias para dar sustentabilidade ao Plano Real. É a melhor proteção contra a corrupção. Um dos grandes saltos que o Brasil deu nos últimos anos foi justamente o de uma mudança de mentalidade em que a honestidade, a rejeição à corrupção, deixou de ser apenas um valor individual e passou a ser um valor coletivo. Passamos pelo *impeachment* de um Presidente e por um processo interno no Congresso que levou ao afastamento de seus membros acusados de corrupção. A sociedade brasileira não está disposta a fazer concessões em suas demandas por justiça, honestidade e ética. A democracia só funciona assim: o cidadão que vota é o cidadão que cobra resultados. O país já não comporta qualquer margem de tolerância em relação à corrupção.

Fui eleito com base num programa que incluía a estabilização e as reformas para assegurá-la. Mas que complementava a agenda da estabilidade com medidas sociais de amplo alcance. Sou membro fundador da Partido da Social Democracia Brasileira. Tenho compromissos com um conjunto de princípios.

Ser social-democrata no Brasil significa não apenas aceitar a correção dos desequilíbrios sociais como objetivo prioritário num país marcado por divisões sociais. Significa ir além. Significa reorientar os recursos e capacidade de ação do Estado para suas finalidades básicas de prover serviços básicos de educação e saúde a todos. Significa que o Governo deve ser um catalisador das mudanças necessárias. Para tanto, precisa estabelecer pontes com a sociedade civil, com as organizações da comunidade. Para que a ação do Governo alcance o cidadão comum, é preciso ouvir primeiro suas demandas, é preciso descentralizar e coordenar a atuação das agências governamentais em diversos níveis. O programa social de meu Governo é baseado na

parceria Governo-sociedade e na noção de racionalizar a aplicação dos recursos. Na verdade, não há propriamente carência de recursos para os programas sociais do Governo brasileiro. Havia, sim, uso ineficiente dos recursos existentes, porque alocados segundo enfoque assistencialista que, além de ineficaz, se prestava a desvios e manipulações para fins políticos.

Corrigir desequilíbrios hoje em dia passa sobretudo por promover maior igualdade de condições no ponto de partida da vida de todos os brasileiros, criar, essencialmente, oportunidade igual de acesso à educação e à saúde. Não se constrói uma nação poderosa quando grande número de cidadãos não têm perspectivas. Com uma população à qual se negue, desde o início, o direito à expressão de seu potencial, de sua capacidade de realização.

Trago, enfim, aos jornalistas aqui presentes, a mensagem de um Brasil novo, revigorado pelo crescimento e pela democracia. Com uma agenda social importante, que tem por objetivo recuperar a noção de cidadania no país. É um Brasil que está dando certo. É um Brasil que quer mostrar suas qualidades e sua força, mas que não nega e não esconde seus aspectos negativos, até porque felizmente tem uma imprensa livre e ativa. Nisto somos parecidos. Um forte traço comum aos dois países é a força e a influência de uma imprensa criativa, efetivamente livre.

Espero que esta mensagem positiva que trago do Brasil atinja o maior público possível nos Estados Unidos. O trabalho da imprensa é importante para ampliar, nos mais diversos setores da sociedade norte-americana, a percepção do Brasil como um país capaz de oferecer parcerias novas e promissoras.

Conferência do Senhor Presidente da República

Fernando Henrique Cardoso

**"O Desenvolvimento: O Mais Político dos Temas
Econômicos"**

Center for Strategic and International Studies

Washington, 21 de abril de 1995

Embargo até o momento da leitura Comparar com o texto efetivamente pronunciado

I-Introdução

É para mim motivo de satisfação poder encontrar-me com um público como o que hoje se reúne aqui, voltado não apenas para a reflexão, mas também para a formulação de estratégias de ação. Reconheço, no auditório, alguns amigos de longa data da vida acadêmica, o que traz particular alegria

Penso que tenho alguma familiaridade com o tema que gostaria de abordar hoje, o desenvolvimento como a mais política das questões econômicas. E desculpem-me se vou iniciar minhas palavras com uma auto-citação. Mas verão que, neste caso, não é um tributo à vaidade, mas um recurso meramente analítico.

Um dos livros que escrevi e que tentava sintetizar uma versão da "teoria da dependência" se intitulava Dependência e Desenvolvimento na América Latina. A dimensão "desenvolvimento" que eu ali abordava acabou ficando esquecida. Naquele momento, em meados da década de 60, a "teoria do desenvolvimento" se identificava com teses funcionalistas que o meu ensaio com Enzo Faletto criticava. Assim, até para deixar clara a contraposição, os analistas se concentraram no aspecto "dependência", já que essa era a novidade, a contribuição específica dos pesquisadores latino-americanos para a reflexão sociológica.

Não vou, aqui, propor um "aggiornamento" da teoria. Ela teve, em determinado momento, importância justamente por esclarecer limites e possibilidades, bem como as características do desenvolvimento latino-americano. Meu objetivo é mais simples: procurarei fazer um exercício comparativo para mostrar o que mudou na perspectiva de desenvolvimento entre os anos 60 e os dias de hoje.

É claro também que não falarei simplesmente como um analista preocupado com os rumos do processo latino-americano, como fazia nos anos 60. Para mim, o desenvolvimento se transformou hoje em uma série de questões concretas, está incorporado a um processo político. Nos anos 60, perseguia mais a precisão analítica; agora, esse ainda é um objetivo, só que vinculado a opções que envolvem custos avaliados criticamente pelos setores sociais.

Minha trajetória, primeiro como intelectual e depois como político, ensinou-me que talvez o mais difícil dos problemas de Estado é fazer com que a melhor reflexão esclareça efetivamente opções. Refletir sem sensibilidade para o real leva à esterilidade. Como dizia Weber, "politics is made with the head, but not with the head alone". Agir sem o cuidado de esgotar o exame das opções possíveis e suas consequências seria, no meu caso, pecar contra Weber, contra a ética da responsabilidade. Enfim, o que aprendi é que a eficácia da gestão governamental está firmemente condicionada pela qualidade das idéias em que se inspira.

II - O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO

Volto ao meu exercício comparativo. E um primeiro tema é precisamente o próprio conceito de desenvolvimento. Na década de 60, talvez o desenvolvimento se identificasse essencialmente com o progresso material, com o crescimento econômico. A análise de suas implicações tinha uma certa simplicidade: admitia-se que era o centro do processo social. Para alguns, o progresso material levaria espontaneamente à melhoria dos padrões sociais. Para outros, os "dependendistas", a relação era mais complexa. O jogo político intervinha e, em função das formas pelas quais se organizava, o crescimento tomava rumos diferenciados, com efeitos também diferenciados na estrutura social.

Hoje, observo dois fenômenos paralelos. Em primeiro lugar, o desenvolvimento parece um processo fragmentário. Deixa de ter a força fundadora e unificadora que tinha nos anos 60. Isto leva a uma multiplicação conceitual, nem sempre fácil de seguir. Fala-se de desenvolvimento sustentável, de desenvolvimento social, como agora em Copenhague, de desenvolvimento humano, de desenvolvimento com equidade.

Ainda que, nesta tendência, haja o risco de se tomar o parcial pela geral, acredito que ela constitui claramente um ganho. O crescimento da economia passa a ser entendido como um elemento de um processo maior, e os resultados que produz não se traduzem automaticamente em benefícios na área ambiental ou social. Aliás, a reflexão sobre o problema ecológico é um dos fatores que desfez a simplicidade da hipótese original. De fato, percebeu-se, mesmo nos países desenvolvidos, que o simples crescimento trazia problemas reais, que colocariam dificuldades para "sustentar" o progresso. Ou, ainda mais precisamente: era fundamental pensar sobre a natureza do desenvolvimento que queremos.

De outro lado, as experiências autoritárias na América Latina mostraram também o descompasso entre o crescimento e a equidade. Os padrões de distribuição de renda se deterioraram em alguns casos. Ficou patente que as políticas de desenvolvimento devem ser estruturadas por valores que não são apenas os da dinâmica econômica.

III- INSERÇÃO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO

Um segundo tema articulado pela "teoria da dependência" era a influência dos modos de inserção internacional dos países sobre as modalidades concretas de desenvolvimento. É, na teoria, a dimensão mais original, a da dependência propriamente dita. Aqui, também, a comparação entre os anos 60 e os 90 é interessante. É evidente que, nos últimos trinta anos, o capitalismo se tornou muito mais complexo. O fenômeno de globalização, que víamos, nos 60, mais no plano da produção, com a expansão das empresas multinacionais, agora se ampliou de maneira

extraordinária, especialmente no campo financeiro. Não preciso citar as cifras, bem conhecidas, do movimento das bolsas internacionais em um só dia.

Então, os países agora são mais "dependentes" do que ocorre no mundo, não só na definição de seus projetos de desenvolvimento, mas na própria gestão cotidiana da economia nacional. Uma diferença significativa é, porém, a que nasce do fato de que, em escala variada, os fenômenos de globalização não escolhem a identidade dos "atingidos". Assim, tanto os desenvolvidos quanto os países em desenvolvimento ganham e perdem com a globalização. Dou um exemplo: A necessidade de criar "defesas" em relação ao jogo especulativo das moedas não é uma necessidade exclusiva dos países em desenvolvimento. Se os fluxos de capital são disputados por países ricos e pobres, já que flutuam em obediência exclusiva às oportunidades de ganhos de curto prazo, todos encontram aí um nítido ponto de encontro de interesses. A comunidade internacional tem interesse comum em dotar-se de mecanismos para, ao mesmo tempo, combater os efeitos adversos da globalização e preservar as possibilidades, que a globalização encerra, de geração de maior riqueza em escala internacional.

Um outro dado contemporâneo é o de que imaginávamos que a dependência fosse um fator homogeneizador das possibilidades dos países em desenvolvimento para sair de sua condição de pobreza. Haveria, lembro, diferenças nas possibilidades de crescimento basicamente em função do controle do processo de acumulação de capital. Mas, em sua essência, os capitalismos central e periférico se afastavam. Mesmo que um País periférico crescesse — e meu livro foi controvertido porque admitia a simultaneidade da dependência e do desenvolvimento —, o faria de forma distorcida. Era como se condição periférica se tornasse fatal, um destino de injustiça.

Hoje, sabemos que isto não é verdade. Países que souberam gerenciar suas economias com sensibilidade para as transformações dos modos de produção do capitalismo e para as questões sociais tiveram rumos mais favoráveis do que outros. O caso dos tigres asiáticos é notório. O que restava de "determinismo", talvez um resquício marxista, na teoria da dependência — e eu fui crítico do determinismo — certamente terá que ser fundamentalmente reformulado. O grau de influência da escolha política sobre a estrutura da economia é maior do que nos parecia nos anos 60.

Vista em perspectiva histórica, a situação é paradoxal. Os efeitos da globalização parecem aumentar, de forma indiscriminada, a dependência, ao mesmo tempo em que as condições se ampliam para que a maior inserção internacional possa trazer benefícios em função de escolhas certas pelas sociedades nacionais. A sensibilidade para o internacional passa a ser um requisito indispensável do político moderno. De outro lado, a própria feição estruturante da globalização exige que esta sensibilidade se volte para as questões de longo prazo. Mais do que nunca, as opções de política econômica devem ser feitas com visão de futuro. Os estímulos que dermos hoje serão decisivos para definir, no longo prazo, as possibilidades de progresso.

IV- MODOS DE PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Continuando a minha comparação, tocaria, agora, nas conseqüências da terceira revolução industrial para as sociedades. Quando escrevi, já era claro que um fator central para o desenvolvimento era a capacidade de acumulação de conhecimentos científicos e tecnológicos. Talvez a visão fosse ingênua pois não se anteviam ainda, com clareza, os problemas derivados do progresso. Ou melhor, não se anteviam na gravidade que vieram a ter. Falo, especialmente, do desemprego que se tornou o nó da problemática social dos países desenvolvidos e gera, para os países em desenvolvimento, problemas agudos. Na realidade, vivemos, em países como o Brasil, o problema do desemprego derivado da modernização e, ao mesmo tempo, o que nasce simplesmente do atraso, da falta de oportunidades. Para encaminhar o problema, a agenda é abrangente. Existem políticas de educação e compensação social. Portanto, insisto, requer uma definição clara da sociedade que queremos.

V- O PROBLEMA DO ESTADO

Nos anos 60, tínhamos uma crença, ainda forte, na capacidade que o Estado tinha de moldar o progresso. Era promotor, estimulador, e, acima de tudo, uma força potencialmente autônoma. Para muitos teóricos da dependência, a solução só viria através da exacerbação das atribuições do Estado e, no limite, o próprio socialismo.

Hoje, esta visão se modificou radicalmente. Nos anos 80, a identidade positiva Estado-desenvolvimento se dilui e o Estado passa a ser visto quase como um obstáculo ao progresso. Não é só a ideologia neoliberal que ganha uma hegemonia temporária. Mais do que isto, é a própria falência material do Estado, tanto em países ricos, quanto pobres, que leva a um esforço de reforma que não pode ser modelado ideologicamente. Aliás, um outro dado fundamental nasce da falência dos modelos ideológicos. O Estado tem que resolver problemas concretos, com os meios concretos de que dispõe. O segredo da boa divisão de tarefas com a sociedade não pode nascer de uma fantasia ideológica, mas de compromissos negociados, fundados em consenso. Caso contrário, não serão efetivos. O Estado é ator fundamental, mas seu papel muda. Porque tem meios mais limitados, o que fará deve ser cuidadosamente escolhido. De novo, um paradoxo: até porque terá que escolher, tendo menos instrumentos a sua disposição, as ações do Estado tornam-se mais relevantes socialmente.

O fim da Guerra Fria levou a uma transformação nos próprios padrões nos quais os modelos de desenvolvimento vão buscar a sua legitimidade. Já não se trata da boa aplicação de uma ideologia, mas de uma combinação complexa entre valores de moralidade, justiça, bem estar e sua realização efetiva. As ideologias, sobretudo quando se encontravam em confronto, como nos anos 60, permitiam uma atitude, às

consequências é a de que os Governos erram menos, tão forte e tão variado é o escrutínio da sociedade. Também se compreende que é impossível "realizar a democracia" sem que se estabeleçam parcerias criativas: para governar, entre o Estado e a sociedade; para produzir, entre Estado e o empresariado; para levar adiante as demandas sociais, entre o Estado e as organizações não governamentais; para aperfeiçoar as condições de trabalho, entre o Estado e o sindicato.

Não temos mais a ilusão de classes sociais que liderassem unilateralmente o processo de desenvolvimento. Hoje, o desenvolvimento é problema que obriga a mobilização social ampla.

A democracia não "resolve" os problemas sociais, mas é uma condição necessária para encaminhá-los. A idéia de "transparência" não significa mais do que isto: a sociedade se conhece melhor, conhece melhor suas mazelas e dificuldades e, também, a capacidade efetiva de se transformar. As utopias ganham sentido realista. A vontade de transformação ganha contornos mais claros. Não nasce mais de um desígnio inexorável da história; nascerá do duro e cotidiano embate dos homens e das mulheres.

VII-AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A teoria da dependência não pretendia desenvolver uma visão das relações internacionais em sentido estrito, explicar opções diplomáticas. Ainda assim, valeria a pena lembrar que refletia alguns elementos do ambiente internacional. Os anos 60 vêem o início das negociações Norte-Sul e a perspectiva de que, através de arranjos negociados, balizados por algum critério de justiça — os pobres não se submeteriam a critérios de reciprocidade —, seriam atenuadas as disparidades internacionais de renda. Entendíamos que os Governos poderiam transformar as relações econômicas entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Isto era a contrapartida de uma espécie de "subestimação" da necessidade de reformas no interior de cada país, derivada, como indiquei, de uma crença quase mágica no poder liberador da democracia.

Havia um outro elemento. Subjacente à teoria da dependência, havia uma psicologia de "receio externo". De um lado, porque, de modos variados, ainda prestávamos homenagens, veladas é verdade, à teoria do imperialismo. Porém, além disto, havia um dado concreto: a implantação autoritária na América Latina, sobretudo em seus primeiros momentos, foi feita com a conivência das Potências Ocidentais.

Com a crescente interdependência econômica mundial, alteram-se as regras do jogo internacional. Se o Estado ainda é um ator essencial para definir as próprias regras em que se enquadram os processos de interdependência, diminui em alguma

vezes perversa, de deixar ao futuro a demonstração de que os problemas sociais poderiam ser solucionados. Explico melhor: se ideologicamente a escolha é "correta" hoje, estaria garantido o sucesso do projeto amanhã. Infelizmente, sabemos que os sucessos antecipados levaram a ilusões sobre a performance real de várias economias nacionais, que terminaram em colapso.

VI- O REGIME POLÍTICO

Talvez o ponto crucial da diferença entre os anos 60 e os 90 na América Latina seja a questão do regime político. A teoria da dependência nasceu no contexto autoritário. A análise se sustentava no exame de como os países se inseriam no capitalismo internacional no marco autoritário. Este levava ao desenvolvimento desequilibrado, desatento às necessidades sociais reais do povo. A democracia muda de forma radical a equação da dependência.

Nos anos 60, era clara a oposição entre autoritarismo e democracia. Para nós, intelectuais naquele momento, a luta política fundamental objetivava o fim das limitações aos direitos civis e políticos. Supúnhamos que a democracia traria, quase como efeito automático, a melhoria das condições sociais do povo. Afinal, no plano teórico, admitíamos que os regimes autoritários constituíam um fator de distorção do crescimento.

Hoje, duas percepções novas se formam. Em primeiro lugar, já não acreditamos que a democracia se resuma a uma conjunto de leis, a uma moldura institucional. Continuam pressupostos essenciais da vida democrática. Sabemos, porém, que a democracia deve estar enraizada nas práticas sociais, tornar-se, à la Tocqueville, identificada com a própria cultura de um povo. Penso que, no Brasil, estamos chegando a esse estágio, que traz enormes complexidades ao processo de governar, sobretudo em uma sociedade ainda plena de contrastes como a brasileira.

Diria que existe, de um lado, uma multiplicação dos atores que participam com vigor no processo de articulação de demandas. O campo político se amplia e passa a incluir, além dos partidos, as organizações não governamentais — que proliferaram de forma extraordinária no Brasil —, a imprensa, que exerce um vigoroso papel crítico, os sindicatos e suas centrais, os grupos empresariais, as comunidades.

Esse fato traz conseqüências para a própria natureza do processo democrático. O diálogo democrático clássico entre o Executivo e o Congresso, balizado pelo Judiciário, se transforma e passa a ser um complexo jogo de equilíbrio entre as exigências da negociação política, as demandas sociais, organizadas em torno de temas fortes, como direitos humanos, meio ambiente, direito dos índios, e a pressão dos meios de comunicação de massa. De certo modo, o ambiente político é fortemente influenciado pela "media", que trabalha com acontecimentos, com exigências de resultados diários, e as ações governamentais, sobretudo na área social, cujos resultados são avaliados diariamente. A tensão é permanente e rica. Uma das

medida o controle das variáveis que afetam, como lá aponte, os projetos de desenvolvimento. De outro lado, as negociações internacionais se tornam mais duras. As regras unctadianas de "não reciprocidade" praticamente desaparecem para um país como o Brasil. No campo comercial, a UNCTAD é substituída pelo GATT e, agora, pela OMC. Os países passam a ter que gerar poder econômico para conseguir obter resultados positivos em suas negociações internacionais. O fundamento da estratégia de regionalização -- e menciono o MERCOSUL -- está fundamentalmente ligado a essa nova percepção sobre as formas de projeção econômica nas nações. Afinal, se o jogo é de reciprocidades, é necessário ter o que oferecer, e a dimensão do mercado é o primeiro trunfo.

De outro lado, compreendemos que o desafio do desenvolvimento exige intenso trabalho interno. As reformas são bem conhecidas: a estabilização econômica num quadro de equilíbrio de contas públicas, a privatização e a liberalização comercial, a criação de infra-estrutura adequada e de um sistema financeiro ágil e moderno, a disponibilidade de qualidade gerencial, a recondução do Estado ao seu campo prioritário de atuação na prestação de serviços básicos, em particular em educação e saúde.

Sabemos que, do grau de progresso verificado nesses objetivos, depende, em grande parte, o sucesso dos países na disputa global por investimentos e mercados. Em suma, a "psicologia do receio" do internacional se transforma porque, hoje, ninguém duvida de que a competição internacional se concentra no estabelecimento de condições internas que determinarão de que maneira cada país se inserirá na economia internacional.

Insisto que isto não pode "desguarnecer" o Estado. Não podemos repelir o internacional como fazíamos na década de 60, nem adotar o que vem de fora como verdade inabalável. O problema é justamente o de reforçar o Estado para que se amplie a própria margem de opção sobre as oportunidades que o sistema internacional oferece e, conseqüentemente, diminuam as vulnerabilidades diante de problemas concretos.

A condução de políticas de forma responsável, com cuidado redobrado diante das conseqüências da globalização, é fundamental. Não podemos agir com complacência e inércia no setor externo, reagindo a eventos, invés de encaminhá-los ou preveni-los. Nesse sentido, penso que o exemplo brasileiro diante da crise financeira recente nos mercados emergentes é sintomático, ao adotar medidas de caráter preventivo após análise cuidadosa das alternativas existentes.

VIII-CONCLUSÃO

Não pretendi fazer uma excursão nostálgica à "teoria da dependência" e sim chamar a atenção para um problema central de nosso tempo, o desenvolvimento.

Ainda mais do que nos anos 60, o tema se tornou político no sentido forte da expressão. A fragmentação e ampliação do conceito de desenvolvimento, os novos dilemas da inserção internacional dos países, a difusão, entre ricos e pobres, do problema do desemprego, a reforma do Estado, a complexidade da gestão do Estado, são todas parcelas de uma questão central: o que queremos que nossas sociedades sejam no futuro.

Hoje, existirá convergência, quase universal, em torno dos valores da democracia, da justiça social, e da liberdade econômica. São valores orientadores e que estabelecem claramente o que não queremos. A volta ao autoritarismo, em qualquer de suas formas, é impensável no Brasil e na América Latina; desprezar as demandas por justiça social seria atitude irresponsável; recuar na compreensão de que o crescimento econômico depende de um ambiente de abertura econômica e de presença forte da iniciativa privada está fora de questão.

Porém, essa compreensão é um primeiro passo. Os outros — que significariam o desdobramento desses ideais — serão abertos pelo trabalho político, pela negociação cotidiana. Não podemos, porém, perder o ímpeto de mudar, de melhorar, de obter desenvolvimento e justiça social.

Penso que a minha disposição utópica, hoje mais temperada pelo realismo e pela responsabilidade, não se alterou. E, porque não é só minha, mas também é forte na sociedade brasileira, tenho um efetivo mandato para transformar o Brasil.

Conferência do Sr. Presidente da República

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

no Council on Foreign Relations

"O MUNDO DO APÓS GUERRA FRIA: DILEMAS E PERSPECTIVAS"

Nova York, 19 de abril de 1995

Senhoras e Senhores,

Ao receber o Prêmio Nobel de Literatura em 1957, Camus começa o seu discurso de agradecimento lembrando a antiga história de um sábio oriental que todos os dias rezava aos deuses pedindo que eles o poupassem de viver tempos interessantes. Como não tivesse sido sábio, concluía Camus, os deuses não o haviam poupado.

Refletindo sobre nosso mundo, não posso deixar de pensar que nós também estamos sob a sina de viver em tempos interessantes. Não devemos, porém, temê-los. O sábio de Camus talvez não tenha considerado que a maior aventura humana é justamente a de procurar moldar o tempo que nos cabe viver. E, para isto, o primeiro passo é buscar compreendê-lo.

Ao ter a satisfação de ser hoje recebido no Council on Foreign Relations, gostaria precisamente de organizar algumas reflexões sobre como vejo nosso tempo, o que o faz tão "interessante", e de que forma um país como o Brasil se pode situar em um cenário em acelerada transformação.

Ao tratar dos dilemas trazidos pelo fim da Guerra Fria, pretendo, desde já, deixar clara uma primeira convicção: existem condições claras para que o período histórico inaugurado em 1989/1992 seja essencialmente melhor do que o mundo do conflito bipolar.

Essa convicção parecerá a alguns como óbvia. Afinal, a quem interessaria a tensão de um mundo mantido em equilíbrio pelo terror da confrontação nuclear? Uma breve leitura em alguns textos recentes de analistas da situação internacional revelará, entretanto, que o óbvio ainda precisa ser dito. Na verdade, ante as dificuldades inerentes a uma nova realidade em que muito está por fazer, começam a surgir os saudosistas da Guerra Fria. Recordo-me, aqui, de uma frase de Freud, na qual diz que o caminhante que canta no escuro pode espantar o medo, mas nem por isso vê mais claro. Diante da dificuldade de entender o novo mundo que se abriu ante nossos olhos, muitos preferem cantar no escuro. Eu prefiro tentar entender.

A Guerra Fria constitui a moldura do pensamento de minha geração. Amadureci, como professor e pesquisador, nas décadas em que o mundo parecia irremediavelmente preso ao conflito ideológico, cuja dinâmica organizava o debate externo e interno. Isto trouxe prejuízos mesmo ao trabalho intelectual. Tantas vezes o reducionismo imperava. Cansei de ver boas análises julgadas não pelos seus méritos, mas pelo duvidoso critério da adequação a padrões ideológicos. Quem perdeu, freqüentemente, foi a própria capacidade humana de reflexão, de buscar criativamente caminhos novos para o pensamento e para a ação.

Não deixa de impressionar, assim, a rapidez com que se encadearam os eventos que assinalaram o final da Guerra Fria. Poucos o previram embora talvez muitos o

desejassem, por diferentes razões. A própria surpresa do processo leva a sentimentos de alguma perplexidade e percepções contraditórias.

O que sabemos é que aumentaram as fontes de incertezas. Para alguns, gera-se uma espécie de desconforto analítico devido à ausência de paradigmas claros. Problemas novos sugerem que o trabalho político é mais complexo. De um lado, somos tentados pelo otimismo fácil, pelo triunfalismo, pela visão de que, em si mesmo, o fim do confronto ideológico seria capaz de produzir automaticamente transformações para melhor no cenário mundial. Haveria uma espécie de "contaminação positiva" em cada um e todos os aspectos da vida internacional.

De outro, o pessimismo se revela na constatação de que a Guerra Fria ocultava problemas que agora se revelam de difícil encaminhamento, tais como a impotência do Conselho de Segurança das Nações Unidas para dar soluções eficazes a conflitos de natureza étnica e a incapacidade das instituições de Bretton Woods para prevenir e remediar crises resultantes do processo de globalização da economia. Os que consideram a realidade internacional tecida pela necessidade de conflitos vêm ora na competição econômica o primeiro passo para impasses e dificuldades insuperáveis, ora nos conflitos civilizacionais o substituto do choque ideológico que se esmaeceu. Às vezes, penso que o político precisa de inimigos óbvios para compor seus instrumentos de mobilização e legitimidade. E esses inimigos óbvios não existem hoje.

Os sentimentos contraditórios são naturais num mundo em que aumentam as incertezas e para o qual já não dispomos de uma matriz conceitual, como na Guerra Fria, que sirva de referência comum para interpretações e decisões. Uma tentativa de atenuar as incertezas está na criação de novos "modelos" do quadro internacional que organizariam, de forma lógica, os eventos dos últimos anos. Estes esforços também são naturais e têm sua importância. Mas infelizmente não fornecem elementos suficientes para quem tem de atuar diretamente.

Do ponto de vista de quem governa, o mundo pós-Guerra Fria constitui, por incerto que seja, um cenário real dentro do qual opções devem ser feitas. Precisamos ver que problemas concretos este cenário oferece. Não podemos esperar que situações negativas se cristalizem para depois resolver agir.

Sabemos também que o fim da Guerra Fria não teve o poder de recriar por completo a realidade internacional. O que mudou foram aspectos particulares, importantes, relacionados à confrontação ideológica. Afetam, em medida decisiva, a realidade contemporânea, mas não a esgotam. Nasceu antes da Guerra Fria o mundo que se nos apresenta nos dias de hoje, especialmente se olharmos para a sua dinâmica econômica, para os processos de globalização, para a importância das questões éticas. Algumas de suas dinâmicas, o comportamento de alguns atores, são dados conhecidos e com caráter de permanência.

O maior desafio no mundo do pós-Guerra Fria é assim, entre elementos e sensações aparentemente contraditórios, reter os positivos, especialmente o arrefecimento das tensões globais, bem como conjugar esforços para reforçá-los e ampliá-los. É preciso fazer com que os aspectos positivos influenciem o amplo espectro da agenda internacional, ao mesmo tempo em que se busca atenuar aqueles que se consideram negativos.

O exame dos aspectos positivos do contexto internacional começa com o alívio pelo que deixou de ocorrer em virtude do conflito Leste-Oeste. É o caso da precária manutenção da paz pelo equilíbrio do terror, da corrida armamentista, da exacerbação de tensões regionais e conflitos internos, dos impasses nos organismos multilaterais, da legitimidade, sempre parcial, obtida pela imposição de matrizes ideológicas.

O fim das tensões globais leva a que se afirmem umas tantas tendências que devem ser efetivamente exploradas. A primeira, e mais clara, é a convergência de valores no plano internacional, especialmente o predomínio do ideal democrático e a noção de que a liberdade econômica é o caminho para o crescimento. Outra tendência positiva é de que se globalizam não apenas os processos econômicos ou financeiros, mas também os conceitos e valores que delimitam as opções dos Governos, tais como a qualidade de vida, a preservação ambiental, a proteção dos direitos humanos. Numa palavra, os problemas do cidadão estão no cerne do debate internacional.

Há hoje consciência de que é preciso forjar sociedades em que todos tenham acesso a serviços sociais básicos e nas quais a educação não seja privilégio de poucos. Se as demandas por igualdade antes tinham motivação ética, hoje elas também foram incorporadas à própria lógica interna da economia.

Por outra parte, há elementos que poderíamos qualificar como negativos, ou, talvez, de forma mais apropriada, como problemáticos, na medida em que correspondem a novos desafios para os quais as respostas ainda não estão claras. Se os fatores positivos que antes mencionei criam um "marco de harmonia", não resolvem problemas concretos que a dinâmica da vida internacional cria. Se a democracia é um valor universal, como defendê-la na prática, como ampliar suas conquistas e consolidá-la no plano mundial? Se estamos de acordo em que é preciso preservar o meio-ambiente, são suficientes para este fim os mecanismos internacionais de cooperação existentes? Se a globalização econômica traz benefícios, como evitar os efeitos perversos que decorrem do jogo especulativo nas finanças internacionais? Se as preocupações com a justiça social se desligam de modelos ideológicos e ganham universalidade, como criar mecanismos viáveis que permitam a atenuação da pobreza e o ataque efetivo aos bolsões de miséria absoluta? Como equilibrar o sentido universal das preocupações humanitárias e o marco das soberanias nacionais? Para essas questões não há respostas óbvias, abrangentes.

Outro problema deriva de que a extraordinária ampliação da agenda internacional, fragmentária e variada, gera incontáveis questões rotineiras. Por sua complexidade e volume, absorvem tal soma de energia e tempo, que acabam por nos desviar da compreensão de que são necessárias soluções amplas, marcadas por visão de futuro. As questões universais correm o risco de ficar condicionadas por visões estreitas, unilaterais, sem perspectiva de futuro. Um corolário perverso da comunhão de valores pode ser a acomodação, a complacência, o arrefecimento da vontade de mudar. O fim da Guerra Fria seria simplesmente substituído por um sistema no qual a incapacidade diante dos problemas globais justificaria a exaltação das soluções particularistas.

Estamos assim diante de um quadro internacional que, sob o risco de que os aspectos negativos contaminem o que de intrinsecamente positivo há no mundo pós-Guerra Fria, exige a tomada de decisões dentro de um espectro de opções.

Mencionaria dois temas. No plano da segurança coletiva e da paz, para levar a comunidade internacional a compartilhar soluções concretas aos desafios correntes, a reforma do Conselho de Segurança é condição necessária, mas não suficiente. Sua atuação mais importante se dá após a eclosão de conflitos. É preciso, no entanto, implementar mecanismos ágeis de diplomacia preventiva, o que muitas vezes exigirá articulações em nível regional ou subregional.

Um outro exemplo lembra que a configuração de alianças em torno de questões específicas, na linha daquilo que poderíamos chamar de arranjos de geometria variável, é um caminho válido também para reforçar a agenda positiva em torno dos valores sobre os quais há convergência internacional, tais como direitos humanos, meio-ambiente, combate à criminalidade internacional, não-proliferação. Creio que precisamos cada vez mais de entendimentos que estructurem soluções válidas e operacionais para questões específicas.

Esse desenvolvimento, entretanto, não dispensará a necessidade de que se criem novas macro-estruturas ordenadoras do conjunto das relações internacionais. A dificuldade inerente à criação de uma arquitetura institucional e ao estabelecimento de uma nova mecânica dos processos decisórios, que reflitam as novas realidades, explica em grande parte porque ainda não se materializaram as promessas de paz e cooperação suscitadas pelo fim da Guerra Fria.

Não pretendo, nesta conferência, responder a todas as questões que levantei. Meu objetivo foi mais direto. Em primeiro lugar, revelar a preocupação legítima de meu País com os rumos do sistema internacional. Sublinhar que, exatamente porque vivemos um momento de transformações amplas do sistema internacional, um momento de criação de regras sobre a conduta dos Estados, não temos alternativa, ao formular política externa, se não a de aceitar o desafio de pensar os temas globais.

Devemos ter presente, cada sociedade, cada liderança política, não importa a dimensão do País, o seu peso político, que uma ordem internacional legítima se constrói com contribuição efetivamente universal. No plano internacional, a legitimidade se descola dos projetos ideológicos parciais e ganha novo estatuto, o da universalidade. Será tanto mais legítima a ordem quanto mais representativa, quanto mais efetivamente universal for sua construção. Esse é, na realidade, o maior ganho do fim da Guerra Fria.

Nesse sentido, a premissa da política externa brasileira é a da participação plena nos processos decisórios centrais das relações internacionais. Insisto. Para o Brasil, o fim da Guerra Fria é essencialmente positivo. Não que tenhamos respostas acabadas para cada uma das questões que coloquei. Mas temos propostas e, sobretudo, a disposição de participar.

Quais são nossas credenciais?

Iniciaria pela observação de que estamos à vontade neste mundo pós-Guerra Fria porque, de muitas formas, nossa política externa é conceitualmente orientada pelo que chamei das "forças positivas". Em primeiro lugar, os valores que podem tecer um mundo melhor correspondem a duas claras opções nacionais, a democracia e a liberdade econômica. Em seguida, temos uma tradição de participação nos organismos multilaterais, que, hoje, recuperam influência. Tanto porque se constituem em foros necessários de construção de legitimidade, quanto porque, pela própria natureza dos processos de interdependência, a busca de soluções universalmente compartilhadas é absolutamente necessária se pretendemos uma ordem estável.

A diplomacia brasileira sempre foi crítica de um mundo onde tudo se subordinava aos interesses estratégicos de duas potências em conflito. Em um paradoxo trágico, nossa tradição pacífica fazia com que fôssemos vistos com menor interesse. No mundo da Guerra Fria, nossa vocação para a paz e para o entendimento pareciam fora de lugar. Superada essa fase, tudo nos credencia a ter voz mais influente nos esforços de reestruturação do sistema internacional.

Apontaria ainda outros elementos.

Temos em nossa tradição um acervo diplomático caracterizado por posições de equilíbrio. Somos um país de grande peso regional, mas sem vocação hegemônica. A presença sul-americana do Brasil é exemplar. Temos excelentes relações com dez vizinhos, e relações marcadas por um esforço permanente de criatividade diplomática. Diria mesmo que a própria natureza do sistema internacional contemporâneo revaloriza as funções diplomáticas. Pois não há tema que não seja objeto de negociação e o Brasil tem tradição secular de valorização da diplomacia como meio privilegiado de encaminhar suas questões internacionais. Esse, aliás, é o cerne da presença do Brasil no continente.

Somos um país continental com vocação universal e interesses globais. Como indiquei, o sistema internacional exige participação com perspectiva do universal e, para tanto, estamos preparados. Hoje, do ângulo econômico, somos um "global trader" e nos interessa fortemente que regras estáveis e justas prevaleçam nos intercâmbios econômicos entre os países. A dimensão de nossa economia exige atenção para os processos globais. De certa forma, a própria abertura para o mundo, que agora aperfeiçoamos e completamos, não é nova na história do Brasil. A presença do investimento externo vem do princípio do século e foi decisiva para dinamizar o crescimento brasileiro ao tempo de Juscelino. Do ângulo político, estamos estimulando e ampliando a participação em forças de paz da ONU, já que temos preocupações legítimas com a construção de um sistema efetivamente abrangente e eficaz de solução pacífica das questões internacionais.

Nossa sociedade abriga em convívio pacífico uma ampla diversidade étnica, cultural e religiosa, o que nos dá especial sensibilidade para compreender alguns dos problemas centrais do nosso tempo.

Entre nossas credenciais estão também os valores que a sociedade brasileira consagrou em seu desejo de reformas, consolidação da democracia, economia de mercado, respeito aos direitos humanos, não-proliferação de armas nucleares, proteção ao meio ambiente. Nos foros em que esses temas foram discutidos tivemos invariavelmente posições de equilíbrio, em que a preocupação em articular consensos foi a regra do comportamento brasileiro.

Somos um país ainda injusto, de muitas carências e, ao mesmo tempo, sabemos que as soluções para os problemas das disparidades de riqueza, tanto no plano internacional quanto nacional, não podem ser encontradas em fórmulas mágicas, em disputas retóricas. Aprendemos que, para problemas concretos, há que buscar soluções concretas e viáveis. Não podemos aceitar, contudo, que valores de justiça se diluam, que prevaleçam atitudes de acomodação. Costumo acentuar a necessidade das utopias realistas. Não podemos abandonar o desejo de transformação, de criar ordens mais justas. Mas, se hoje há convergência nos ideais, ainda falta muito para que soluções efetivas sejam encontradas.

Em suma, defendemos externamente os valores que consagramos internamente. Neles está a matriz de nossa ação diplomática. E, também, do novo interesse pelo Brasil. Já não somos vistos de forma negativa, como depredadores de florestas ou violadores de direitos humanos. Ao contrário, a posição internacional do Brasil não é mais defensiva porque ficou claro que, se temos problemas, estamos buscando, sociedade e governo, formas de encaminhá-los. E, neste sentido, creio que o grande trunfo da política externa brasileira hoje é a democracia. É o sentimento de que as soluções nacionais se sustentam em debate amplo, em que a transparência nos objetivos do Governo prevalece.

Se temos bons trunfos para participar no que imaginamos deva ser o novo sistema internacional, caberia indagar quais seriam os grandes arranjos institucionais mais adequados ao mundo do após-Guerra Fria. Aqui, é preciso analisar separadamente a esfera política e o campo econômico.

Na esfera política, será preciso encontrar uma estrutura que seja fiel a um tempo em que a democracia se impôs como valor universal. Se as relações dentro de cada sociedade devem ser democráticas, também devem ser democráticas as relações entre as sociedades. Nesse âmbito, ao iniciarem-se brevemente os trabalhos de revisão da Carta de São Francisco, o Brasil acredita que esta é a diretriz incontornável.

No campo econômico, será preciso desenvolver os mecanismos adequados à globalização. Uma economia global não pode ser vítima de surtos protecionistas ou refém de medidas unilaterais. Seu bom funcionamento exige a liberalização continuada do comércio mundial. Na área monetário-financeira, será necessário, ainda, definir novas regras que permitam dar maior estabilidade aos regimes de câmbio e ao sistema financeiro internacional.

Gostaria finalmente de referir-me ao relacionamento entre o Brasil e os EUA.

Ao analisar as perspectivas do relacionamento bilateral, identifico uma mudança importante. No passado que deixamos para trás, embora partilhássemos os mesmos valores, nossas divergências eram marcadas por diferentes concepções sobre o encaminhamento de algumas questões internacionais e por uma série de contenciosos concretos.

O novo cenário que emerge com o fim da Guerra Fria remove esses constrangimentos e desenha um amplo horizonte de cooperação para Brasil e Estados Unidos. Partilhamos valores e perspectivas, temos uma longa tradição de interesses comuns, somos parceiros da integração hemisférica. Todos esses são caminhos que conduzem a um destino único: o desenvolvimento conjunto de uma nova agenda afirmativa no relacionamento bilateral.

Essa nova agenda já se vai desenhando em mais de uma área. Na esfera econômica, o novo modelo de desenvolvimento brasileiro e um mercado interno de mais de 160 milhões de consumidores nos torna uma das mais importantes economias emergentes e abre amplas possibilidades de intercâmbio comercial e fluxos de investimento.

No domínio das relações políticas, a aproximação de nossas posições se manifesta em vários campos e nosso compromisso firme com a causa da não-proliferação é apenas um exemplo da sintonia de nossas percepções.

Outro exemplo que julgo significativo foi o entendimento que alcançamos ao longo da recém-concluída Cúpula das Américas. A lição que tiro da Cúpula foi o

amadurecimento da consciência de que o futuro da integração hemisférica exige uma parceria desimpedida entre nossos países. O Brasil está firmemente comprometido com as metas de Miami, e entende que neste país é irreversível a compreensão de que o melhor interesse norte-americano está na construção de uma zona de prosperidade e desenvolvimento das Américas.

Senhoras e Senhores,

Ao honrar-me com seu voto, o povo brasileiro me deu um mandato claro: concluir as reformas de que o País precisa para consolidar o seu novo ciclo de desenvolvimento com estabilidade monetária, combater a injustiça social, contribuir para a construção de um País melhor. Esse Brasil renovado nasce com um compromisso de trabalhar por uma ordem internacional aberta, voltada para o desenvolvimento e que faça do ser humano seu valor central. Esse é o norte que orientará a política externa brasileira. Esses são os valores que unem Brasil e Estados Unidos.

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

“É TEMPO DE UMA NOVA PARCERIA”

CERIMÔNIA DE CHEGADA À CASA BRANCA

Washington, 20 de abril de 1995

Senhor Presidente.

Eu sei que hoje é um dia em que celebramos a amizade entre nossos países.

Nesse momento, no entanto, permita-me expressar-lhe meu profundo pesar pelo ato de barbárie que fez tantas vítimas inocentes ontem em Oklahoma City.

Em nome do povo brasileiro, trago-lhe a mensagem de nossa solidariedade para com o povo norte-americano, e especialmente com a família das vítimas dessa violência.

Senhor presidente, esse ato terrorista não agride apenas a América, ele agride todos os que acreditamos na Paz, na Democracia, e na Liberdade para todos.

Senhor Presidente,

Venho aos Estados Unidos da América com o desejo de aproximar ainda mais nossos dois países. Traz-me a convicção de que é chegado o momento de alçarmos as nossas relações a um novo patamar que permita a nossos povos explorarem plenamente as possibilidades de cooperação que oferecem Brasil e Estados Unidos.

É longa a amizade que nos une.

É amizade fundada em uma história de valores partilhados e empreendimentos comuns.

A defesa da liberdade sempre foi o traço mais marcante dos Estados Unidos da América. Esta terra recebeu todos aqueles que vieram em busca do Sonho Americano, do sonho descrito por Jefferson em 4 de julho de 1776: todos os homens têm direitos, entre eles a vida, a liberdade e a busca da felicidade.

Eu próprio, Senhor Presidente, em tempos menos felizes da história de meu país, aqui busquei novos horizontes. Exilado por um regime que via ameaça em um Professor de Sociologia, testemunhei nos Estados Unidos o valor da liberdade.

Tantos anos depois, tanta história depois, o destino me reserva a honra de voltar a este país.

Já não venho em busca de liberdade. Liberdade nós conquistamos em casa.

Venho como Presidente de um Brasil que se reencontrou com a mais verdadeira vocação de seu povo: a democracia. De um Brasil que está sendo capaz de construir uma sociedade livre que deseja ser justa, onde gente de todas as origens busca realizar, em paz, seu desejo de uma vida melhor.

Para chegarmos à democracia consolidada, nem sempre foi fácil o percurso. Foi preciso determinação e serenidade. Hoje, com orgulho posso dizer: fui eleito no marco de um sistema onde todos os setores sociais são ouvidos e a vontade da maioria é respeitada.

A sociedade brasileira mudou: a prática democrática comanda as relações sociais. A eleição de quem representava um projeto efetivamente novo de transformação foi natural.

Sou o Presidente de um país renovado. De um país que inicia um novo ciclo de prosperidade. Derrotamos o processo inflacionário, abrimos a economia, promovemos nossa integração em uma economia global, voltamos a crescer.

O povo brasileiro sabe que a liberdade não é só política: é também econômica. Sabe que o desenvolvimento não se faz sem justiça social. Compreende que responsável e cuidadosa deve ser a condução do processo de expansão econômica.

Ao encontrá-lo em dezembro último, Senhor Presidente, soube que a integração hemisférica encontrara um defensor à altura dos ideais que sempre a inspiraram. A convocação da Cúpula de Miami assegurou-lhe lugar decisivo na história de nosso Hemisfério. O Brasil está comprometido com os resultados da Cúpula.

Somos um Hemisfério em Paz, em que prevalecem os melhores valores ocidentais e com extraordinário potencial de parcerias econômicas. Em nenhum outro lugar do mundo é tão grande a comunhão de perspectivas. O Senhor, Presidente Clinton, teve a ousadia de ver que, em um mundo interdependente, a prosperidade de todos os países da região é também do interesse de seu país. Mais do que sua visão, suas ações concretas também apontam nesta mesma direção.

De nossa parte, a experiência bem sucedida do MERCOSUL mostrou-nos que a integração aprofunda laços e o sentido de cooperação e solidariedade.

Somos as maiores nações do continente, compartilhamos os problemas e as virtudes de nosso tamanho, fomos formados com a contribuição dos mais diversos povos. Fazem parte de nosso patrimônio comum os valores democráticos, a promoção dos direitos humanos, a consciência de que as questões ambientais devem ocupar lugar central em nossas ações de Governo, a concordância na compreensão de que, entre os fatores de estabilidade internacional, estão a firmeza no compromisso do desarmamento e da não-proliferação e a aspiração a que se atenuem as disparidades entre ricos e pobres.

Tememos visões próprias e nítidas do mundo. Queremos a paz e a segurança internacionais em bases sólidas. Há cinquenta anos, lutamos como aliados, na Segunda Guerra Mundial, na defesa da liberdade. Estarmos juntos é a vocação de Brasil e Estados Unidos.

Ao iniciar, Senhor Presidente, lhe dizia que é longa a amizade que une nossos dois países.

Mais do que o passado, entretanto, o que nos une é o futuro. É tempo de uma nova parceria.

Trabalharmos juntos na aproximação ainda maior de nossos dois países. Este é o desafio que teremos pela frente.

Convidá-lo a aceitarmos juntos este desafio é a mensagem que lhe trago do povo brasileiro.

BRINDE PRONUNCIADO PELO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA**Fernando Henrique Cardoso****POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO EM SUA HOMENAGEM PELO
VICE-PRESIDENTE AL GORE****Washington, em 20 de abril de 1995****Senhor Vice-Presidente.****Senhoras e Senhores,**

Seu país despertou esta manhã sob o choque de um ato infame. Ontem, a violência terrorista atingiu fundo este país. Minhas primeiras palavras são assim de sentimentos para a família das vítimas da tragédia de Oklahoma , bem como da solidariedade de todos os brasileiros para com a Nação norte-americana.

Senhor Vice-Presidente,

Queria inicialmente manifestar-lhe minhas palavras de agradecimento ao Governo norte-americano pela calorosa acolhida proporcionada a mim e à minha comitiva.

O que me traz aos Estados Unidos da América, ainda no início de meu Governo, é a certeza de que estão dadas as condições para que o Brasil e Estados Unidos desenvolvam uma nova parceria.

Essa nova parceria é corolário natural das múltiplas convergências que nos aproximam.

Os laços de amizade e cooperação que unem nossos países têm sua origem em nossa Independência Nacional, quando a então jovem república norte-americana foi o primeiro país a nos reconhecer como nação livre. São, ainda, laços que se traduzem na admiração e na amizade de nosso povo pelo povo norte-americano.

Esse é um patrimônio de que muito nos orgulhamos.

Nem sempre, porém, o relacionamento bilateral pôde explorar todo o potencial existente, em razão de algumas incompreensões mútuas, hoje amplamente superadas. A origem daquelas incompreensões talvez esteja na possível dificuldade de entender o processo de transição política e econômica empreendido pelo Brasil. O fato de as reformas no Brasil se terem processado talvez mais lentamente do que alguns poderiam esperar deve ser visto, porém, no que ele tem de positivo. Significa que o país nunca abriu mão de caminhos próprios. Significa que a sociedade amadureceu suas escolhas. Significa que reformas políticas e econômicas puderam caminhar juntas.

Orgulha-se hoje a sociedade brasileira, Senhor Vice-Presidente, da coragem com que levou adiante os esforços de reformas dos últimos anos.

Sem traumas e sem violências, meu País consolidou a ordem democrática, fortaleceu o pluralismo de sua sociedade e está forjando um novo modelo de desenvolvimento.

É deste Brasil renovado que trago a mensagem da amizade que nos deve unir ante os desafios da definição de um novo arcabouço político internacional que responda adequadamente aos desafios do após-Guerra Fria.

Somos duas nações unidas pela História, mas somos sobretudo dois países unidos por um futuro promissor de cooperação.

Somos ambos países-continente.

Ambos tivemos a felicidade de contar com gente de todas as partes do mundo em nossa formação.

Estamos, sobretudo, unidos por um universo de valores partilhados; e que se exprimem na vida democrática e na liberdade individual.

São os mesmos valores que nos levaram a lutar como aliados na II Grande Guerra; são os valores que saíram vitoriosos dos longos anos da Guerra Fria.

Nosso acervo comum inclui ainda a promoção ampla dos direitos humanos e a proteção do meio-ambiente. Temos obrigações nacionais e internacionais nessas áreas. Permanecem válidos os compromissos que assumimos no Rio de Janeiro, em 1992, com a cooperação internacional para o meio-ambiente.

Em um mundo que consagra a democracia, a economia de mercado e faz da Paz uma aspiração universal, Brasil e Estados Unidos devem estar juntos na tarefa de traduzir esses valores em conquistas concretas.

Ao longo da Cúpula das Américas, para cujo êxito sabemos que Vossa Excelência teve contribuição importante, a cooperação entre Brasil e Estados Unidos deixou claro que qualquer projeto consistente de integração hemisférica exige uma ação concertada das duas maiores democracias hemisféricas.

Na área da não-proliferação, amadureceu o entendimento de que os mecanismos patrocinados pelo Brasil dão ampla garantia de nosso compromisso com a Paz e com o uso pacífico da energia nuclear.

A Diplomacia brasileira tem tido papel relevante nos organismos internacionais, tanto na esfera econômica, quanto na área de solução pacífica de controvérsias. O mundo pós-Guerra Fria exige que repensemos o quadro das instituições multilaterais. A ONU precisa ganhar efetividade com base na representatividade de suas decisões. O sistema financeiro internacional deve estar preparado para enfrentar os efeitos da globalização. A OMC deve ser plenamente implementada e ser garantia de expansão dos fluxos internacionais de comércio.

Na esfera econômica, a afirmação no Brasil de um novo modelo de desenvolvimento teve efeito positivo nas relações de comércio e nos fluxos de investimento entre nossas economias.

Senhor Vice-Presidente,

Ao manifestar-lhe minha confiança em que juntos seremos capazes de desenvolver uma agenda bilateral afirmativa, gostaria de convidar os presentes a me acompanharem no brinde que faço à felicidade pessoal do Vice-Presidente Al Gore, à Senhora Tipper Gore e ao contínuo desenvolvimento e bem-estar de nossos povos.

Muito obrigado.

BRINDE PRONUNCIADO PELO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

**POR OCASIÃO DE JANTAR OFERECIDO EM SUA
HOMENAGEM PELO PRESIDENTE BILL CLINTON**

WASHINGTON, 20 DE ABRIL DE 1995

Senhor Presidente.

Este jantar foi um momento agradável. No entanto, sei que seus pensamentos estão também com as vítimas da tragédia de Oklahoma. Aproveito esta ocasião para reiterar minhas palavras de sentimento e solidariedade para com Vossa Excelência e o povo norte-americano.

Em nosso encontro desta manhã, tivemos ocasião de falar sobre a amizade que sempre uniu nossos povos, bem como sobre os diversos pontos em comum entre nossos países.

Este é momento para uma nota de caráter mais pessoal. Desejo estender-lhe desde logo meu agradecimento pela acolhida fraterna com que fomos recebidos, Ruth e eu, nesta capital. Esteja certo de que levaremos de volta ao Brasil recordações gratas desta visita. Reconhecemos nas atenções que nos foram dispensadas a importância que Governo dos Estados Unidos atribui não só a mim, mas sobretudo ao Brasil e ao seu povo.

Queria também expressar minha admiração e amizade por Vossa Excelência. Sei que, no centro de suas preocupações, está a busca de como combinar o necessário progresso material com a promoção de condições de vida dignas e com a valorização da comunidade. Também sei que sua ação como Chefe do Executivo pauta-se invariavelmente, em meio às demandas contraditórias de nossos tempos, pelo caminho da razão e do entendimento.

São estas as qualidades exigidas dos líderes, nos dias de hoje, para que resgatem para a política seu sentido mais nobre de ser a busca do bem comum. Pois a política, mais do que a arte do possível, é a ferramenta com que são feitas as utopias e com a qual elas se transformam em realidade.

Para manejá-la são necessárias a humildade, que ensina que para encontrar a verdade é preciso ouvir sempre o povo, e a determinação, que leva a perseguir um futuro melhor mesmo ante as resistências dos que temem as mudanças.

São essas, também, as virtudes que têm orientado a sociedade brasileira em seu longo esforço de criar um Brasil que está hoje renovado, com crescimento, liberdade e justiça social.

Para falar à sociedade norte-americana deste Brasil que ingressa em novo período de desenvolvimento, tive a satisfação de ser seu convidado nos últimos dias.

A mensagem que lhe trago é simples, Senhor Presidente, é a mensagem da amizade que sempre uniu nossos dois países, que deve ser a base de uma nova parceria, em que Brasil e Estados Unidos partilham uma aspiração comum à prosperidade, liberdade e paz.

No plano pessoal, não poderia esquecer que, em 1964, quando começaram a circular rumores de minha prisão iminente, Ruth decidiu que deveríamos esconder-nos. A primeira visita que recebi em meu esconderijo foi a do então Cônsul norte-americano em São Paulo, que tinha chegado a nós por meio de nossos amigos. Vinha oferecer-nos vistas para os Estados Unidos, onde poderíamos viver em liberdade. Posteriormente, nos anos duros do autoritarismo, foi também em universidades e fundações americanas que encontrei estímulo e apoio.

Senhor Presidente,

Ao expressar minha confiança no aprofundamento das relações entre Brasil e Estados Unidos, gostaria de convidar os presentes a me acompanharem no brinde que faço à felicidade pessoal do Presidente Bill Clinton e de Ms. Hillary Clinton.

Muito obrigado.

**DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, EM
SESSÃO SOLENE DO CONSELHO PERMANENTE
DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS**

Washington, D.C., 21 de abril de 1995

**Senhora Presidenta do Conselho Permanente,
Senhor Secretário-Geral,
Senhor Ministro das Relações Exteriores da República
Argentina,
Senhores Representantes e Observadores Permanentes,
Senhores Representantes de Organismos Internacionais,
Senhoras e Senhores,**

**Agradeço as referências que ao Brasil e à
minha pessoa fizeram o Senhor Secretário-Geral,
Presidente César Gaviria, e a Senhora Presidenta do
Conselho Permanente, Embaixadora Marlene Villela de
Talbot.**

**A Vossas Excelências e a todos os
Representantes Permanentes, quero transmitir a
mensagem de amizade do povo brasileiro a todas as
nações amigas do nosso Continente.**

**A amizade dos povos da América é para nós,
brasileiros, uma herança de extraordinária significação,
uma fonte permanente de inspiração para que novos
laços de aproximação sejam tecidos entre nossos países.**

Recordamos no Brasil, neste dia 21 de abril, a morte de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, herói da independência brasileira. Uma palavra sintetiza a nossa homenagem a esse e a outros próceres deste Continente: liberdade.

E liberdade é ainda a força que nos move na construção de uma América democrática, com sociedades mais justas e prósperas.

Senhores Representantes Permanentes,

A visita de Presidentes brasileiros a esta Organização é uma tradição que demonstra a importância que o Brasil atribui ao trabalho aqui desenvolvido.

Tancredo Neves, falecido há exatos dez anos, afirmou nesta mesma sala em janeiro de 1985, na condição de Presidente-eleito, que: (passo a citar)

"a importância que o Brasil atribui à OEA está na mesma medida dos esforços que fazemos em todos os campos das relações exteriores do País para alcançar seus objetivos de paz, de desenvolvimento e de bem-estar social" (fim de citação).

Mais recentemente, em setembro de 1986, o Presidente José Sarney reafirmou, neste Salão das Américas, o firme compromisso do Brasil com a democracia e o apoio que o País presta à OEA.

O apoio do Brasil a esta Organização tem significado muito especial neste mundo em rápida e permanente transformação política e econômica.

A globalização do sistema produtivo é realidade incontestável, com repercussões em todos os níveis da vida contemporânea. A interdependência aprofunda-se e a integração regional se acelera.

Globalização e regionalismo não devem ser, de forma alguma, impulsos contraditórios. São faces da mesma moeda, que apontam para a expansão dos mercados e para a escala ampliada das estruturas produtivas. Para harmonizar esses movimentos, contudo, a ação dos organismos multilaterais é decisiva.

Hoje, todos os temas da agenda internacional ganharam dimensão multilateral. Para que esses temas avancem, para que o trabalho das organizações internacionais frutifique é necessário que estes organismos respondam às necessidades de seu tempo.

Há um dado positivo que nos traz otimismo e esperança: está ocorrendo uma convergência cada vez mais acentuada de valores no plano mundial.

É contra esse pano de fundo que devemos avaliar o papel da Organização dos Estados Americanos neste momento de transformação. A OEA deve renovar-se permanentemente, a fim de poder influir naqueles temas que compõem o próprio cerne da agenda internacional.

Senhoras e Senhores,

A atuação das organizações internacionais é vital para assegurar o respeito, por todos os Estados, às normas de convivência internacional das organizações mundiais e regionais.

O Brasil luta pelo fortalecimento do império da lei nas relações internacionais e pela democratização do processo internacional de tomada de decisões sobre questões do legítimo interesse de todos e de cada povo.

Por esta razão, o Governo brasileiro apoiou o processo de reforma da Carta da Organização, do qual é elemento fundamental o Protocolo de Washington, aberto à assinatura dos Estados membros em dezembro de 1992. Tive o privilégio de assinar naquela ocasião este instrumento, na qualidade de Ministro das Relações Exteriores do Brasil.

É assim com grande satisfação que anuncio que farei, em seguida, o depósito do instrumento de ratificação do Protocolo de Washington, que institui mecanismo destinado a consolidar a dedicação da Organização aos propósitos de defender a democracia representativa em nosso hemisfério e de eliminar a pobreza crítica.

Um dos primeiros exemplos de atuação da OEA no encaminhamento de ações para restaurar a legitimidade democrática deu-se no Haiti. Congratulo-me com o retorno do Presidente Aristide ao posto que lhe cabia de direito por haver sido eleito pela maioria da população haitiana.

Senhoras e Senhores,

O Brasil é hoje uma democracia consolidada.

O povo brasileiro foi o agente de um movimento de mudança política que hoje não admite alternativas à democracia e não tolera a corrupção.

Também no terreno econômico o Brasil deu grandes passos. Estabilizamos a economia, que voltou a crescer. Estamos iniciando as reformas constitucionais que darão condições de sustentabilidade ao Plano Real.

As transformações política e econômica se desenvolveram de forma paralela. Uma reforçou a outra. Responderam, ambas, a um desejo de mudança que se consolidou definitivamente no povo brasileiro.

Senhoras e Senhores,

A política externa de meu Governo atribui prioridade às relações hemisféricas.

Paz e cooperação são as diretrizes máximas que presidem a ação da diplomacia brasileira nas Américas.

O MERCOSUL e o interesse brasileiro de que outros esquemas de integração regional se aprofundem são prova disto.

Registro, com satisfação, o papel dos Países Garantes do Protocolo do Rio de Janeiro, no recente conflito entre o Equador e o Peru. A paz entre esses dois países é uma certeza, com base no cumprimento e na efetiva implementação das disposições da Declaração de Paz do Itamaraty, de 17 de fevereiro de 1995.

Nas conversas que tive com os Presidentes Sixto Durán-Ballén e Alberto Fujimori, ambos sempre manifestaram boa disposição para um encaminhamento construtivo da situação.

Desde 1985, com o fortalecimento dos dispositivos da Carta da OEA relativos ao papel da Organização na promoção e defesa da democracia e, mais especificamente, a partir do início da década de 90, com o Compromisso de Santiago, a Resolução 1080 e o Protocolo de Washington, a Organização dos Estados Americanos ingressou em novo patamar de participação ativa no processo de democratização dos Estados Americanos.

O compromisso com a preservação e o fortalecimento da democracia é patrimônio singular da nossa Organização regional. Nesse sentido, quero manifestar meu apoio a medidas que venham a reforçar a Unidade para a Promoção da Democracia.

Em combinação harmoniosa com a promoção e a defesa da democracia, está a atividade da Organização na promoção do respeito aos direitos humanos. Reconheço a relevância dos trabalhos da Comissão e da Corte Interamericanas de Direitos Humanos, bem como reitero a determinação do Governo brasileiro de cooperar com essas e outras entidades internacionais na promoção dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Está claro que o trabalho dessas entidades será tão mais efetivo quanto mais universal for a adesão dos Estados do Hemisfério ao Pacto de São José e ao cumprimento de suas disposições.

A situação dos direitos humanos em meu país apresenta hoje sensíveis progressos. Meu Governo está decidido a encaminhar o país para soluções definitivas para conter a violência e a impunidade nos grandes centros e nas zonas rurais.

As violações dos direitos humanos são, em grande parte, resultado da condição de pobreza e de miséria ainda reinantes no Continente. A comunidade interamericana tem um papel a desempenhar nesse tema tão sensível à quase totalidade dos Estados membros desta Organização.

Senhoras e Senhores,

A OEA está sendo chamada a desempenhar novas funções.

Reunidos na Cúpula das Américas, em Miami, os Chefes de Estado e de Governo do Hemisfério decidiram que a OEA terá papel importante no processo de seguimento da Cúpula, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e com outros organismos do Sistema Interamericano.

Em seus documentos finais, a Cúpula abarcou, de forma vigorosa e direta, praticamente toda a agenda diplomática do Continente.

Cabe menção especial ao processo de integração econômica. Estou seguro de que, pela via da integração sub-regional, a meta de conclusão, no ano 2005, do processo negociador, que viabilizará a criação da "Área de Livre Comércio das Américas", será alcançada.

A Organização dos Estados Americanos terá um desafio rico e complexo para tornar possível esse objetivo.

Especialmente a Comissão Especial de Comércio, que atualmente contribui para a preparação da Reunião Ministerial de Comércio do Hemisfério Ocidental, a realizar-se proximamente em Denver.

Senhoras e Senhores,

O Brasil atribui especial relevância à cooperação solidária para o desenvolvimento, objetivo hemisférico que receberá impulso com a próxima entrada em vigor do Protocolo de Manágua, de 1993, de reforma à Carta da OEA. Este novo instrumento encontra-se em fase final de aprovação pelo Congresso brasileiro.

Foi inspirado pelo ideal da cooperação solidária para o desenvolvimento que o Governo

brasileiro decidir criar --- e pretende colocar logo em funcionamento --- o Fundo Brasileiro de Cooperação para financiar projetos a serem implementados, em associação com a OEA, em áreas de interesse dos países de menor desenvolvimento de nosso Hemisfério.

Vejo com satisfação a ampliação da atuação da OEA em áreas tão abrangentes e vitais para a formação das gerações futuras, como a da proteção do meio ambiente, a cooperação interamericana nos campos da educação, da ciência e da cultura, e a do combate ao tráfico de entorpecentes.

Senhoras e Senhores,

É com satisfação que temos acompanhado a atuação do Secretário-Geral César Gaviria, com toda a sua experiência e sua sensibilidade política, na busca de um sistema interamericano fortalecido e renovado, de uma OEA adaptada aos desafios e às necessidades de nossa época.

Quero registrar ainda uma palavra especial de apreço ao Embaixador João Clemente Baena Soares, que por dez anos dirigiu a Secretaria-Geral da OEA e deu impulso notável à Organização na promoção dos ideais de paz, de fortalecimento da democracia e de cooperação solidária para o desenvolvimento.

Senhores Representantes Permanentes,

Somos um Continente com vocação para a Paz e prosperidade. Não conhecemos a intolerância ou a violência indiscriminada.

Tenho confiança no futuro das nações americanas. Haveremos de forjar neste Hemisfério, como exemplo para todo o mundo, sociedades justas, livres e democráticas.

A Organização dos Estados Americanos tem um papel fundamental a desempenhar na realização desses ideais.

Muito obrigado.

Discurso do Senhor Presidente da República

Fernando Henrique Cardoso

“O Brasil que volta a ser a terra das oportunidades”

Almoço Oferecido pela Comunidade Empresarial .

Nova York, 19 de abril de 1995

**Senhoras e Senhores,
Membros do Comitê Organizador.**

Foi com satisfação que aceitei o convite para este almoço. Não poderia deixar de incluir, nesta minha visita aos Estados Unidos, um encontro com a comunidade empresarial. Neste momento em que o Brasil retoma sua vocação de crescimento e oferece promissoras oportunidades de investimentos, é natural que haja grande desejo de conhecer as perspectivas do país. As empresas que as Senhoras e os Senhores representam têm interesses concretos no Brasil. Muitas delas estão instaladas em meu país e ali geram empregos e riqueza. Trago-lhes a mensagem de um Brasil renovado, que encontra sua força nos valores democráticos e nos princípios da economia de mercado; a de um país que sabe que a contribuição da iniciativa privada é decisiva para o êxito de seu projeto de desenvolvimento.

Ao escolher-me Presidente, a população brasileira fez uma opção clara por um programa de Governo. Um programa centrado na estabilização e no crescimento da economia. Nada me fará desviar do objetivo de preservar o Plano Real e de dar-lhe condições de sustentabilidade no longo prazo, promovendo, para tanto, as reformas necessárias. Para isto fui eleito.

A sociedade brasileira sabe que a estabilidade é o caminho necessário para o crescimento. Talvez tenha sido difícil chegar a esta compreensão, simples e pragmática, da realidade econômica. Hoje obtivemos, no Brasil, o consenso necessário para implementar um programa de estabilização num contexto de equilíbrio das finanças públicas, abertura para o exterior e redefinição do papel do Estado na economia.

Também compreendemos que os planos devem ser simples, democraticamente construídos. Enterramos, junto com a chamada "década perdida" de 80, os planos de combate à inflação de caráter autoritário, baseados na imposição pelo Governo de pacotes de medidas. Estes planos revelaram-se efêmeros e ilusórios. Acabaram por retirar credibilidade à moeda nacional, por produzir uma situação de desordem macroeconômica em que os instrumentos tradicionais de política fiscal e monetária já não cumpriam sua função.

Estamos prestes a completar dez meses do Plano Real. A taxa de inflação, que por vários meses havia sido superior a 40% ao mês e aproximou-se, em julho de 1994, do nível de 50%, reduziu-se consideravelmente. A taxa acumulada no primeiro trimestre de 1995 foi de 3.9%, a menor para este período dos últimos 26 anos.

A economia está sendo gradualmente desindexada. Responde ao comando dos mecanismos de política monetária e fiscal. As reservas internacionais elevadas dão ao Governo ampla margem de manobra para eventuais correções pontuais de rumo. Não há hoje pressões inflacionárias reprimidas como as que acabaram por destruir planos

anteriores, nem há ameaça de desabastecimentos. A safra recorde de 1994 deverá expandir-se ainda mais neste ano, alcançando cerca de 80 milhões de toneladas de grãos. As condições são, em suma, amplamente favoráveis ao êxito da estabilização.

Fora da estabilidade, não há desenvolvimento e não há justiça social. O êxito do Plano Real derrubou o argumento daqueles que o consideravam como um conjunto de medidas inconsistentes com o crescimento ou com a melhoria do poder aquisitivo dos salários. Em vez de recessão, tivemos expansão do PIB de 5,7% em 1994. Em vez de supostas perdas, tivemos ganhos na massa salarial, ganhos estes que, de resto, explicam o aumento do consumo e o crescimento econômico atuais. Estima-se que cerca de US\$ 12 a US\$ 15 bilhões foram transferidos ao consumidor com a abrupta diminuição do imposto inflacionário.

O Plano Real é reflexo de um Brasil diferente. De um país em que a democracia se consolidou plenamente. De uma sociedade que desejava a estabilização, mas que já não esperava e não acreditava em milagres. Hoje, dispomos de base firme para prosseguir. A democracia é a melhor garantia do êxito do programa de estabilização.

Contamos com o apoio da população, dos agentes econômicos, da grande maioria das forças políticas da nação. Sabemos o rumo dos passos a serem dados. Não há espaço para recuos.

As reformas necessárias serão implementadas. Muitas passam por revisões na Constituição. A Carta de 1988 é um documento que reflete um momento histórico muito preciso na vida brasileira. Saímos de um longo período de exceção e queríamos transformar o país. Escolhemos o texto constitucional, de cuja redação eu mesmo participei, para exprimir todos os nossos anseios de progresso e justiça social. Reflete assim uma visão intervencionista do Estado, do Estado como regulador das relações privadas, do Estado como agente de mudanças e promotor do desenvolvimento, do Estado como provedor de benefícios sociais sem a correspondente previsão de recursos. A Constituição inspirava-se, ademais, em um modelo autárquico de desenvolvimento.

As rápidas mudanças ocorridas no mundo e no Brasil logo fizeram ver, porém, que o texto constitucional necessitava de reformas.

O Governo tem uma estratégia clara para levar adiante as reformas. Já remeti ao Congresso um primeiro conjunto de emendas relativas à ordem econômica. Visam eliminar as restrições ao capital estrangeiro e as reservas de mercado para empresas nacionais, bem como flexibilizar os monopólios na área do petróleo e das telecomunicações. A Carta de 1988 distingue, por exemplo, entre empresa nacional e empresa estrangeira. Em vez de beneficiar igualmente todas as empresas que geram riqueza no Brasil, estabeleceu diferenças entre elas e inibiu o ingresso dos novos investimentos externos de que o país precisa para continuar crescendo.

As reservas de mercado para determinados setores, como a de navegação de cabotagem e mineração, serviu para privilegiar algumas empresas que pouco se desenvolveram em matéria tecnológica e, portanto, deixaram de contribuir para o desenvolvimento dos setores em que estão instaladas. A flexibilização dos monopólios estatais nos setores do petróleo e das telecomunicações é uma medida que visa a suprir a carência de recursos do Estado e canalizar investimentos privados para áreas onde a ausência de novos investimentos pode resultar em estrangulamentos. Nestes casos, embora possam ocorrer parcerias, trata-se de possibilitar também investimentos exclusivamente privados.

As reformas na área previdenciária e tributária serão as próximas. No caso da previdência, a necessidade de mudança de enfoque não é um problema apenas brasileiro. Afeta grande número de países e é derivada de mudanças estruturais como o próprio envelhecimento da população e do custo crescente da assistência médico-hospitalar.

Tenho de pensar com os olhos no futuro. Não posso imaginar que, num país jovem como o Brasil, em 10 ou 20 anos tenhamos mais pensionistas do que contribuintes à previdência. A reforma previdenciária não visa prejudicar ninguém, nem ferir os direitos assegurados. O saneamento financeiro do sistema previdenciário na verdade beneficiará a todos, porque dará condições de previsibilidade àqueles que deixam o mercado de trabalho, sem onerar excessivamente aqueles que continuam a trabalhar.

A reforma tributária compreende dois aspectos. De um lado, um aspecto de natureza mais técnica que é a simplificação dos impostos e redução da carga tributária, acompanhadas da ampliação do universo de contribuintes. De outro, um aspecto mais político e complexo relativo à repartição de receitas e responsabilidades nos três níveis de Governo. A reforma tributária exige, assim, um diálogo amplo, com as lideranças políticas no Congresso e no nível dos Estados e Municípios. Estamos avançando rapidamente neste processo.

A aprovação das reformas será obtida com base em negociação com o Congresso. O sistema político brasileiro assim o exige. Talvez não ocorram tão rapidamente como gostaríamos. Poderão demandar, no que se refere à ordem econômica, três a quatro meses - pouco tempo para um País que tem tudo para melhorar seu futuro e já melhorou seu presente. E serão fundadas em consensos sólidos e duradouros, o que é essencial para a saúde econômica e política do país. Há, no Brasil, plena autonomia e independência dos poderes. Nosso sistema é muito similar, nesse ponto, ao funcionamento das instituições dos Estados Unidos. Estou seguro de que, em conjunto com o Congresso, saberemos construir os entendimentos necessários à aprovação das reformas constitucionais. Um homem de ação não pode limitar-se a expressar suas posições pessoais; não pode permitir-se exercícios estéreis de voluntarismo. Precisa, isto sim, encaminhar as mudanças que acredita serem do interesse nacional. Precisa transformá-las em realidade.

A privatização é outro elemento central no conjunto de reformas a serem promovidas em meu Governo. Estou fazendo, nesta área, tudo o que a legislação me permite fazer. Um dos objetivos fundamentais da privatização é o equilíbrio do orçamento. Sabemos que é necessário conter a hemorragia de recursos públicos para financiar déficits das estatais. Com a privatização, estaremos também elevando a produtividade e a competitividade de setores importantes da economia, cuja ineficiência se escondia atrás da proteção contra a concorrência, doméstica e externa. No setor siderúrgico, por exemplo, inteiramente privatizado, empresas antes deficitárias passaram a gerar lucros e a aumentar suas exportações. Isto num curtíssimo espaço de tempo.

Nada justifica a tese de que o Estado seja melhor empresário do que a iniciativa privada. A sociedade brasileira está convencida disso. Podemos, portanto, ser ambiciosos. As privatizações serão aceleradas. Estão incluídas na lista de privatizações para este ano 17 estatais, entre as quais importantes empresas na área de distribuição de energia elétrica (Escelsa e Light) e na petroquímica. Está prevista também a participação do capital estrangeiro na privatização de bancos oficiais, inclusive os estaduais. Não me refiro aqui a parcerias, mas à venda de controle acionário. As privatizações abrem assim grandes oportunidades de investimentos para o capital externo.

As concessões de serviços públicos serão outro fator de atração de investimentos. Com a aprovação recente da lei de concessões, a sociedade brasileira terá, nos recursos da iniciativa privada, alternativa concreta aos investimentos estatais para modernizar e expandir setores de infra-estrutura.

Ganharão os consumidores, com melhores serviços, e o país, por passar a dispor de instrumentos mais eficazes para atender às crescentes demandas por obras de infra-estrutura que o próprio desenvolvimento acaba por gerar. No setor elétrico, já iniciamos, este ano, a nova prática de concessões de usinas geradoras.

Estamos, em suma, criando as condições internas no Brasil para favorecer a continuidade do desenvolvimento. Estamos reorientando a atuação do Estado para onde ela se faz mais necessária, na área social, na educação e saúde, porque o desenvolvimento do Brasil não pode prescindir de recursos humanos qualificados. Estamos removendo as restrições aos investimentos estrangeiros, eliminando a rigidez dos monopólios. Na era da economia globalizada, a competição não se dá pela intervenção direta dos Governos na produção, mas sim pela criação de um ambiente doméstico conducente à ação produtiva de indivíduos e empresas.

É claro que, para consolidarmos e até expandirmos nossas reformas internas, o cenário internacional deve ser favorável. Como resultado de sua maior integração na economia mundial, diversas economias dos países em desenvolvimento tornaram-se mais vulneráveis à instabilidade dos mercados financeiros internacionais, provocada pelas questões internas dos países desenvolvidos e pela especulação financeira.

contra moedas e de variações nas taxas de câmbio. Os choques nos mercados financeiros centrais atingem proporções muito mais graves ao propagarem-se para os mercados menores dos países em desenvolvimento. Torna-se assim necessário haver maior cooperação e coordenação entre as autoridades monetárias para conduzirem ações que previnam e encaminhem os problemas que, para os governos, possam surgir da instabilidade no sistema financeiro internacional.

O Brasil apresenta-se hoje como um caso único entre os países em desenvolvimento. Se há uma lição a ser tirada das crises por que passaram recentemente alguns países do Sul, é a de que é preciso evitar as generalizações. Sob o rótulo genérico de "economias emergentes", escondiam-se, na verdade, situações profundamente diferentes, que não se prestavam a associações automáticas. Equivocaram-se os que viam nas economias emergentes iguais chances de êxito. Assim como errarão aqueles que, numa mudança abrupta de perspectiva, nelas passaram a enxergar riscos em vez de oportunidades. Não devemos e não podemos cair no erro das generalizações — sobretudo quando estão em jogo decisões de investimento, que afetam diretamente a vida de empresas e pessoas em diversas partes do mundo.

O Brasil reúne características próprias, um conjunto particular de traços que o diferenciam. A começar pela sua própria dimensão. Estamos falando de um PIB de mais de meio trilhão de dólares e de um mercado de cerca de 160 milhões de pessoas.

O crescimento da economia brasileira traduz-se em expansão considerável dos volumes de comércio com os demais parceiros. Ao crescer 5,7% em 1994, o PIB brasileiro produziu um aumento significativo nas importações provenientes dos EUA em relação a 1993. O dinamismo da economia brasileira tem também importante influência sobre seus vizinhos na América do Sul, em especial sobre os do MERCOSUL.

Por outro lado, as variáveis macroeconômicas do Brasil são consistentes. As recentes medidas de elevação das alíquotas de importação para alguns produtos não representam sinal de retrocesso na abertura comercial do Brasil ao mundo. São medidas pontuais e temporárias. Foram adotadas com sentido de responsabilidade e se destinam a preservar as condições de estabilização trazidas pelo Real.

O Brasil deverá gerar, em 1995, superávit comercial menor do que em anos anteriores, embora os números indiquem que nossas exportações neste primeiro trimestre tenham marcado recordes históricos. O déficit em contas correntes será reduzido e perfeitamente financiável com o afluxo de capitais externos. O Brasil nunca desejou contar com capitais de curto prazo para esta finalidade. Pelo contrário, tivemos de introduzir controles seletivos sobre o ingresso de capitais de natureza mais especulativa, que tinham efeito adverso e expansionista sobre a base monetária em Reais. Contamos, sim, com capitais de médio e longo prazo, que revertam em financiamento para nossas empresas ou em novos investimentos produtivos. A geração de superávits comerciais é objetivo factível para uma economia que soube adaptar-se aos desafios da competitividade e da produtividade.

Talvez até melhor do que eu, as Senhoras e os Senhores conhecem a qualidade gerencial existente no Brasil e o dinamismo de nossa iniciativa privada. No Brasil está o parque industrial mais desenvolvido e integrado das economias em desenvolvimento.

O terceiro elemento que caracteriza o Brasil é o vigor de sua democracia. Suas instituições são sólidas; os atos do Governo, claros e transparentes; a imprensa, livre e ativa; a sociedade brasileira, intolerante em relação à corrupção. Somos um povo que se identifica nos valores democráticos, que tem homogeneidade cultural. Uma nação sem conflitos internos ou externos. Que deseja apenas desenvolvimento e bem-estar social, bem como participar das decisões que levem a uma ordem internacional mais estável e justa.

Entre as economias do Sul, repito, o Brasil é, portanto, um país que reúne ao mesmo tempo três características que o singularizam: grande dimensão, variáveis econômicas sadias e regime democrático pleno.

O Brasil é um porto seguro. Este é o momento de investir no país. Saberão tirar melhor proveito das oportunidades aqueles que antes chegarem.

As relações do Brasil com os Estados Unidos constituem impulso adicional à expansão dos investimentos. Os Estados Unidos são os responsáveis por cerca de um terço dos investimentos estrangeiros no Brasil. São, individualmente, o maior investidor no Brasil. O Brasil, por seu lado, responde pela maior parte dos investimentos estrangeiros dos Estados Unidos na América Latina. Foi recentemente constituído pelos dois Governos, com o objetivo de impulsionar as relações comerciais, um Conselho de Desenvolvimento Empresarial.

A integração das Américas em termos de comércio e investimentos é compromisso fixado na Cúpula de Miami. É um objetivo que passará necessariamente pela aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos.

Os acordos comerciais de que cada um faz parte, o MERCOSUL e o NAFTA, não poderão deixar de convergir.

As duas maiores democracias do hemisfério têm oportunidade histórica para expandir os seus fluxos de comércio. Saberemos aproveitá-la.

Senhoras e Senhores,

O Brasil é um país cujas características estruturais favoráveis ao desenvolvimento encontram atualmente conjuntura extremamente positiva. Ingressamos em novo ciclo de crescimento sustentado. Para o qual a iniciativa privada e o capital externo continuarão sendo chamados a desempenhar papel importante, particularmente na geração de empregos, na modernização tecnológica e no aumento da competitividade da economia brasileira.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Solicito aos Srs. Senadores que ainda não digitaram as suas presenças que o façam, pois vamos liberar o computador para proceder à votação nominal.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Carlos Bezerra
Onofre Quinan
Pedro Piva

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 39, DE 1995**

(Em regime de urgência nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1995 (nº 396/94, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DAS DORES para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na Cidade de Limeira, Estado de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 352, de 1995, da Comissão – de Educação,

Em discussão o projeto. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

A Presidência comunica que a votação, na forma da Constituição, será nominal.

Solicito aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares.

(Pausa)

Os Srs. Senadores já podem votar.

Peço aos Srs. Senadores que não pressionem a tecla, uma vez que o nosso computador está acusando um erro.

A SRA. JÚNIA MARISE – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem V. Exª a palavra.

A SRA. JÚNIA MARISE (PDT-MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para conferir, estamos votando o item 1 da pauta da Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Estamos votando o item nº 1.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

Consulto aos Srs. Senadores se já votaram.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. EDUARDO SUPPLY (PT-SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, relativamente ao item 1, registro abstenção.

(Procede-se à votação)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Artur da Távola – Bello Parga – Benedita da Silva – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Coutinho Jorge – Edison Lobão – Elcio Alvares – Ernandes Amorim – Fernando Bezerra – Freitas Neto – Geraldo Melo – Gilberto Miranda – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João Rocha – Joel de Hollanda – José Agripino – José Alves – José Bianco – José Fogaça – Júnia

Marise – Lucídio Portella – Lucio Alcantara – Iudío Coelho – Ney Suassuna – Osmar Dias – Pedro Simon – Roberto Requião – Ronaldo Cunha Lima – Sérgio Machado – Teotônio Vilela Filho – Vilson Kleinubing – Waldeck Ornelas.

VOTA "NÃO" O SR. SENADOR:

Lauro Campos.

ABSTÊM-SE DE VOTAR OS SRS. SENADORES:

Bernardo Cabral – Eduardo Suplicy – Emília Fernandes – Esperidião Amin – José Eduardo Dutra.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Votaram SIM 40 Srs. Senadores e NÃO 1 Sr. Senador.

Houve 5 abstenções.

Total de votos: 46.

O projeto foi aprovado.

O projeto vai à Comissão Diretora para a redação final.

Sobre a mesa, parecer oferecendo a redação final que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Ney Suassuna.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 376, DE 1995

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1995 (nº 396, de 1994, na Câmara dos Deputados)

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1995 (nº 396, de 1994, na Câmara dos Deputados), que "aprova o ato que outorga permissão à Fundação Nossa Senhora das Dores para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na Cidade de Limeira, Estado de São Paulo".

Sala de Reuniões da Comissão, 7 de junho de 1995. – José Sarney, Presidente – Ney Suassuna, Relator – Antônio Carlos Valadares – Júlio Campos.

ANEXO AO PARECER Nº 376, DE 1995

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1995

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Nossa Senhora das Dores para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Limeira, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato que outorga permissão à Fundação Nossa Senhora das Dores para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Limeira, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria irá à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Item 2:

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1994 (nº 2.581/92, na Casa de origem), que revoga artigos do Título V da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT que tratam da organização sindical, tendo

Parecer favorável, sob nº 187, de 1994, da Comissão – de Assuntos Sociais.

(Em virtude de adiamento)

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Sr. Senador Ney Suassuna.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 880, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 315, combinado com a alínea c, do art. 279 do Regimento Interno, requiro adiamento da votação do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 1994, a fim de ser feita na sessão de 3 de agosto de 1995.

Sala das Sessões, 7 de junho de 1995. – José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria voltará à Ordem do Dia, na data estabelecida pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Voltamos à lista de oradores.

Com a palavra a Senadora Emilia Fernandes, que dispõe de cinquenta minutos.

A SRA. EMILIA FERNANDES (PTB-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o que me traz à tribuna, nesta tarde, é a tentativa de sensibilizar os Srs. Senadores para uma questão que está sendo debatida no Senado Federal, que diz respeito não apenas aos professores e estudantes deste País, mas também a toda a sociedade, principalmente a nós, parlamentares, que temos o dever e a oportunidade de oferecer ao País uma nova Lei de Diretrizes e Bases.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, assumi meu mandato com o compromisso de contribuir de forma criativa, participativa e responsável para tornar realidade uma das necessidades mais urgentes da Nação brasileira, também um dos sonhos acalentados pela comunidade educacional do país: a Lei de Diretrizes e Bases – LDB.

Nesse sentido, gostaria de reafirmar, mais uma vez, minha preocupação com a forma com que vem sendo conduzido por esta Casa o debate sobre este tema vital para a vida e o futuro do Brasil.

A persistir os procedimentos até aqui adotados, a Lei de Diretrizes e Bases, aprovada pelo Senado Federal, não resultará de um racional, democrático e objetivo debate de mérito e conteúdo com a comunidade educacional, a sociedade e os próprios parlamentares.

Apesar de limitada a apenas uma audiência pública, os setores interessados têm-se manifestado, em sua absoluta maioria, contrários tanto à forma de tramitação, quanto ao mérito do novo substitutivo.

Neste período, chegaram ao meu gabinete, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, dezenas de manifestos de associações profissionais das mais variadas áreas de trabalhadores em educação, de prefeituras, secretários municipais de educação e órgãos gerais ligados à Educação.

Não apenas no Estado do Rio Grande do Sul, mas no País todo, estudantes, alunos, professores, técnicos, professores universitários têm também manifestado a sua preocupação.

A propósito, gostaria de destacar que está em meu poder – pretendo passar às mãos do Presidente da Casa – um abaixo-assinado com oito mil assinaturas de alunos, pais, professores e cidadãos da comunidade, enviado pela Associação de Professores da Universidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, manifestando preocupação quanto aos rumos do debate e em apoio ao substitutivo do Senador Cid Sabóia, já aprovado nesta Casa.

Tenho, também, e farei chegar às mãos do Presidente da Casa, um outro abaixo-assinado, com cerca de sete mil assinaturas, organizado pelos alunos da Escola Técnica Federal do Mato Grosso, em Cuiabá, que promoveu manifestações, inclusive greve por vários dias, em defesa de Lei de Diretrizes e Bases, particularmente do conteúdo e do mérito do Substitutivo do Senador Cid Sabóia.

Tenho, ainda, Sr. Presidente, inúmeros manifestos recebidos de diferentes recantos do Rio Grande do Sul e de todo o País. Não os lerei, para que não se torne enfadonho o meu discurso. Mas posso afirmar que são mais de 80 manifestos contrários ao substitutivo que está tramitando hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

E temos, entre todos os que recebemos, apenas dois manifestos favoráveis, mas que também estamos incluindo no processo que faremos chegar às mãos do Presidente desta Casa: um vem da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN), que entende que as questões colocadas no último substitutivo favorecem a educação privada deste País e, portanto, se manifesta favorável; o outro diz respeito à sociedade Tradição, Família e Propriedade, um grupo conhecido nacionalmente por V. Ex^{as}. Esse grupo faz alegações totalmente confusas, inclusive, em relação ao conteúdo do então substitutivo do Senador Cid Sabóia.

Os representantes da sociedade advertem para a tentativa de se invalidar o Substitutivo do Senador Cid Sabóia, aprovado pela Comissão de Educação do Senado, no final do ano passado, e resultado de um profundo processo de integração entre a sociedade e a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Argumentam, com propriedade, que, em mais de quatro anos, através de audiências públicas, foram ouvidas centenas de autoridades, entidades ligadas à educação pública e privada, inclusive, e aos movimentos populares, entidades sindicais, estudantes e de educadores e pesquisadores.

E alertam para o fato de que, por outro lado, em pouco mais de um mês, após algumas poucas reuniões, e apenas uma audiência pública, foram produzidas seis versões diferentes de um mesmo substitutivo, que, além de desconhecer todo processo democrático anterior, não responde às atuais necessidades da educação nacional.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, gostaríamos também de destacar que o descaso para com vários anos de debates, a urgência repentina com que se vem tratando esta questão e as condições de sua tramitação, contraria os objetivos finais da existência de uma Lei de Diretrizes e Bases para a Educação,

A sociedade brasileira precisa, com urgência, de uma legislação que defina rumos e diretrizes para a educação nacional, que sejam capazes de preparar as crianças para a educação, enfrentar o analfabetismo de jovens e adultos, oferecer um ensino fundamental de qualidade, formar mão-de-obra verdadeiramente qualificada, que os novos tempos exigem, e incentivar um ensino superior inovador e voltado para as necessidades estratégicas do país.

Tais objetivos, tanto do ponto de vista pedagógico, político, jurídico e, mesmo prático, no entanto, não podem ser atingidos contra a vontade da sociedade, e, mais grave, afrontando e desres-

peitando exatamente aqueles que terão a responsabilidade direta de executá-lo na prática cotidiana das escolas e universidades.

A Lei de Diretrizes e Bases, Sr. Presidente, Sr^s. e Srs. Senadores, deve ser fruto do intercâmbio e do respeito aos agentes da Educação, sem o que se transformará em mero papel, sem força de mobilizar a Nação, porque, sem o debate, não há vida nem amor, valores que, apesar das autoridades, ainda mantêm brasileiros na heróica missão de educar.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^s. e Srs. Senadores, estamos em condições de lhes afirmar que a tramitação que vem acontecendo no Senado Federal não corresponde ao histórico trabalho desempenhado por esta Casa, que tem estado atenta e acompanhado os trabalhos feitos na Câmara Federal. Além das nossas atribuições específicas de Casa revisora, não podemos perder, em nenhum momento, a visão de que há um Regimento que deve ser cumprido e observado.

Alguns motivos alheios aos interesses da Educação deste País estão sendo colocados como prioritários na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases. Com todo o respeito e consideração que temos com todos os Srs. Senadores, independentemente do Partido político a que pertençam, gostaríamos de dizer que este País deve ter um compromisso único com a Educação dos nossos jovens e das nossas crianças e com a valorização dos nossos profissionais de Educação.

É por isso que pedimos uma atenção especial de todos os Srs. Senadores: queremos uma Lei de Diretrizes e Bases, mas não podemos aprovar uma lei sem a devida avaliação por parte de cada um dos Srs. Senadores e pela sociedade.

Temos um projeto que já foi aprovado pela Comissão de Educação. Por que hoje se buscam outros canais para a apresentação de um substitutivo a esse projeto? Se há falhas, se há corporativismo demasiado, como é dito por alguns Senadores, vamos corrigi-lo, vamos estudá-lo, vamos verificar em que pontos estão acontecendo os entraves. Mas vamos trabalhar com o que é legítimo, legal, com o que já é de conhecimento da sociedade e que já é de conhecimento da Câmara e do Senado, através da sua Comissão de Educação, que fez um estudo no ano passado e o aprovou.

O que se está propondo hoje, em nome de algumas pessoas, ilustres até — com uma contribuição significativa para o País, sem dúvida — não pode ser aprovado, sob pena de se estar legitimando algo que não foi suficientemente debatido. Por que rejeitar o projeto apresentado sob a forma de substitutivo pelo Senador Cid Sabóia de Carvalho, onde ele formula uma organização mais abrangente da educação, com participação da sociedade, mais liberdade de expressão e pluralidade das idéias? É o que se tem visto nesta Casa: debates entre posicionamentos contrários, em que a liberdade e a participação são preservadas.

Este substitutivo traz uma divisão dos ciclos da educação, de forma a garantir um mínimo de oito anos de escola para todos, com a universalização da educação básica em todos os níveis e modalidades e com uma clara definição do dever do Estado em relação à Educação infantil. Se queremos um povo esclarecido, consciente, que realmente consiga vencer as dificuldades da sociedade injusta que aí está, precisamos começar desde cedo. Por isso a educação infantil deve ser priorizada.

Apresenta também este substitutivo uma definição de ensino médio não terminativo, quer dizer, sintonizado com a perspectiva da continuidade do estudo. Não podemos aprovar uma Lei de Diretrizes e Bases que menciona ser permitido aos filhos dos trabalhadores irem até o ensino médio. Temos que aprovar uma lei que dê futuro, esperança, mesmo àqueles que não possam chegar hoje à Universidade.

Precisamos de uma lei que garanta as nossas escolas técnicas. O Brasil fortalecer-se-á como um País quando tiver mão-de-obra qualificada e competente para ingressar no mercado de trabalho. Por que cogitar-se de terminar com as escolas técnicas federais neste País justamente no momento em que precisamos oferecer ensino de qualidade. Segundo constatações do Governo, o ensino de qualidade está sendo ministrado nas escolas técnicas.

Portanto, é incoerência, Srs. Senadores, pensar em aprovar nesta Casa um projeto que municipalizaria ou passaria para os Estados essa responsabilidade. A União deve preservar as suas escolas técnicas.

Temos também alguns outros aspectos a considerar. Essa lei assegura, claramente, o direito à gratuidade e a responsabilidade do Estado na educação de jovens e adultos trabalhadores. O Estado tem a responsabilidade de prover e acompanhar estudo público e gratuito aos jovens e adultos que não tiveram ocasião de estudar na idade correta. Por que garantirmos estudo gratuito apenas para o ensino fundamental e regular? Queremos diminuir o número de analfabetos deste País ou apenas nos limitar à retórica de que estamos preocupados com esse grande número de pessoas marginalizadas do conhecimento, da cultura e do esclarecimento maior?

O substitutivo aprovado por esta Casa contempla, sem subterfúgios, medidas objetivas e claras para a função do Estado no ensino de caráter especial. O contingente de pessoas portadoras de deficiência neste País é muito grande. Entidades estão clamando, batendo às portas dos gabinetes dos Senadores e dos Ministérios, perguntando como ficam os nossos jovens depois da extinção da LBA. Inúmeras creches, casas dedicadas a idosos e escolas para pessoas portadoras de deficiência são trabalhadas através desse instituto, já extinto. E não estamos sabendo que rumos tomarão esses convênios. Como podemos tirar do bojo de uma educação maior do nosso País a atenção e o compromisso do Estado para com o ensino especial?

Entendemos que um Estado democrático não pode legar apenas dois ou três artigos no final de uma lei, nas Disposições Constitucionais Transitórias, para dizer que existe um compromisso com a educação especial. Precisamos aprofundar esse debate, Srs. Senadores.

É necessário também garantir a autonomia da universidade pública e o princípio da gestão democrática, com o direito de escolha dos dirigentes, e define os requisitos mínimos para o credenciamento de universidades, bem como critérios abrangentes para avaliação das instituições. Falamos muito em qualidade de ensino. O Governo, aliás, se propõe em avaliar a qualidade de ensino que está sendo ministrado. Mas temos o entendimento de que esta avaliação tem que ser efetuada de forma ampla e abrangente. Não podemos avaliar apenas o quanto o aluno aprendeu, mas também todo o sistema e a estrutura das universidades, para sabermos quais as condições que estão sendo oferecidas dentro daquela universidade para que o ensino tenha a qualidade que todos desejamos.

A participação democrática de professores, alunos e funcionários na escolha dos dirigentes parece ser a forma mais correta. O projeto que está tramitando ultimamente, cujo Relator é o Senador Darcy Ribeiro, coloca nas mãos dos professores 70% da responsabilidade de decisão na escolha de seus dirigentes. Por que essa supervalorização dos professores? Vejam que são professores os que questionam, e às vezes somos acusados de corporativismo. Não! Nós queremos é democracia, queremos a garantia que a Constituição nos reserva. O art. 207 da Constituição Federal dispõe que "as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão".

Precisamos ter cuidado. Não podemos apreciar de afogadinho uma matéria como a Lei de Diretrizes e Bases, da qual o País tem pressa, sob a argumentação de que já decidimos, já discutimos, porque se está começando um novo processo de discussão. Mas estamos engajados, preocupados, e temos dedicado muitas horas, tanto dos nossos dias de trabalho como das nossas noites, para estudar o que está sendo proposto.

Vejam, Srs. Senadores, como é importante o diálogo, o debate, a troca de idéias, mesmo as contrariedades: seis substitutivos surgiram de março deste ano até a presente data, cada um melhorando certos aspectos. Isso comprova que precisamos discutir um pouco mais.

Há entraves ainda do ponto de vista constitucional. E esse projeto já recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Sob pena de sermos responsabilizados num futuro próximo, alertamos para o fato de que a pressa, neste momento, será, sem dúvida, inimiga da perfeição. E preciso, então, parar, refletir e verificar.

Haveria outros tantos pontos a considerar aqui, mas entendo que este assunto não pode ser esgotado num único pronunciamento.

Faço este apelo desta tribuna em nome da sociedade brasileira, que se levanta para ser ouvida e ter valorizada a sua participação, por meio do trabalho realizado na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, até o final do ano passado.

Pretendo, hoje ainda, encaminhar a V. Ex^a, Sr. Presidente, os abaixo-assinados, com um número de aproximadamente 15 mil assinaturas, e cópia dos mais de 80 manifestos oriundos de universidades, alunos, professores, prefeituras, secretarias de Educação de todo o País, solicitando que o Senado estude com cautela a questão da Lei de Diretrizes e Bases.

Já dispomos de uma lei que contempla muito do que a sociedade reclama. Se existem pontos que precisam ser revisados, vamos revisar, pois é função desta Casa. Não podemos, contudo, endeusar ninguém, porque esta Casa não foi concebida para isso, mas sim para defender os interesses da sociedade, do povo brasileiro e, sem dúvida alguma, projetar este País para a modernidade e o futuro.

A educação deve ser um dos pontos prioritários para que tenhamos condições de competir em termos de igualdade, não apenas aqui dentro, mas também fora do Brasil.

Muito obrigada. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA.
EMÍLIA FERNANDES EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

**RELAÇÃO DAS ENTIDADES E PESSOAS QUE
SOLICITARAM A INTERFERÊNCIA DA SRA. SENADORA
EMÍLIA FERNANDES JUNTO AO RELATOR DO PROJETO
DE LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO
NACIONAL, SENADOR DARCY RIBEIRO**

Contrários

1. Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública;
2. Fórum Gaúcho em Defesa da Escola Pública;
3. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior ANDES;
Prof. Josevaldo Pessoa da Cunha, 2º Secretário
4. Centro de Professores do Estado do Rio Grande do Sul CPERS/Sindicato
Prof. Paulo Egon Wiederkehr, Presidente
5. 10º Núcleo de Caxias do Sul – RS
6. 17º Núcleo de Bagé – RS
7. 30º Núcleo de Vacaria – RS
8. 31º Núcleo de Ijuí – RS

9. Associação dos Supervisores de Educação do Estado do Rio Grande do Sul – ASSERS

Terezinha Carvalho Silva, Presidente;

10. Abaixo-Assinado – 260 assinaturas (vários Municípios do RS)

11. Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre – ATEMPA

12. Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Federal de 1º e 2º Graus – SINASEFE

Dr. Rinaldo Ribeiro de Almeida, Coordenador Geral;

13. Associação de Docentes da Universidade Federal de Pelotas – RS

Seção Sindical da ANDES – Sindicato Nacional;

14. Associação dos Orientadores Educacionais do Rio Grande do Sul;

Diretoria;

15. Associação dos Geógrafos Brasileiros

Seção Porto Alegre – RS

Neiva Otero Schaffer, Diretora;

16. Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre – RS

Maria Anunciação, Presidente;

17. Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande – RS

(Associação dos Amigos do Centro de Desenvolvimento da Expressão – CDE/POA/RS) Direção, Professores, Funcionários;

18. Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas – RS

Conselho de Delegados da Associação

19. Associação dos Docentes da UNESP

Seção Sindical da ANDES

Emanuel Rocha Woiski, Presidente;

20. Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ADUNI

Seção Sindical – SAMIRA;

Prof^a Joanir Pereira Passos, Presidente;

21. Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul

Roberto Guilherme Seide, Presidente;

Secretarias Municipais de Educação

22. Novo Hamburgo – RS, Maria Antonienta S. Bachers, Secretária;

23. Palmares – RS, Vilma Celanira Colares Braga, Secretária;

24. Cachoeirinha – RS, Ervino Deon, Secretário;

25. Montenegro – RS, Vera Luiza Rubenich Zanchet, Secretária;

26. Torres – RS, Terezinha C. de Borba Quadros, Secretária;

27. Mostardas – RS, Anete Kaebisch Terra, Secretária;

28. Barra do Ribeiro, Ana Maria Wurig Ribeiro, Secretária.

29. Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof. Renato de Oliveira, Presidente da Seção Sindical da ANDES

30. Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria – SEDUFSM – Seção Sindical da ANDES

31. Associação dos Docentes da Universidade Federal de Alagoas – ADUFAL

Taís Bentes Normande, Presidente;

Escolas Municipais de Bento Gonçalves – RS

32. 1º Grau Incompleto Prof. Félix Faccenda (21 Professores);

33. 1º Grau Incompleto Dr. Walter Galassi – Linha Fernandes Lima (2 Professores);

34. 1º Grau Incompleto Itacolomi – 3ª Seção do Rio das Antas

Prof^a Gladis C. Flâmia;

35. 1º Grau Incompleto Emílio Meyer – Profª Teresa Guizzo Marini;
 36. 1º Grau Incompleto Ouro Verde (24 Professores);
 37. 1º Grau Incompleto Profª Vânia Medeiros Mincarone (29 Professores);
 38. 1º Grau Incompleto Ernesto Domeles (7 Professores);
 39. 1º Grau Incompleto Ruy Barbosa (4 Professores);
 40. 1º Grau Incompleto Brasília (2 Professores).
 41. Prefeitura Municipal de Estância Velha
 Prefeito Frederico Edvino.
 42. Universidade de Brasília – Instituto de Artes
 IV Fórum Nacional de Avaliação e Reformulação do Ensino Superior de Artes e Desing.

Alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS

43. Marcelo do Amaral Saraiva;
 44. André Branques de Farias;
 45. Jorde Pimenta;
 46. Cristiane Alves;
 47. Ticiana Congo Cardoso.
 48. Eliane Day
 Artista Plástica, Joinville – SC.
 49. Universidade de Passo Fundo
 Prof. Elydo Alcides Guareschi, Reitor;
 50. Rosa Lizana Hernandez (Paloma)
 Blumenau – SC;
 51. Prof. Antônio Caetano Nunes
 Santa Maria – RS (Problemas Brasileiros e Soluções)
 52. Universidade Federal do Paraná
 Centro Acadêmico de Enfermagem
 53. Movimento Estudantes do Brasil (manifesto)

Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiânia – UFG

54. Profª Noga Neve Ribeiro Guimarães;
 55. Profª Magda Beatriz de Almeida Matteucci;
 56. Prof. Domingos Tiveron Filho;
 57. Prof. Humberto José Kliemann;
 58. Prof. Wilson Mozena Leandro;
 59. Prof. José Garcia de Jesus;
 60. Profª Miriam Fontes Araújo Silveira;
 61. Prof. João Batista Duarte;
 62. Prof. Dorival Gomes Geraldine;
 63. Profª Dirce Regina G. de Azevedo Melo;
 64. Prof. Joel Orlando Marini;
 65. Prof. Marcos Gomes de Cunha;
 66. Profª Mara Rúbia da Rocha;
 67. Prof. Renato Pinto da Silva Júnior;
 68. Prof. Armando Ramos;
 69. Prof. Antônio Henrique Garcia;
 70. Profª Valquíria da Rocha Santos Veloso;
 71. Profª Janete Martins de Sá;
 72. Prof. Paulo Alcanfor Ximenes;
 73. Prof. David José Caume;
 74. Prof. Lázaro Eurípedes Xavier;
 75. Profª Maria Célia Lopes Torres;
 76. Prof. Alonso Salustiano Pereira;
 77. Profª Rosângela Vera;
 78. Prof. Vicente Antônio Gonçalves;
 79. Prof. Jorge Luís do Nascimento;
 80. Prof. Paulo Garcez Pereira Leão;
 81. Prof. Paulo Marçal Fernandes;
 82. Prof. Rogério de Araújo Almeida;
 83. Prof. Grigório da Silva Oliveira.

84. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Conselho Universitário

Prof. Hécio Trindade, Reitor.

85. Universidade Federal do Espírito Santo – UFES (Sugestão de Emenda)

86. Universidade Federal de Santa Maria – SEDUFSM

Prof. Ricardo Rondinel, Presidente.

87. Prof. Kurt G. H. Schmeling – FEEVALE-ASPEUR

88. Abaixo-assinado com 179 assinaturas, do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

RELAÇÃO DAS ENTIDADES E PESSOAS QUE SOLICITARAM A INTERFERÊNCIA DA SRA. SENADORA EMÍLIA FERNANDES JUNTO AO RELATOR DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, SENADOR DARCY RIBEIRO

Favoráveis

1. Comissão de Estudos Pedagógicos da Tradição, Família e Propriedade – TFP

Paulo Corrêa de Brito Filho, Presidente;

2. Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – CONFENEN

Roberto Dornas, Presidente.

Sobre o mérito

PL 101 – SUBSTITUTIVO CID SABÓIA

1 – formula e propõe uma organização mais abrangente da educação, com participação da sociedade, mais liberdade de expressão e pluralidade das idéias, articulada com o trabalho e as práticas sociais;

2 – traz uma divisão dos ciclos da educação de forma a garantir um mínimo de 8 anos de escola para todos, com universalização da educação básica em todos os níveis e modalidades, e com clara definição do dever do Estado em relação à educação infantil;

3 – apresenta uma definição de ensino médio não terminativo, sintonizado com a perspectiva da continuidade dos estudos;

4 – integra as diferentes formas de educação profissional, associando formação tecnológica com ensino universal, mantendo a responsabilidade do Estado perante as escolas técnicas federais;

5 – assegura claramente o direito, a gratuidade e a responsabilidade do Estado na educação de jovens e adultos trabalhadores;

6 – contempla sem subterfúgios medidas objetivas e a clara função do Estado no ensino de caráter especial;

7 – garante a autonomia da universidade pública e o princípio da gestão democrática, com direito de escolha dos dirigentes, e define os requisitos mínimos para o credenciamento de universidades, bem como critérios abrangentes para avaliação das instituições;

8 – propõe a organização de um Sistema Nacional de Educação, definindo o Conselho Nacional de Educação com função normativa e critérios de participação da comunidade educacional;

9 – define percentuais, formas e prazos para o repasse de verbas para as instituições educacionais em todos os níveis;

10 – é uma lei capaz de mobilizar a comunidade educacional, em virtude de ser expressão das idéias dos principais agentes e autoridades dos respectivos setores do ensino;

Durante o discurso da Sra. Emília Fernandes, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Francelino Pereira.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Francelino Pereira) – V. Exª tem a palavra, para uma comunicação inadiável, por 5 minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PL-SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo comu-

nicar à Casa os sérios desentendimentos que tive com a administração nacional do PL. Acabo de me desligar do Partido e gostaria que a Presidência me permitisse ler a carta que enviei ao Presidente Nacional do PL, Deputado Álvaro Valle:

"Sr. Presidente, V. Exª me encaminhou cópias das correspondências que a Presidência Nacional do PL recebeu do Presidente Regional do Partido em São Paulo (datada de 22 de maio) e do Líder do Bloco Parlamentar na Câmara dos Deputados (datada de 26 de maio).

Permita-me comentá-las uma a uma, para que V. Exª possa melhor entender as distorções que estão minando as idéias, os conceitos, os quadros representativos e as bases do Partido Liberal no nosso Estado.

Na primeira carta, o Presidente da Seção paulista do PL refere-se às notícias de que 'o Senador Romeu Tuma, que honra as fileiras do nosso Partido, pretende deixar a legenda'. A carta estranha que tais notícias 'não foram jamais desmentidas formalmente pelo Senador'.

Referida correspondência tece ainda outros comentários e termina por cobrar da Presidência Nacional providências contra este Senador, afirmando 'que não há razão para (...) abrir-lhe exceção no tocante às normas de conduta partidária'. O texto afirma ainda que 'parece-nos importante que o Senador (...) procure prestigiar a legenda (...), ao invés de contribuir para o seu descrédito'.

Na mesma carta, a direção do PL de São Paulo solicita a V. Exª que 'consulte o Senador Romeu Tuma sobre o repetido noticiário (...), visando a um desmentido (...) ou, se deseja ingressar em outra legenda, que (...) siga tal caminho o mais rapidamente possível'.

Permita-me, Sr. Presidente, assinalar a deselegância que não se esgota no texto. Ela também se marca pelo fato da referida carta ter recebido o despacho de V. Exª no mesmo dia de sua apresentação (22 de maio), com as palavras 'Ao Senador Romeu Tuma, para pronunciar-se'. Antes, no entanto, de chegar ao meu gabinete, cópias do texto já percorriam os escaninhos da imprensa e de lideranças escolhidas – muitas das quais alheias ao PL –, motivando notícias distorcidas e, não raro, desprimorosas. O resultado dessa comunicação enviesada deve ter alegrado os dirigentes estaduais do PL, que agora pretendem ditar-me 'normas de conduta partidária' que eles próprios demonstram não saber cumprir.

A carta seguinte, do líder partidário na Câmara dos Deputados, recebeu despacho de V. Exª ('Ao Senador Tuma, para conhecimento') no mesmo dia em que foi datada, 1º de junho. Porém, seu texto, antes dessa data, também já era do conhecimento da imprensa.

Essa correspondência do Líder repete expressões e comentários antes feitos pelo Presidente regional do Partido, em seu documento de 22 de maio. O texto, no entanto, coloca na preliminar que 'o Senador Romeu Tuma é homem público que merece nosso respeito e admiração'. Logo a seguir, no entanto, assinala que 'sua inércia e omissão com relação ao insistente noticiário é lamentável'. Mais adiante, a liderança afirma que o Senador Tuma, 'não tendo participado de reuniões do Partido, sugeriu desinteresse por nossa vida partidária'.

O texto vai mais além, afirmando que 'o Senador Romeu Tuma, talvez entusiasmado pelo seu inegável

prestígio, julgou-se acima de seu próprio Partido. Um pouco de humildade política teria sido bom, no caso, porque a democracia assenta-se em instituições e não em pessoas'.

Desnecessário dizer que não reconheço no signatário do documento autoridade para ensinar humildade ou dar lições de democracia. Afinal, o seu propósito com tudo isso fica claro no final da carta, quando solicita que, no PL nacional, 'se inicie o processo de expulsão do Senador Romeu Tuma de nosso Partido'.

Se o objetivo dos signatários das duas cartas era, como evidente, apenas afastar-me do PL, não era preciso que gastassem tanto papel e tinta.

Estou, Sr. Presidente, pela presente e espontaneamente, deixando os quadros do Partido Liberal. Os fatos anteriores e os documentos de agora reforçam a minha convicção de que não sou eu quem está deixando o PL e sim o PL quem está me deixando.

Não posso formalizar minha atitude, no entanto, sem levar a V. Exª algumas considerações.

Em primeiro lugar, devo deixar claro que não teria qualquer sentido estar desmentindo boatos de minha saída, se muitos deles eram passados à imprensa justamente pelos dirigentes partidários estaduais do PL. Assinalo ainda que o noticiário que registrou – e continua registrando – o interesse de lideranças partidárias de outras siglas pelos desdobramentos de minha carreira política é honroso e, em muitos casos, gratificante. As notícias e comentários decorrem de vários fatores, quase todos óbvios, mas cabe-me ressaltar três deles:

1. O debate sobre as reformas políticas partidárias e eleitorais que hoje se instala no Congresso Nacional está sendo estimulado pela opinião pública e enriquecido inclusive por sugestões advindas da própria Justiça Eleitoral. Já está claro aos observadores políticos que essas mudanças levarão a todos os partidos, especialmente os de menor porte, a buscarem caminhos diferentes dos que hoje prevalecem e que consagram distorções como a que fragmentou em 17 legendas a representação partidária em nosso Parlamento. Conversas sobre esses fatos e seus eventuais desdobramentos são cada vez mais frequentes e se constituem em obrigação das lideranças de todos os partidos, sejam grandes ou pequenos. A essa obrigação não me tenho furtado. Sei também que outras lideranças estaduais e nacionais do PL as têm mantido, em encontros públicos ou reservados.

2. É do conhecimento da classe política, especialmente em São Paulo, que a direção partidária local tudo tem feito para afastar-me e ao meu filho, Deputado Robson Tuma, das discussões e deliberações de legenda. Jamais nos omitimos, quando convocados, a contribuir para a vida partidária. Não poderíamos, no entanto, entender que em nossos gabinetes as informações e convocações para eventos e reuniões do Partido só pudessem chegar na véspera, quase sempre através de recados verbais, em um tempo que tornava impossível remarcar compromissos ou reajustar as agendas.

3. A imprensa e analistas políticos estranharam que no processo de intervenção, que se procedeu no Diretório paulista do PL, as portas tenham sido fechadas a mim e ao Deputado Robson Tuma. Coube-nos apenas a única opção de referendar escolhas de nomes e decisões de trabalho montadas no lusco-fusco pelos 'donos do,

Partido'. Exemplo bem visível desta marginalização foi o 'programa gratuito' que o PL transmitiu, recentemente, nos horários do Tribunal Regional Eleitoral. Nem este Senador nem o Deputado Robson Tuma foram informados sobre o referido programa de rádio e televisão, nem dele participamos sob qualquer forma. O PL passou, assim, a toda a opinião pública um recado nítido de que nossa presença, a de um Senador de 5.541.262 votos e um Deputado Federal de 167.492 votos, não tinha a menor importância para a vida partidária."

Esses três itens, Sr Presidente, explicam bastante. Mesmo antes de ter ingressado na vida partidária, eu já era um defensor público das idéias liberais, enriquecidas pela percepção dos problemas humanos que afligem o nosso povo e obrigam os homens sérios a estabelecer a prioridade para o social na formulação das diretrizes nacionais.

Recordo a minha alegria, quando meu filho optou pela sigla do PL ao dar início à sua carreira política, elegendo-se com brilho para a Câmara de Vereadores de São Paulo. Eram naturais, portanto, os caminhos que, tempos depois levaram-me também à filiação no PL. Não me arrependi. Tenho, inclusive, convicção de que, na difícil campanha eleitoral de 94, em que recebi das urnas a missão de representar o Estado de São Paulo no Senado Federal, dei uma contribuição sincera à sigla partidária, ajudando a angariar votos para as eleições de deputados federais e estaduais e, mais do que tudo, a promover a difusão do pensamento do moderno liberalismo brasileiro.

Lembro, no entanto, com tristeza, que durante a referida campanha fui obrigado a levar à direção nacional do PL a minha estranheza diante de fatos que traduziam o desejo de certas lideranças estaduais que – não sei até hoje a que título – resolveram assumir a "propriedade" da sigla partidária em nosso Estado.

Partidos são do povo, dos filiados, de suas lideranças, e as diretrizes e destinos da vida partidária precisam resultar do debate, do diálogo, dos ajustes que caracterizam a vida democrática e se consagram na prevalência da vontade das maiorias livres. É por isso que na democracia os partidos não podem ter donos.

Se, por delegação equivocada ou por força de omissões de qualquer sorte, pessoas ou grupos assumem a propriedade ou o domínio das siglas, não há que se estranhar que as lideranças autenticamente democráticas tentem lutar para reverter o estranho quadro e para corrigir distorções.

É o que vinha ocorrendo no PL paulista há vários meses, até que ilustres companheiros como João Melão Neto, Vicente Cascione, Coraúci Sobrinho, Junje Abbe, Gilberto Kassab, Estevão, Bruno Feder, viram esgotados os seus esforços e se desligaram do partido, em atitude recente.

Sabe V. Ex^a que eu estava com esses ilustres deputados federais e estaduais, bem como outras lideranças partidárias, tentando uma solução que preservasse a unidade partidária. Não conseguimos, e não foi por nossa culpa.

A saída de pessoas tão ilustres, naquele momento, teve repercussão significativa. Nos comentários publicados e nas conversas políticas, não foram poucos os que estranharam que ainda eu tivesse ficado no PL, talvez esperando o que já parecia impossível: a reconversão dos que não entendiam que dirigir o partido deveria ser uma atividade democrática.

Mesmo assim, fiquei no Partido Liberal. Este gesto, ao invés de motivar uma evolução positiva, só serviu para ampliar o meu isolamento e para estimular correspondências como as que se materializaram nesta última semana de maio.

Por tudo isso, Sr. Presidente, formalizo o meu pedido de desfiliação do Partido Liberal. Estarei materializando esta decisão, também, através dos comunicados formais que, na data de hoje, serão enviados à Justiça Eleitoral e à Mesa do Senado Federal, para os devidos fins.

Lamento que não me tenha restado outro caminho.

O Sr. Esperidião Amin – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA – Com muito prazer, nobre Senador Esperidião Amin.

O Sr. Esperidião Amin – Nobre Senador, com a certeza de que posso contar com a compreensão da Mesa para uma brevíssima intervenção, desejo, nesta oportunidade, solidarizar-me com V. Ex^a. Quero apresentar a minha solidariedade, porque acompanhei, ainda que em silêncio respeitoso, o mal-estar, o incômodo e a atribulação que lhe assaltaram a partir desse jogo insidioso de correspondências que cobrou, coagiu e constrangeu V. Ex^a. Ainda há pouco, V. Ex^a se referiu a isso. No interesse do meu partido, a minha palavra deveria ser-lhe dirigida num outro sentido. Senador Romeu Tuma, também pela amizade que nutro por V. Ex^a, daria outra destinação ao meu aparte. Deveria aqui dizer que as portas do "seu" partido, o Partido Progressista Reformador, estão amplamente abertas. Se, eventualmente, houvesse a ventura de contarmos com a sua anuência, V. Ex^a viria para engrandecer um partido que é seu de coração. Mas não vou dizer isso. Quero apenas solidarizar-me com V. Ex^a no momento em que toma uma decisão tão difícil, fruto de muita reflexão.

O SR. ROMEU TUMA – Senador Esperidião Amin, agradeço a V. Ex^a.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma, o Sr. Francelino Pereira, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, Sr^s. e Srs. Senadores, gostaria apenas de registrar o carinho e a admiração que nutro pelo ilustre Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Srs. Senadores, gostaria que os Srs. Líderes se inscrevessem como líderes partidários.

O SR. PEDRO PIVA – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PEDRO PIVA (PSDB-SP. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s. e Srs. Senadores, o nobre Senador Romeu Tuma, que neste momento renuncia ao seu partido, não renuncia ao seu mandato, porque o mesmo foi conquistado legitimamente numa eleição disputada e difícil, da qual S. Ex^a saiu vencedor com todos os méritos.

O Senador Romeu Tuma passa, neste momento, a não ser mais um Senador do PL, mas um Senador de São Paulo e pelo Brasil; S. Ex^a representa o seu Estado e a sua Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PMDB-AM. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s. e Srs. Senadores, em nome da Bancada do PMDB, em razão de não estar presente o nosso Líder, Senador Jader Barbalho, quero expressar toda a nossa solidariedade ao Senador Romeu Tuma pela decisão que tomou.

É lamentável a posição adotada pelo partido a que S. Ex^a era filiado, como também as notícias publicadas pela imprensa. Isso não se faz com um Senador da República. Infelizmente esse partido não respeitou o segundo candidato mais votado no pleito para o Senado no Estado de São Paulo.

O meu partido apóia integralmente o Senador Romeu Tuma e está de portas abertas para recebê-lo no PMDB de São Paulo e do Brasil.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL-PI. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, acabo de ouvir a proclamação do Senador Romeu Tuma e devo dizer que, naturalmente, S. Ex^a assim procedeu em função das razões que expôs nas missivas dirigidas ao presidente regional e ao presidente nacional do partido ao qual pertencia. Só me resta manifestar a minha solidariedade e, em que pesem as observações do Senador Gilberto Miranda, dizer que as portas do Partido da Frente Liberal encontram-se abertas para abrigar o Senador Romeu Tuma, até porque S. Ex^a, quando promoveu a proclamação aqui há poucos minutos, disse que era um liberal por convicção. Como o nosso partido está defendendo amplamente as reformas, todo o bojo de redução do Estado, para entregar à sociedade tudo aquilo que não seja função do próprio Estado, desejo ratificar essas informações e deixar o partido inteiramente à disposição do nobre Senador Romeu Tuma que, pelo passado de luta, de glória, de trabalho, de civilidade em favor do nosso País, realmente honra qualquer quadro partidário.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB-MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, acabamos de chegar de uma audiência com Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, na qual estiveram presentes todos os Governadores do Centro-Oeste e a maior parte da bancada desta Região no Senado e na Câmara.

Pela primeira vez na sua história política, a nossa Região, o Centro-Oeste, esteve unida. O maior problema do Centro-Oeste – o primo pobre da República, sempre desprestigiado, sempre prejudicado –, foi a falta de unidade. Nunca houve conversações, mas, desta vez, o Centro-Oeste conversou e entregou, hoje, ao Presidente da República um documento de programa comum de governo para toda a Região.

Esse programa propõe ao Governo Federal que desloque o eixo de desenvolvimento do Sudeste do Brasil, que já está inchado, cheio de favelas e de problemas sociais. Que se desloque a migração interna para o Centro-Oeste, mas num programa de desenvolvimento racional, em que não se cometam os erros praticados no Sudeste do Brasil e em outras regiões, que provocaram o inchaço das cidades.

O Centro-Oeste é a grande solução para a crise brasileira. Através dele, o Brasil pode tornar-se o maior produtor mundial de grãos – como soja, milho, arroz, feijão – e de carne bovina, suína e avícola.

Se o Brasil fizer esse investimento, será o detentor do monopólio do comércio de alimentos do mundo nos próximos anos e no milênio vindouro, porque o Centro-Oeste tem condições excepcionais – que nenhuma região do mundo possui – para receber um programa dessa natureza. Temos a maior produtividade e a melhor qualidade na nossa produção.

O Senhor Presidente da República recebeu com bons olhos o nosso programa e lembrou, no seu discurso, a marcha para o

oeste, encetada pelo grande Presidente Getúlio Vargas; também a construção de Brasília pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek, cujo ideal não era apenas edificar a capital da República no centro do Brasil, mas trazer para esta região o desenvolvimento, concentrado, durante séculos, apenas no litoral Atlântico.

Este é o grande erro histórico do Brasil: olhar primeiro para a Inglaterra, depois para os Estados Unidos da América; tentar copiar a experiência dos outros, enquanto a nossa situação piora dia a dia, ano a ano.

O Brasil ao olhar para o Centro-Oeste, para o Norte, para a América Latina, porque a integração latino-americana também passa pelo Centro-Oeste, deve observar também que Mato Grosso do Sul e Mato Grosso têm posições estratégicas quanto a essa integração. Temos uma grande hidrovia utilizada por outros países da América do Sul, e nós não a usamos. Usamo-la durante séculos e, nos últimos 50 anos, deixamos de usar essa importante hidrovia que é o rio Paraguai. O Uruguai, a Argentina e o Paraguai a usam muito bem, só agora começamos a usá-la.

Também devemos lutar por outras hidrovias como Araguaia/Tocantins, como a Teles-Pires/Juruena, como a hidrovia do Madeira, que são importantes para nós.

O Centro-Oeste está mais próximo dos mercados internacionais que o Sul do Brasil, do que Santos, do que Paranaguá. Estamos muito mais próximos do mercado internacional, tanto do mercado Asiático quanto dos Estados Unidos da América e da Europa. Apenas os nossos meios de comunicação estão obstruídos.

Já temos uma estrada ligando Cuiabá ao Pacífico. Hoje já se vai de Cuiabá à Arica, no Chile, e ao Peru, por terra. Um trabalho pioneiro conseguido quando éramos governador do Estado juntamente com as forças políticas bolivianas. Mas esse trabalho precisa ser aperfeiçoado, como o trabalho das hidrovias.

O Senhor Presidente da República, em sua fala hoje, disse que é um ardoroso defensor das hidrovias, considerando ser fundamental para o desenvolvimento do Brasil a preparação das hidrovias. Deixou isso muito claro na sua fala, o que tornou-me muito feliz.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, hoje é um dia histórico para a nossa Região, para o Centro-Oeste. Incorporamos ao Centro-Oeste, porque são limítrofes ao nosso, que têm interesse comuns conosco, os Estados de Rondônia e do Acre, o Estado do Tocantins e ainda Brasília.

Assim, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a nossa fala é para registrar esse acontecimento. O Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu os documentos. Vai encaminhá-los aos Ministros para estudo, e S. Ex^a., ao lado dos Governadores, ao lado da bancada do Centro-Oeste, haverão de definir um programa para o futuro da nossa Região.

Acredito ser importante um investimento na nossa Região, através de programas auto-sustentáveis, por meio de um programa de desenvolvimento com cunho social forte, porque no Estado do Mato Grosso hoje desenvolve-se o maior programa de reforma agrária do Governo Federal, com o maior volume de terras desapropriadas do Centro-Oeste. Devemos racionalizar tudo isso para transformar a nossa Região e o Brasil para o futuro.

Eram essas as colocações, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Tem a palavra o nobre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (PT-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, não poderia silenciar-me nesta data em que um plano há muito tempo urdido, a partir de um núcleo externo que se trans-

plantou para o Brasil, aqui cresceu albergado, alimentado, por um processo de acumulação selvagem.

Entre 1890 e 1930, 32 milhões de imigrantes dirigiram-se para os Estados Unidos da América, recebendo 170 acres do governo norte-americano para incentivar o processo migratório. Noventa por cento dos estados que compõem o *middle west* norte-americano foram doados, em apenas 10 anos, entre 1900 e 1910.

Ao contrário, para o Brasil não vêm imigrantes estrangeiros e poucos vieram voluntariamente; os trabalhadores estrangeiros que para cá vieram foram os negros arrancados da África, para ocuparem os espaços abertos com o morticínio da população indígena aqui existente. Em alguns pontos da América Latina não sobrou um índio, foram todos sacrificados para que a produção de álcool se desenvolvesse, como aconteceu em diversas ilhas do nosso continente.

Para aqui não vieram os imigrantes do norte, nem os escoceses, que dirigiram-se para os Estados Unidos da América. Mas apenas o capital excedente, que sobrava nos Estados Unidos e que ameaçava levar aquele país a uma crise semelhante àquela de 1929.

Em 1945, os professores, os industriais, a cúpula norte-americana que, desde 1942, reuniam-se temerosos de que, com a redução advinda das compras feitas pelo Estado norte-americano nos setores bélicos, a economia norte-americana voltaria a encontrar-se numa situação caótica semelhante àquela ocorrida entre 1929 e 1943.

Em 1948, o setor de luxo, que é o dinamizador da economia capitalista e que encontrou seu aliado no setor bélico e espacial, sofreu uma queda de 42% no volume de produção. Veio a Guerra da Coreia, e, com esse remédio keynesiano bélico, novamente se ativou a economia dos Estados Unidos da América. Mas, em 1957, houve uma queda de 50% no setor de produção de carros e duráveis, ficando claro e transparente para todos aqueles que pensavam e se preocupavam com o destino dos Estados Unidos que era preciso transplantar capital. E o capital norte-americano, nesses setores, foi transplantado para a Argentina, para o México, para o Brasil, para o Canadá, para a Coreia do Sul, para a África do Sul e para a Europa.

Portanto, mais uma vez, repete-se um movimento que sempre acompanhou o processo de acumulação contraditório do capital e que já se manifestara no século passado, acarretando verdadeiros transtornos à economia brasileira, transtornos estes cujo fulcro encontrava-se na economia cêntrica dominante.

Para não nos alongarmos na descrição desse movimento global que preside o processo de acumulação contraditório em escala mundial, basta lembrarmos que, até 1843, era proibida a exportação de máquinas por parte da Inglaterra. A Inglaterra queria ser a dona e se assenhorar de todos os benefícios decorrentes da revolução tecnológica, da revolução industrial iniciada em 1780. Portanto, era preciso uma licença prévia. Era difícil importar máquinas da Inglaterra.

Mas, em 1847, vai se instaurar na ilha britânica uma crise que é, evidentemente, a crise de um país que não encontra mais dentro de suas fronteiras estreitas o mercado para vender máquinas, para vender meios de produção. Os empresários ingleses já não eram mais capazes de comprar aquela capacidade produtiva, que cresceu na Inglaterra quatro vezes mais no século passado do que o crescimento apresentado pelos setores de bens finais, de meios de consumo.

Portanto, esse vertiginoso crescimento industrial inglês fez com que a Inglaterra fosse obrigada a fazer aquilo que ela antes proibia: exportar máquinas.

E, no Brasil, em 1844, a Lei Alfandegária Alves Branco concede os estímulos e incentivos para a importação de máquinas

e equipamentos, aquelas máquinas, aqueles instrumentos de trabalho que, em 1785, foram queimados, sob o mando de D. Maria, a Louca. Três mil teares foram incendiados; proibiu-se até mesmo a produção de artigos de ouro no Rio de Janeiro, na Bahia e em Minas Gerais; destruiu-se o parque industrial nascente em 1785. E a Inglaterra, que nos destruiu em 1785, agora exporta máquinas e incentiva essa importação.

O processo chamado de "Primeiro Processo Brasileiro de Substituição de Importações" foi, na realidade, comandado pelos interesses do centro, pois tiveram que fazer a exportação das máquinas, o que antes era negado pela Inglaterra por medo da concorrência internacional.

Todo esse esforço nacional, ou seja, dez mil quilômetros de estradas, construídas durante o governo de D. Pedro II e um surto industrial fantástico ocorrido em alguns pontos do Brasil, foi tudo destruído a partir de 1900, quando o capitalismo cêntrico, retomando o seu nível antigo de produção, saindo da crise de 1873, precisou ocupar os mercados que já estavam sendo abastecidos pela indústria nacional.

O que estou dizendo, portanto, é que esse movimento se repete nos anos 50, quando vem, para cá, o capital excedente, não porque tenhamos criado legislações fantásticamente estimulantes ou porque tenhamos conseguido fórmulas mágicas para atrair esse capital, através da CEPAL e dos nossos tecnocratas. Não. Como dizia naquela ocasião, aquele capital já estava com passagem comprada. Não era preciso oferecer incentivos cambiais; não era preciso oferecer reserva de mercados com preços extraordinariamente elevados para que os carros, as geladeiras e depois os televisores viessem para cá ser vendidos a preços astronômicos; não era preciso que o governo fornecesse os incentivos fiscais que forneceu, tais como, a doação de terrenos e todo contingente de auxílios e estímulos que foram dados ao capital estrangeiro.

Aquele dito nacionalismo dos anos 50 foi um nacionalismo equivocado, completamente diferente do nacionalismo que existiu no século passado, daquele capitalismo que aparece, surge com certa virulência no governo de Artur Bernardes, daquele capitalismo que caracterizou o Governo de Getúlio Vargas.

Na década de 50 criou-se uma proteção, pela primeira vez na história econômica do mundo, para que o capital estrangeiro viesse para cá obter lucros fantásticos, uma remuneração extraordinária. E ao invés do nacionalismo brasileiro dos anos 50 proteger-se contra o capital estrangeiro, ele abriu as portas cada vez mais para a entrada desse capital dominante, desse hóspede incômodo.

Dessa verdadeira violentação de uma economia atrasada, de uma economia com uma renda *per capita* muito baixa, com produtos de alto luxo, só poderia resultar uma concentração selvagem de renda que foi o que assistimos como resultado desse processo.

Ao contrário daquilo que prometiam Celso Furtado e Prebisch, por exemplo, não houve um combate à inflação através da penetração do capital no campo e do aumento da oferta de produtos agrícolas. Ao contrário, a inflação se exacerbou. Cada vez que o capital estrangeiro se aliava ao capital nacional e ao capital estatal aparecia a necessidade de redução de salário para aumentar a massa de lucro necessária para irrigar esse capital acumulado numa taxa superior àquela que se verificou no Japão nos últimos 100 anos.

A partir daí verificamos que, ao invés da estabilidade política e da democracia estabilizada como prometeram os "cepalinos", entre eles se incluía na ocasião Fernando Henrique Cardoso, essa situação exigiu a presença de um estado totalitário, do estado militar capaz de segurar o paciente Brasil a fim de que ele sofresse a anestesia, anestesia de sua consciência, de suas forças vitais, para que fosse reduzido o salário da base, fossem reduzidas as disponi-

bilidades orçamentárias destinadas à Educação, à Saúde e à proteção da vida, dirigindo todo o capital para São Paulo e para os centros de concentração nacional.

Tal como se faz hoje, diziam que o capital estrangeiro a entrar seria portador de alta tecnologia. O que desejo é enfatizar que atualmente nos encontramos numa situação bastante parecida com a ocorrida em 1950, cujas consequências nefastas e anti-sociais perduram até hoje.

Tais consequências não foram amenizadas nem mesmo agora, quando nova fase se inicia e força a alteração da Constituição, estimulando a entrada do capital estrangeiro e abrindo nichos para que ele aqui penetre, retirando qualquer privilégio do sofrido capital nacional, que conseguiu sobreviver como auxiliar, como secundário, como fornecedor de peças e equipamentos, alocado em médias e pequenas empresas.

Verificamos que, de novo, repete-se o mesmo erro dos anos 50, dando-se a impressão de que os "atrasados" não querem a nova tecnologia que se dirigiria para o Brasil com o capital estrangeiro.

"Shell aceita assistência técnica da Petrobrás para pesquisa na foz do Amazonas.

A Shell aceitou a oferta de assistência técnica da Petrobrás, que colocará seus técnicos à disposição da multinacional nas pesquisas que ela vem fazendo na Foz do Amazonas (área de risco)."

Os americanos, que pesquisam petróleo no Brasil desde os tempos de Sargeant, no século passado, nunca conseguiram descobrir aqui uma gota de petróleo. Quando, no Governo Geisel, foram abertas as áreas de pesquisa para o capital estrangeiro, como acabamos de ler em notícia publicada no *Jornal do Brasil* em 6/5/78, a Shell quis valer-se da técnica da Petrobrás e por isso a contratou. Imaginem como hoje a Shell e as outras cinco irmãs irão precisar da técnica que a Petrobrás tem na pesquisa em águas profundas e em diversos setores em que encabeça a tecnologia mundial.

Portanto, não é verdade que precisamos de mais capital estrangeiro, nem que esse capital, como se dizia nos anos 50, irá quebrar o círculo vicioso da pobreza e trazer tecnologia nova. É tudo mentira. A História do Brasil provou que não eram verdadeiras aquelas promessas, que a tecnologia não se transplantou com o capital. Ela permaneceu no centro onde a indústria de pesquisa e desenvolvimento - R & D - research and development - desenvolve-se com recursos dos quais 68% são financiados pelo Governo dos Estados Unidos.

Vamos abrir nossa economia ao capital estrangeiro. Enquanto isso a *United States Steel* confirmou ao nosso correspondente em Washington, Antônio Pimenta Neves, ter solicitado ao Governo brasileiro um financiamento de US\$1 bilhão para participar do Projeto Carajás (*Gazeta Mercantil*, 11 de novembro de 1976).

Em vez da entrada de capital estrangeiro, o que vemos é o fornecimento pela América Latina de capital líquido para os países que aqui montaram várias formas de exploração da economia. Vemos o capital produtivo explorador, que aqui usa e abusa da redução dos salários dos trabalhadores. Enquanto isso, sabemos, por exemplo, que o salário mínimo na França este mês é de US\$1.200, mas que o Governo já promete elevá-lo para US\$1.700.

Sabemos também que a renda per capita no Japão é de US\$33 mil. Desde 1945, a grande força dinamizadora da economia japonesa foi, sem dúvida nenhuma, as organizações sindicais, as organizações dos trabalhadores, que promoveram as greves. Os trabalhadores, movidos por ideais socialistas desde 1915, conseguiram ocupar 50% das cátedras de Economia no Japão a partir de 1946.

No Brasil dirigem apodas aos trabalhadores, que são apelidados de, desprezível. Gostaria de lembrar que foi essa

desprezível que promoveu rapidamente a grandeza econômica do capitalismo japonês, mediante a organização sindical, que defendia as reivindicações dos trabalhadores, e a participação na direção das empresas, como ocorreu em 1946. Nesse ano, os Estados Unidos incentivaram a reforma agrária no Japão, não para dividir terras, porque lá a propriedade fundiária média é de 8 mil metros quadrados apenas, mas porque 25% da mão-de-obra era assalariada, o que contrariava os princípios norte-americanos. Os Estados Unidos estavam acostumados a ver a atividade agrícola ser desempenhada pela família e não pelo trabalho assalariado. Julgaram, assim que 25% de trabalho assalariado na agricultura japonesa era demais. Então, resolveram promover uma reforma agrária para reduzir o trabalho assalariado nesse importante setor da atividade econômica. Foi o aumento de salários que obrigou o Japão e todos os países capitalistas onde isso se verificou, como a Alemanha, a investir em tecnologia. Com o aumento de salário, era preciso substituir a mão-de-obra, esse fator caro, por fator mais eficiente. Aí surgiram as inovações tecnológicas que são continuamente injetadas na economia dos grandes países, onde os salários constituem item muito elevado no custo da produção.

No Brasil, os salários foram achatados pela elite, que não conhece e não tem a experiência histórica das outras formas de desenvolvimento capitalista. Os capitalistas brasileiros foram incapazes de reconhecer os caminhos que deveriam trilhar para constituir um capitalismo aceitável. Preferiram um capitalismo selvagem, e o resultado foi o achatamento salarial que se verificou desde 1959. Então, os capitalistas brasileiros puderam deixar de investir em inovações tecnológicas caras, preferindo investir seu dinheiro num fator barato, ou seja, na mão-de-obra aviltada. Portanto, se tivesse havido um sindicalismo mais forte, ao contrário de, como foram chamados aqui hoje, neste plenário, os trabalhadores que reivindicam o direito sagrado à sua sobrevivência; se, ao invés de serem chamados de, tivessem sido respeitados os trabalhadores brasileiros e incorporados ao processo produtivo, não como um apêndice incômodo, não como um resquício de escravos submissos, mas como seres humanos capazes de oferecer a sua contribuição ao processo de crescimento e de soerguimento de uma Nação verdadeiramente ampla e sólida, teríamos hoje um Brasil muito diferente.

Quando o Governo se lembra dos trabalhadores, é para aplicar-lhes, em nome de qualquer princípio falso, o arrocho salarial. Uma hora, para promover o crescimento econômico, para fazer o bolo crescer. E esse bolo envenenado cresceu e, agora, mudaram de desculpa: se aumentarmos o salário, a Previdência quebra; se aumentarmos o salário, a inflação volta.

E, assim, o Governo vai-se contaminando por uma crise de descrédito, de falta de legitimação. E agora, quando o capitalismo apresenta sinais óbvios de uma crise que se aprofunda e se descontrola, o Japão está, neste mês, dando sinais evidentes de que não pode mais continuar a encontrar no mercado norte-americano e no mercado comum europeu os mercados para o excedente de sua produção de carros, computadores, FAX, telefones celulares etc.

O Brasil sempre foi exportador líquido de riqueza, teve saldo na sua balança comercial. Quem vende mais do que compra deveria ser credor dos outros países, mas as relações de dominação, que Fernando Henrique Cardoso chamava de imperialistas até há pouco tempo, essas relações imperialistas de dominação transformam um país - que deveria ser credor porque exporta, vende mais do que compra, que deveria ter um saldo a receber em dinheiro e ser credor dos outros países - em devedor permanente. Com exceção dos anos 70 do século passado e deste século, o Brasil conseguiu, graças ao endividamento externo fantasticamente elevado, importar mais do que exportar, alavancada essa importação pela crescente dívida externa que nos sufocou a partir de 1982.

O Japão, não. Agiu como se tivesse sido obrigado a inventar a alquimia, a transformar suas matérias-primas, escassas e importadas, em minimercadorias. Miniaturizou a produção e vende plástico e chips a preço de ouro. É uma verdadeira alquimia o que o Japão conseguiu para obter superávit na balança comercial. Ao mesmo tempo, conseguiu montar, entre os quinze, cinco maiores bancos do mundo, por ser, portanto, credor e não devedor do resto do mundo.

O Japão conseguiu, tal como aconteceu com a Alemanha de Hitler, quebrar as duas relações de dominação como as que pesam sobre o Brasil. Hitler conseguiu transformar as exportações alemãs, feitas em grande escala para pagar a dívida de guerra imposta à Alemanha pelo Tratado de Versalhes. Em o seu oposto, a Alemanha valorizou o marco e se transformou num grande importador líquido de riqueza.

Maurice Herbert Dobb propõe que, ao invés de se chamar déficit na balança comercial, chame-se superávit de importações o resultado líquido dessas relações internacionais de comércio.

Nós somos esvaídos secularmente pelo excesso de exportações sobre as nossas importações. Ao mesmo tempo, ao invés de sermos credores, somos devedores da banca internacional, que, desde a declaração da independência, nos afoga com uma dívida crescente.

Agora, assistimos a um novo ato desse processo que se desenrola com tanto sacrifício para as populações periféricas do mundo. O capital veio para cá nos anos 50 nos setores de ponta, de automóveis, de eletrodomésticos, o que nos obrigou a concentrar a renda para criar o mercado para essa produção. Rapidamente, recordamos que três indústrias automobilísticas que vieram para cá nos anos 50 foram embora nos anos 60, porque o mercado interno brasileiro não comportava aquela escala de produção.

Mas, a duras penas, com o sacrifício das bases da população, dos mais pobres, dos marginalizados, criou-se um mercado de 10% da população que auferia as benesses dessa indústria de luxo. O capital empregado nesses setores não é nacional, é capital estrangeiro superprotegido pela economia nacional, pelo Estado brasileiro.

Atualmente, o Japão precisa de novos mercados para a sua produção miniaturizada, promovendo uma verdadeira alquimia moderna, transformando matérias-primas, que nos pagam a preços aviltados, em produtos que vende a preço de ouro. Precisam de mercado para a produção que cresceu na Alemanha e nos Estados Unidos. Já não podem mais fazer aquilo que fizeram no outro ato do processo, não podem mais transplantar capital para a periferia porque já temos capital excessivo. Aqueles que hoje dizem que as mudanças na Constituição são de novo para atrair capital estrangeiro verão que isso é uma balela, não passa de uma mentira.

Como é que o Japão, os Estados Unidos, a Alemanha ou qualquer um dos *advanced capitalist countries* poderiam transplantar capital de novo para o Brasil ou para a Argentina, para produzir aqui carros, produtos de luxo, telefones celulares, computadores? Para vender para quem? Para concorrer com as mercadorias produzidas no Japão, na Alemanha e nos Estados Unidos?

O que verificamos é que não virá capital desta vez. Nem para pedir empréstimos ao Governo brasileiro, como ocorreu num outro ato desse drama: Seria louco o capital estrangeiro que viesse para cá montar indústrias concorrentes com ele próprio em Detroit ou em Tóquio.

Portanto, é falsa a promessa daqueles que afirmam que esse capital viria para cá. A não ser, talvez, para ocupar, com moedas podres, os nichos que permaneceram imunes à introdução e à dominação do capital estrangeiro.

No famoso tripé que se constituiu na década de 50, as empresas estatais, aquelas que não se aliaram ao capital estrangeiro

por meio de *joint ventures*, é que estão sendo o alvo da ambição e da cobiça das indústrias estrangeiras.

Justamente aquelas indústrias nacionais, como a Petrobrás, que constitui um exemplo de eficiência, produtividade e lucratividade, e a Companhia Vale do Rio Doce, que o capital estrangeiro, agora, pretende apropriar-se, já que o resto é deles há muito tempo: 100% da indústria automobilística e 80% da indústria farmacêutica.

E eles controlam, há muito tempo, 38% do subsolo brasileiro.

Diz o Caderno de Economia do jornal *A Folha de S. Paulo*, de 14 de abril de 1987:

O direito de exploração e pesquisa do subsolo brasileiro já é exercido, em termos relativos, por grandes grupos internacionais de mineração. Com 473 empresas, os grupos estrangeiros têm direitos sobre 38,1% de uma extensão equivalente a 1.053.402 quilômetros quadrados, cerca de 12% do território, enquanto 1.643 empresas nacionais de capital privado respondem por 35% e as estatais federais e estaduais, em número de 142, com 26,9% daquele total.

A meu ver, não podem reclamar. Houve aqui no Brasil um nacionalismo protecionista, semelhante àquele que os Estados Unidos sempre usaram e que reforçaram, como lembra o General Serpa, no jornal *Tribuna da Imprensa*, de 5 de junho de 1995:

Por que não imitaram os americanos quando desde 1932 criaram o *American Buying Act* para defender suas empresas nacionais?

O nacionalismo dos Estados Unidos, que hoje vemos funcionar em conflito com a economia japonesa, data do século passado. O General Ulysses Simpson Grant, ex-Presidente dos Estados Unidos, dizia ao Imperador Meiji – que morreu em 1912 e foi o responsável pela Restauração Meiji, em 1868, no Japão – que repetiu esse ensinamento durante toda a vida: "Nós não devemos jamais recorrer a empréstimos externos. Se o fizermos devemos pagá-los na véspera de seu vencimento."

O exemplo do Egito e da Espanha devem estar sempre presentes na nossa memória, dizia Ulysses Simpson Grant ao Imperador Meiji. Trata-se de dois países que perderam tudo, inclusive a sua soberania devido à dívida externa. O Brasil soma a dívida externa à dívida interna; soma a presença de uma acumulação selvagem a esta incômoda presença desse hóspede que aqui veio ocupar espaços e que não sacia a sua fome de novos. Isso o Presidente Fernando Henrique Cardoso já sabia. Sua Excelência escrevera que existem duas tendências nessas relações de dominação estrangeira: uma para ocupar mercados novos e a outra as fontes de matérias-primas. Sua Excelência sabia disso, porque escreveu essas palavras. Portanto, está ajudando no processo.

Na década de 50, houve aquilo que Fernando Henrique Cardoso chamou de antiestado dentro do Estado nacional; se capital é poder, o capital estrangeiro quando vem, obviamente, traz consigo o poder estrangeiro sobre o poder nacional, porque capital é poder sobre coisas e pessoas.

O Sr. Eduardo Suplicy – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. LAURO CAMPOS – Ouço V. Ex.^a com prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy – Senador Lauro Campos, sinto-me feliz por ter a oportunidade de contar, na Bancada do Partido dos Trabalhadores, com a presença de uma pessoa como V. Ex.^a, que é um exímio professor, pesquisador e conhecedor da história econômica do nosso País e dos povos e que vem dando uma contribuição tão relevante a esta Casa. Ainda ontem, quando, na reunião de nossa Bancada, V. Ex.^a externava alguns dos conceitos e conhecimentos que hoje coloca da tribuna do Senado, fiquei pensando como será importante a sua contribuição em cada uma das

decisões que temos pela frente. Agora, por exemplo, estamos decidindo sobre o que fazer com a Petrobrás, com o gás, com a cabotagem, com o conceito de empresa nacional e de empresa internacional. Em verdade, só à luz do profundo conhecimento, é que poderemos tomar decisões mais acertadas. Também é importante o paralelo que V. Ex.^a faz relativamente às reflexões do atual Presidente da República Fernando Henrique Cardoso expostas em seus diversos livros; refiro-me, particularmente, à análise que S. Ex.^a fez sobre a Escravidão no Brasil, sobre a Teoria da Independência, sobre a Natureza do Capitalismo. Senador Lauro Campos, conforme V. Ex.^a mostra, o Presidente Fernando Henrique Cardoso ali soube compreender as razões pelas quais, por exemplo, o capital inglês, a certa altura, contribuiu por seus próprios interesses, para que aqui fosse extinta a escravidão. Uma pessoa que pôde estudar e compreender isso em profundidade tem agora muito maior responsabilidade, até porque foram muitos os seus alunos, muitos aqueles que estudaram em seus livros e têm a esperança de que o Presidente Fernando Henrique esteja com a sua lucidez no mais alto nível. Seria de se esperar isso. Aqui ficamos pensando que forças são essas que conseguem cercar o Presidente Fernando Henrique Cardoso a ponto de parecer estar ele se distanciando daquilo que poderia ser visto como o seu caminho natural. Estava lendo algumas das páginas do pronunciamento que V. Ex.^a me encaminhou hoje e gostaria de reafirmar que vou, se me permite V. Ex.^a, escrever uma carta ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, dizendo como considero importante que Sua Excelência, para sua própria reflexão, leia o pronunciamento tão bem elaborado que V. Ex.^a fez há poucos dias no Senado Federal.

Espero que contribua para que lhe acenda uma luz a mais. Imagino que sentimento terá o Presidente Fernando Henrique Cardoso ao ver um de seus mais próximos aliados aqui no Senado Federal, aquele que lhe está querendo dar a maior sustentação possível, adjetivar como trabalhadores que vêm aqui com a vontade de acompanhar uma decisão tão importante como o destino da Petrobrás. Claro que o Partido dos Trabalhadores procurou acalmar aqueles que tanto queriam chegar às galerias. Houve ali um incidente, que não estamos aplaudindo. Apenas estamos dispostos a compreender as razões que moveram os trabalhadores a pressionarem a porta do Congresso. Vieram de tão longe porque queriam assistir à sessão. Graças, repito, à intermediação do nosso Líder na Câmara Jaques Wagner, o Presidente Luiz Eduardo Magalhães permitiu, numa atitude de bom senso, que as galerias fossem ocupadas no limite da sua capacidade. Agora, eles estão assistindo à importante decisão que se vai tomar. São trabalhadores dignos, como quaisquer outros cidadãos deste País. Apenas estavam angustiados diante da dificuldade que se interpunha para que assistissem à importante decisão que o Congresso Nacional está por tomar.

O SR. LAURO CAMPOS – Recebo e incorporo ao meu discurso as palavras iluminadas de V. Ex.^a. São palavras que vêm acolhidas com o carinho de quem sabe apreciar o valor da linguagem; de quem sabe que a linguagem e o trabalho são constituintes do ser humano; de quem sabe respeitar, de um lado, o trabalho em suas várias manifestações e, de outro, a expressão da linguagem, que V. Ex.^a cultua e expressa com tanta proficiência.

Para terminar, gostaria de dizer que, nos anos 50, houve no Brasil uma manifestação clara daquilo que Fernando Henrique Cardoso chamou de antiestado nacional.

Quando o Brasil abriu as portas e estimulou a entrada do capital, obviamente o Estado aliou-se ao poder do dinheiro estrangeiro e foi dominado por ele.

Hoje, o nosso dinheiro é o próprio dólar, e nós nos orgulhamos disso. Que orgulho é esse? Como conseguiram fazer o Brasil e os brasileiros se orgulharem de ter um dinheiro que se chama realmente dólar?

Naqueles anos 50 Juscelino Kubitschek mudou a História do Brasil. Aqueles princípios nacionalistas que herdamos do século passado, que não foram enforcados com Tiradentes, não foram esartejados com Tiradentes, esses princípios de independência e de ombridade estão presentes em vários governos.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – V. Ex.^a dispõe de um minuto para encerrar seu pronunciamento.

O SR. LAURO CAMPOS – Mas o capital estrangeiro entrou de roldão nos anos 50, sendo que naquela ocasião o Governo Kubitschek foi o primeiro da antinação brasileira. Mas aquele foi um governo inconsciente. A dose que agora se repete neste ato final é a instalação de uma antinação dentro da Nação brasileira, esta conscientemente presidida por aqueles que ocupam o poder e querem desconstitucionalizar, desempregar brasileiros.

Vejam estas manchetes: "Clinton agradece FHC por empregar 20 mil americanos" – esta da Tribuna da Imprensa. Outra: "Multis prometem investir em São Paulo US\$4 bilhões." Aqui, trata-se dos empregos criados através do Sívam, que mereceu o agradecimento de Clinton.

Então, o que vemos, realmente, é um processo que, não podendo resolver o problema do desemprego de 820 milhões de pessoas, gerado pela robotização, gerado pela tecnologia voraz, agora pretende fechar os nossos empregos periféricos para criar empregos no centro, nos países capitalistas avançados.

Este é, portanto, um processo em que se afirma a antinação dentro da Nação. Infelizmente, o Governo atual, ao contrário daquele dos anos 50, tem a consciência plena do caráter delituoso do ato que pratica.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LAURO CAMPOS EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Aos excelentíssimos senhores deputados e senadores

DESINFORMAÇÃO E CONVENIÊNCIA OU MÃ-FÊ E TRAIÇÃO

Andrada Serpa

Problema da maior gravidade está sendo transferido para as futuras gerações brasileiras e para nós mesmos, na votação das emendas liberticidas propostas aos senhores congressistas pelo senhor presidente FHC. Em "tempo recorde", como prometeu ao "amigo" Clinton, vão sendo aprovadas as quebras dos monopólios, a diferenciação entre empresa nacional e estrangeira, o controle absoluto de nossas riquezas minerais pelo estrangeiro, o uso e abuso dos países ricos na navegação de cabotagem e no gás canalizado.

Lutas de quase 70 anos, nossa e dos que já se foram desde 1927 na reforma constitucional do Presidente Bernardes, vão sendo postergadas em clima "já ganhou" para se não dizer o "Oba! Oba!".

Evidentemente, fica instaurada a grave questão da legitimidade do Poder face à aparência e legalidade. Guilherme Herrero em livro clássico, estudou o assunto com profundidade. O caminho da ilegitimidade não tem volta. No nosso caso, a inexperience dos chefes militares, antevista em declarações públicas dos ministros da Marinha e Aeronáutica e na participação policial do Exér-

cito nas favelas e nas refinarias, ao fazer os pobres e os trabalhadores olharem-no com desconfiança, pode levar o Brasil à "fujimorização", com o próprio presidente FHC.

No outro extremo, quando os militares, o último baluarte do amor à Pátria, se capacitarem do que vai ocorrendo: o caminho da perda da soberania e da integridade dela, a perda da identidade cultural do Brasil, certamente teremos novo colapso institucional, que não interessa a nenhum patriota brasileiro seja qual for o seu credo, ideologia, cor da pele, classe social, profissão ou ascendência.

Os militares ressentidos e cabibaiços pelo desgaste de 20 anos do poder, baixos vencimentos e pelas provocações diárias, com origem no próprio governo, e por ele estimuladas, não desejam nenhuma destas alternativas infaustas que trarão novos sacrifícios ao sangrado e ressangrado povo brasileiro. O observador parcial e cauto do curso das emendas no Congresso fica na dúvida entre a desinformação, o egoísmo, o imediatismo de vantagens concedidas pelo governo e o próprio conhecimento de causa alicerçado pela má-fé e a traição.

Em primeiro lugar, ocultam e fingem não existir o que salta aos olhos do mundo: a pressão das nações ricas sobre a única nação viável do Terceiro Mundo na conjuntura e capaz de capitaneá-lo – o Brasil.

O governo do presidente FHC não tem compromisso com a Pátria brasileira – é servil e subserviente ao estrangeiro, sobretudo ao mais interessado em inviabilizar o Brasil: essa única superpotência, todavia, império decadente, a América do Norte. O historiador do futuro, ao compulsar os jornais e as declarações dos homens do governo e da poderosa mídia que eles estabeleceram na imprensa, no rádio e na televisão, ficará atônito ao verificar quão poucos, em curto prazo, enganaram todos por todo o tempo. Atribuirão a responsabilidade maior à classe média – profissionais liberais, funcionários, militares, metalúrgicos, cúpulas sindicais e estudantes – só preocupada com as dificuldades do dia-a-dia, os baixos salários, a "lei de Gerson" e esquecida de que ascendeu e se educou com a concentração de renda e o sacrifício do povo brasileiro. Perdeu a noção de pátria brasileira ao deixar-se enganar pela desinformação da mídia, que a aliena e a faz, omissa em relação à entrega e venda do Brasil ao estrangeiro à face dos seus olhos.

Modernidade, globalização etc., são simples *flatus vocis* para enganar os tolos desinformados. La Fontaine já explicava o relacionamento do leão com o cordeiro e os nossos pais diziam da convivência da panela de ferro com a panela de barro.

Entregar o Brasil ao estrangeiro e aos oligopólios privados não vai resolver o problema da dívida social, pois as grandes empresas que comandam a política visam exclusivamente ao lucro, obtido pelo aumento da automação e informatização geradoras do desemprego crônico. O capital estrangeiro nunca foi impedido de entrar no Brasil. Em 1993 entraram 28 bilhões de dólares. No ano passado, mais de 30 bilhões de dólares, simples capitais especulativos. Desses, apenas 2 bilhões teriam permanecido no Brasil. O povo brasileiro pagou e continua pagando com a mágica dos economistas de FHC, dando tempo ao ministro da Fazenda.

O bem econômico mais precioso que possuímos é o nosso mercado interno. Jamais nenhum país entregou ao estrangeiro esse mercado. São necessários, hoje, cerca de 80 mil dólares para, investidos, gerarem um emprego industrial. Com esse projeto anti-brasileiro em discussão, o presidente FHC obterá investimentos para indústrias poluidoras e terá entregado o patrimônio público à custa de nada nos setores essenciais de eletricidade, petróleo, minério e comunicações.

A vantagem dos países tropicais e pobres é a energia da biomassa, álcool e óleos vegetais, único substitutivo válido do petróleo indicado ao Mundo pelo Brasil. Por decisão política, o Brasil não precisaria importar uma única gota de petróleo. O Proálcool, descentralizado pelas fazendas em pequenas destilarias, não somente tornará inútil essa importação como determinará o refluxo das populações pobres das grandes cidades para o campo, a acumulação de capitais no interior do Brasil, significando tudo reforma agrária pacífica.

Só os cegos não vêem o risco da descoberta de grandes lençóis petrolíferos no Brasil. A Guerra do Golfo nada significou para o presidente FHC? Ignora que a América do Norte só tem petróleo para os próximos sete anos? Não percebeu o aguçamento das pressões sobre o Brasil se esta descoberta ocorrer? Por que abrir o monopólio de nossas reservas estratégicas quando há solução brasileira atual do álcool e dos óleos vegetais, já testada e comprovada, poupando-nos cinco bilhões de dólares anuais de importação do petróleo? Por que sua excelência quer abrir as comunicações a empresas poderosas, do porte da ATT americana, de competição impossível pela Telebrás, o que determinará a destruição do nosso sistema de comunicações em menos de um ano? Por que proclama que precisamos de 35 bilhões de dólares de investimentos, sem que houvesse nenhum planejamento prévio, quando já dispomos de 24 bilhões de dólares do sistema Telebrás-Embratel para ser investidos nesses próximos quatro anos?

Por que entregar o "filet mignon" – telefonia celular, bandas de satélites etc. – à ATT quando graças a essa porção rendosa o nosso sistema supre o que é deficitário: telefonia às pequenas cidades, orelhões ao povo e a manutenção das comunicações com a Amazônia e o Centro-Oeste? Por que deixar a Telebrás ficar com os encargos deficitários, perdida a renda desse "filet mignon"? Por que enganar o povo, não lhe dizendo claramente que não tem mais telefone em razão da sua pobreza, fruto da compulsiva concentração de renda em poucas mãos, continuada no paralisado governo FHC? Por que fingir ignorar que, tecnologicamente, equipamentos provenientes de companhias estrangeiras diferentes prejudicarão a operação, a manutenção e exigirão novos equipamentos de "interfases"? Por que não reconhecer que jamais houve monopólio absoluto de minérios, senão a única restrição de que 51% do capital votante permanecesse em mãos brasileiras? Por que enganar o povo falando em aumentar o faturamento da produção mineral com ajuda do capital estrangeiro, quando é verdade reconhecida de todos a imposição do preço vil das exportações dos países pobres? Por que omitir que minério não dá duas safras, razão pela qual o Canadá e a Austrália estabeleceram leis rigorosas? Por que esquecer que o minério de manganês de Minas Gerais está em extinção pelas exportações desordenadas, o que, no futuro, encarecerá o preço do transporte de Urucum ou de Carajás? Por que esconder do povo brasileiro que as nações ricas, com exceção da Inglaterra, não privatizaram as suas comunicações? Por que não lhe dizer que todo o sul dos EUA é servido por poderosa companhia estatal de eletricidade? Por que não lhe explicar que não há monopólio do petróleo nas nações ricas uma vez que elas não têm petróleo? Por que omitir que a Petrobrás, em 40 anos, investiu 80 bilhões de dólares no Brasil e poupou a importação de 100 bilhões de dólares depois da crise do petróleo, quando todas as multinacionais na total existência delas só investiram no Brasil 72 bilhões de dólares?

Por que para destruir as empresas estatais os últimos governos brasileiros criaram e criam todas as dificuldades para o normal funcionamento delas e as vilipêndiam perante o povo brasileiro? Ao invés, por que não fazem contratos de gestão que permitam às

nossas empresas estatais, orgulho do povo brasileiro, competirem, em igualdade de condições, com o setor privado? Por que não imitar os americanos, quando desde 1932 criaram o *American Buying Act* para defender as suas empresas nacionais? Por que não dizer ao povo brasileiro que empresa nacional na América do Norte é apenas a que permite a participação estrangeira pela quinta parte? Por que os norte-americanos e os japoneses, à vista do Mundo, mostram o protecionismo exacerbado, a negação da liberdade de mercado e as retaliações punitivas dos mais fracos? Tem cabimento o BNDES usar as reservas? A Petrobrás é competitiva para enfrentar qualquer uma das Seis Irmãs, porém será destruída pela reunião de todas com essa finalidade. Por que assistir inerte ao relator da Lei das Patentes dizer em seu relatório claramente ter apresentado a lei contra o interesse brasileiro, todavia em obediência ao tratado da Organização Mundial do Comércio? Por que esconder que o Senado norte-americano aprovou o dito tratado com a ressalva: "desde que não contrarie os interesses nacionais brasileiros"?

Excelentíssimos Senhores Deputados e Senadores! O Brasil e a China são as nações do mundo futuro desde que não percamos a nossa integridade nacional, a nossa identidade cultural e o amor da Pátria. Entretanto, o Brasil não tem projeto nacional que defenda os interesses do povo brasileiro. Antes, o Governo FHC, aliado dos grandes banqueiros, empresários e multinacionais, forceja declaradamente em transformar o Brasil em quintal das nações ricas no mais curto prazo. O Plano Real, ou qualquer outro plano, não tem a menor condição de dar certo, mediante medidas paliativas e demagógicas contra a inflação: juros altos que continuam a multiplicar a especulação financeira em proveito da classe dirigente, contenção do consumo, âncora cambial artificial, distribuição de cestas básicas etc., máximas de economistas fracassados que se sucedem no Poder, de costas voltadas para o povo brasileiro, realizando experiências financeiras que aumentam os lucros dos ricos e sangram o povo. Sem enfrentar, com soluções brasileiras fáceis e exequíveis, as questões substantivas da dívida externa, dívida interna e dívida social não há a menor possibilidade do Plano Real dar certo. O que nos tem faltado são estadistas que amem a pátria brasileira e sobram-nos os arrivistas sem a menor visão da grandeza do Brasil, aos quais falta a coragem de tomar as decisões políticas unindo a vontade nacional poderosa dos brasileiros na consecução de um projeto nacional.

São essas as interrogações que submeto à consideração dos Senhores Deputados e Senadores, pedindo a Deus que ilumine o voto de Vossas Excelências a fim de que o povo brasileiro não se torne escravo das nações ricas, não seja esquecido no seu sofrimento e seja poupado de novos traumas institucionais e para que Vossas Excelências leguem a seus filhos e netos um Brasil soberano, democrático e íntegro!

Borda do Campo, 3 de junho de 1995

General-de-Exército reformado Antônio Carlos de Andrada Serpa, veterano da Campanha da Itália.

Durante o discurso do Sr. Lauro Campos, o Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Levy Dias, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Os Srs. Senadores Júlio Campos, Emandes Amorim, Mauro Miranda, Odacir Soares e Teotônio Vilela Filho, enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL-MT) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, vemos no Brasil de hoje indústrias com estoques

encalhados; o fechamento de aproximadamente dois mil postos de trabalho na indústria paulista, apenas na primeira semana de maio; cada vez maior número de empresas utilizam o preocupante expediente de férias coletivas preparatórias das sucessivas demissões; empresários de Brasília ameaçam entrar em greve por impossibilidade de continuar mantendo seus negócios honestamente, obrigados que estão a apelar para a desobediência civil, ao deixar de pagar impostos em decorrência da queda acentuada nas vendas; consumidores endividados reduzem suas compras, sinalizando para o comércio o início de uma recessão; empresários não têm como manter capital de giro, tornando-se inadimplentes por não pagarem seus empréstimos bancários; poupanças realizadas com grande sacrifício são destruídas; empresas, muitas vezes constituídas pelo esforço de várias gerações, estão indo à falência ou à concordata; milhares de pequenos e médios agricultores do interior do País se encontram em grave crise, porque o Governo não libera os recursos para financiamento da safra; pequenos agricultores, endividados junto aos bancos, são obrigados a vender suas terras, migrando para as grandes cidades, empobrecendo-se, marginalizando-se, favelizando-se, passando de classe média para a pobreza e até mesmo para a miséria.

Cresce, exponencialmente, a dívida da União, Estados e Municípios.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores.

O que está por trás de tudo isso, de todas essas condições e situações aparentemente não relacionadas? Qual o elo de ligação entre todos esses problemas e desgraças mencionados?

Existe um fator comum, subjacente, que está presente em todas essas situações. O elemento comum em todos esses fenômenos, verdadeiro fator de causalidade, chama-se taxa de juros.

Evidentemente, não se trata daquele fator de produção classicamente estudado nos manuais de Economia e correspondente à remuneração do capital produtivo.

Trata-se, desgrazadamente, de um fator perverso, da desvirtuação de um instrumento de política econômica de governo. Trata-se, na verdade, de um subproduto dos exercícios econômétricos do Banco Central do Brasil, para produzir recessão.

Estamos falando de taxas de juros indecentes, tiranas, estratoféricas, subversivas, descoladas da realidade econômica do mundo em que vivemos; taxas de juros provocadoras de falências, concordatas, destruidoras de postos de trabalho; taxas de juros que inibem, reduzem, estagnam e, finalmente, eliminam a produção industrial, agrícola e de serviços; taxas de juros que encarecem as mercadorias e serviços, elevando os custos de produção, levando empresas e cidadãos ao descumprimento de seus compromissos financeiros, à falência e até mesmo ao suicídio.

Trata-se de um remédio que aumenta a doença. Essas taxas de juros escandalosas, simplesmente, têm um efeito contrário ao que prescreve a bula do medicamento: elas aumentam a inflação, por via da elevação das despesas do Governo, das empresas e dos cidadãos.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores:

O Brasil, infelizmente, vive hoje uma das piores ditaduras: a ditadura dos juros absurdos, um veneno que vem sendo introduzido cruelmente nas veias econômicas do País pelos formuladores dessa equivocada política monetária, que certamente deixará sequelas irreversíveis em todo o organismo econômico, nacional, destruindo empregos, destruindo empresas e destruindo a produção, penalizando aqueles que trabalham, aqueles que produzem, favorecendo, perversamente, os adeptos da chamada "ciranda financeira", inclusive aquela proveniente do exterior, dos chamados

capitais voláteis internacionais, improdutivos, especulativos, apátridas e amorais.

A insensibilidade política dos jovens tecnocratas formuladores dessa política monetária levará o Brasil fatalmente à bancarrota, pois já é insuportável o custo social da tirania dos juros elevados.

A desculpa apresentada é de que se trata de pagar o "preço da transição", de um regime de inflação alta para um de inflação reduzida.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores:

O tal "preço da transição" significa simplesmente que a moeda vai bem e o Brasil vai mal: um sofisma, uma heresia, insustentável até mesmo no curto prazo.

O presidente da Federação do Comércio do Distrito Federal afirma que "a situação é insuportável e o clima é de desespero": é, literalmente, uma questão de vida ou morte para empresas e trabalhadores, que não pode ser tratada por meras explicações teóricas de postulados econômicos que variam conforme o corpo de doutrina abraçado por cada um desses formuladores de política monetária.

A Economia não é um exercício neutro de cálculos matemáticos, estatísticos ou econométricos; a Economia é, antes de tudo, uma ciência social, originariamente denominada Economia Política; a Economia se destina a servir ao homem e não a se servir do homem, a explorá-lo, a escravizá-lo ou a negar sua dignidade.

O Programa de Governo que nos levou a dar apoio e a contribuir decisivamente para a eleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso não elegeu a recessão nem a estagnação nem, tampouco, a estagflação como instrumento de ação do Governo.

Estou convencido de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso não se deixará tornar refém nem de grevistas, nem de monetaristas, nem de recessionistas, nem de derrotistas.

Quando Ministro da Fazenda, o Presidente Fernando Henrique Cardoso soube perfeitamente separar o papel do político da tarefa do tecnocrata. Como Presidente da República certamente saberá tomar a decisão política adequada para não deixar a economia brasileira ser destruída por taxas de juros perversos.

A economia brasileira corre sérios riscos de desestabilização e de retorno da inflação por causa das taxas de juros elevadas.

Tenho a convicção de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso certamente tomará a decisão política adequada para livrar o Brasil da tirania das taxas de juros absurdas, determinando a imediata revisão da política de juros do Banco Central, a fim de que o Brasil possa trabalhar, possa produzir, gerar empregos e oferecer condições para que as novas gerações possam realizar o sonho brasileiro de grande nação.

É o meu pensamento.

Muito obrigado.

O SR. ERNANDES AMORIM (PDT-RO.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, trago, para o conhecimento da Casa, grave denúncia contra o Governador do meu Estado, Rondônia.

Noticiou o jornal *Diário da Amazônia*, no dia 6 do corrente, à página 3, que o Governador Waldir Raupp estaria disposto a ceder parte do território do Estado de Rondônia ao Estado do Acre com o intuito de encerrar a polêmica envolvendo os limites de Amazonas, Acre e Rondônia na região de Extrema.

O assunto, Sr^s e Srs. Senadores, encontra-se sob a égide do Poder Judiciário, nos processos de ações originárias 414-5 e 415-, no Supremo Tribunal Federal.

Diz o Procurador-Geral da República, na inicial da ACO 414-5:

"Tais divergências são notórias e do conhecimento nacional, porque, de uns tempos para cá, ganharam espaço em toda a imprensa do País. De modo particular, porém, elas vêm relatadas em documento firmado pelo Secretário-Geral do Ministério da Justiça, datado de 31 de agosto de 1989, documento esse constante do procedimento administrativo anexo (pág. 26/78) e que fica fazendo parte integrante desta petição.

Cabe ressaltar que, para dirimi-las, a Secretaria-Geral do hoje extinto Conselho de Segurança Nacional solicitou a contribuição do IBGE, ainda em 1980, cujas informações, em ofício de 1981, foram consideradas insatisfatórias e insuficientes para afastar todas as dúvidas em torno do problema. Tanto assim, que o próprio IBGE, por sua Diretoria de Geodésia e Cartografia, em ofício de 1982, houve por bem em deixar claro, no tocante aos limites do Acre e Rondônia, que:

"O limite em questão é de difícil definição, podendo, contudo, ser objeto de locação no terreno". (doc. cit., p.28).

Persistindo, pois, a dúvida, novo pedido de esclarecimento foi feito ao IBGE, pelo ofício nº 921/Sa. SC, em 27.10.82, onde se dizia, verbis:

"Os esclarecimentos prestados por V.Sa. embora precisos, não conseguiram dirimir a dúvida a respeito das coordenadas geográficas dos pontos em que a linha geodésica que, partindo das nascentes do Rio Javari até encontrar a confluência dos rios Mamoré e Beni para formar o Rio Madeira, servindo de limites entre o Estado do Acre com os Estados do Amazonas e Rondônia, corta a linha geodésica que limita os Estados do Amazonas e Rondônia e corta o rio Abunã na fronteira com a Bolívia".

Mas as partes interessadas não se mostravam muito dispostas a aceitar passivamente as conclusões do IBGE. Queriam colaborar e influir nas decisões. Formou-se, então, uma comissão com representantes das três unidades federadas para, junto com o IBGE, resolver a questão. Isto, já em 19.02.1986.

Várias foram as reuniões realizadas por essa Comissão no correr de 1986, sendo de ressaltar-se a insatisfação do Estado do Acre, manifestada durante a 7ª. reunião, quando foram registradas as atividades de campo desenvolvidas pelo IBGE até aquele momento, estando seu protesto formulado nos seguintes termos:

"1º) que levou o conhecimento, por escrito à direção do IBGE, da necessidade do rastreamento do Marco existente na foz do rio Abunã, oriundo do Tratado de Petrópolis, que pôs fim à guerra entre os Estados independentes do Acre e a República da Bolívia, além de serem omitidos, o que estabeleceu o art. 5º das Disposições Gerais e Transitórias da Constituição Federal de 1934. O Decreto Federal nº 5.188, de 07 de abril de 1904, e os elementos Constitutivos do *Uti Possidetis*, a ocupação, pela conquista, pela posse, pelo povoamento e pela exploração dos rios, bem assim a farta documentação real sobre a área.

2º) Deu-se prioridade ao tratado caduco de 1735 (Tratado de Madri) realizado entre Portugal e Espanha, com o único objetivo de ser projetada a pretensa Linha Cunha Gomes, quando os limites do Acre com a Bolívia e o Peru foram materializados em 1903 e 1909 em defi-

nitivo, tendo início na foz do Rio Abunã até a cidade de Assis Brasil e, dali, até o Marco do Javari, com a República do Peru. E assim sendo o não rastreamento do Marco Internacional da Foz do Abunã, onde começa o Estado do Acre, causa espécie e, o Acre não concorda. O Acre espera e o seu povo anseia que o IBGE, no presente, repare o erro do passado, pois, ao elaborar o Mapa do Acre não levou em consideração o Tratado de Petrópolis, o Decreto nº 5.188, a ocupação secular e a própria Constituição de 1934". (Doc. cit., págs.28/29).

Dos Trabalhos Técnicos do IBGE.

Os trabalhos técnicos jamais obtiveram, em toda a sua plenitude, o consenso das partes quanto às suas conclusões, conforme registra o Diretor de Geociências em nota técnica da diretoria, datada de 20 de novembro de 1987, especialmente em suas considerações finais, *verbis*:

"Cumprir destacar que das atividades desenvolvidas pelo IBGE perdura uma pendência, relativa às divisas entre os Estados do Amazonas e do Acre, quanto ao abandono da linha geodésica Beni-Javari e adoção de uma poligonal que considere em território acreano as cidades de Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Tarauacá e Feijó. Em parte, os pontos determinados pelo IBGE e aceitos pelos representantes dos Estados, atendem à regularização dos limites constituindo exceção a falta de um entendimento quanto à passagem dos limites nas vizinhanças de Cruzeiro do Sul e Feijó. Conforme acordado em reuniões com representantes, o IBGE se propõe a determinar as coordenadas dos novos marcos, tão logo os governos dos Estados comuniquem a solução consensual.

Atento ao escopo do convênio firmado, essa nota técnica sumaria os elementos essenciais à análise das demandas fronteiriças, cabendo destacar que as mesmas podem ser agrupadas segundo interesses bilaterais, caso dos Estados do Amazonas e do Acre, ou multilaterais, diante da pretensão acreana que atinge os limites fixados na legislação vigente, dos três Estados envolvidos.

No Estreito cumprimento dos termos conveniados, procedeu-se aos levantamentos geodésicos e mapeamentos que informam a situação explicitada em diplomas legais e a ocupação atual da área. Em caráter complementar ao previsto no convênio, procedeu-se a uma pesquisa geográfica quanto à estrutura espacial da ocupação humana. Tais pesquisas objetivaram gerar informações complementares quanto aos movimentos sociais e econômicos, em princípio necessários à tomada de decisões por parte dos Senhores Representantes dos Estados e outras autoridades quanto às divisas de direito ou de fato". (Fls. 88/99).

Ademais a propositura da União foi originada do aviso ministerial nº 00380, de 04 de dezembro de 1989, do então Ministro Saulo Ramos, eis que resultada "frustrada a tentativa do Governo" de solucionar o assunto "mediante juízo arbitral".

Sustenta o Estado de Rondônia, por intermédio de seu advogado, que:

"A questão demandada, qual seja as alegadas dúvidas acerca das linhas de divisas entre o Estado do Acre, de Rondônia e do Amazonas, foi objeto de levantamento e laudo pericial elaborado pelo IBGE, fundação criada pelo Decreto-Lei nº 161, de 13/02/67, encarrega-

do especificamente de coordenar "as atividades do sistema estatístico nacional, bem como os de natureza geográficas e cartográficas, realizando levantamentos e estudos naqueles campos". (Art. 1º).

Assim, o mencionado documento que instrui o processo, sob o ponto de vista técnico, ilidiu as dúvidas anteriormente tidas como existente, e foi objeto de homologação pela Assembleia Nacional Constituinte, na forma do art. 5º, § 12, do A.D.C.T..

Desta forma não seria razoável supor que pudessem outros órgãos de engenharia promover o levantamento das mesmas linhas e concluir diferentemente da conclusão extraída pelo IBGE no mencionado documento."

Os documentos existentes nos autos, as conclusões técnicas evidenciam que o território em litígio pertence ao Estado de Rondônia.

Ora, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a confirmação da presença, no próximo sábado, dia 09 do corrente, do Governador Waldir Raupp, em Extrema, pela parte da manhã e em Nova Califórnia, na parte da tarde, para formalizar um acordo que contraria os interesses do povo e da gente de Rondônia, evidencia a irresponsabilidade do nosso Governador.

Senador eleito por Rondônia, não posso concordar com a perda da soberania do meu Estado.

O Governador desonra o Estado que deveria defender.

O Governador pode capitular.

Eu não vou capitular.

O povo não concordará com essa prevaricação, eis a razão por que estou recorrendo ao Ministério Público para impedir que Rondônia perca parte do seu território.

Quem vai decidir esta questão é o Supremo Tribunal Federal, sob cuja responsabilidade tramitam as ações que, por decisão do próprio Poder Judiciário, foram apensadas por tratarem de assuntos correlatos.

Como pode um governador, em matéria tão delicada, ultrapassar o Poder Judiciário representado na lide por sua mais alta Corte? Como ficará a independência do Poder Judiciário, já que é certa uma decisão a favor de Rondônia?

Vamos aguardar a decisão do Supremo Tribunal Federal. Espero, pois, como Senador eleito para representar o meu Estado, que o Governador, num ato de bom senso e de equilíbrio, reveja sua posição e aguarde a decisão final da Justiça.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB-GO.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, em elogiável iniciativa, o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS divulgou as Resoluções de números 178, de 28 de abril de 1995, que "aprova o Programa de Atendimento Habitacional através do Poder Público – Pró-morada" e 179, do mesmo dia, mês e ano, que "aprova o Programa de Saneamento – Pró-saneamento".

Sancionado pelo Ministro Paulo Paiva, titular da Pasta do Trabalho e Presidente daquele Conselho, o primeiro desses atos tem por finalidade o apoio dos poderes públicos – certamente aqueles das jurisdições estaduais e municipais – "no desenvolvimento de ações integradas e articuladas com outras políticas setoriais", que venham a resultar na promoção da qualidade de vida das famílias pobres, nas vertentes de "soluções habitacionais, da regularização fundiária e da urbanização de áreas".

Nessa conformidade, as operações do Programa pretendem incentivar a "produção e aquisição de lotes urbanizados; a construção, aquisição, conclusão e melhoria de unidades habitacionais; a recuperação de áreas degradadas para uso habitacional, compreendendo ações de urbanização fundiária de áreas ocupadas". Para tanto, fixa entre as suas diretrizes a de compatibilizar essas ações com as políticas governamentais de cada setor, especialmente dirigidas "para o atendimento da população carente" das áreas identificadas pelo Programa Comunidade Solidária; a de que se venha a enquadrar o projeto no Plano Diretor Municipal, ou semelhante, e nos Planos Setoriais de Desenvolvimento Urbano das regiões, dos Estados e da União; a de atender, de modo específico, as populações das cidades, em áreas onde predominem os "segmentos populacionais de baixa renda"; a de utilizarem-se preferencialmente os vazios urbanos, nos quais existam infra-estrutura e equipamentos, com isso promovendo a redução dos investimentos e o maior uso da malha urbana já implantada.

Incluem-se, ainda, entre as diretrizes do Pró-moradia a aplicação de tecnologias que produzam "ganhos de eficiência e redução de custos"; a utilização das micro, pequenas e médias empresas locais; e a implantação, quando economicamente viável, "de soluções que tornem o empreendimento acessível às pessoas portadoras de deficiência".

A Resolução 178 institui os pré-requisitos básicos para a contratação de recursos por intermédio do Programa, inclusive quanto às exigências de preservação do meio ambiente na área a ser utilizada e no seu entorno. Obedecidos esses, assim como observadas a política urbana federal e as anunciadas diretrizes e condições operacionais, serão habilitadas as propostas que tenham como objetivo o atendimento das populações de áreas sujeitas a desmoronamentos, inundações, processos de erosão do solo, poluição de mananciais e outros fatores de degradação ambiental, que importem em risco para a saúde ou mesmo à vida dos integrantes da comunidade.

Igual sorte será reservada às operações que objetivam atender às populações de áreas sujeitas a doenças endêmicas ou onde se concentram elevados índices de mortalidade infantil; que ofereçam maior contrapartida; que tenham previsto a permanência dos beneficiários finais, antigos ocupantes da área do projeto, ou que exijam menor remanejamento para outros espaços; que regularizem o uso e a ocupação da área; que requeiram maior investimento em infra-estrutura e equipamentos comunitários, na hipótese de intervenções em áreas desocupadas; que sejam executadas em áreas já financiadas com recursos do FGTS, nessa mesma hipótese; e que ostentem a melhor relação entre custo e especificações por metro quadrado de edificação.

Já o Programa a que se refere a Resolução 179, Pró-saneamento, tem por fim acrescer "a cobertura de serviços e abastecimento de água e esgotamento sanitário", e de servir de suporte "às ações de saneamento integrado para a população de baixa renda, alvo dos programas do FGTS, bem como a melhoria da eficiência e eficácia dos agentes prestadores de serviços".

Assim, o Pró-saneamento atenderá às áreas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, apoiando também os setores de Saneamento Integrado – Prosanear e de Desenvolvimento Institucional – DI. As duas primeiras finalidades, os adiantamentos circunscrevem-se "a empreendimentos financiados por agências multilaterais de crédito", limitados à metade do valor da contrapartida nacional, e objetivando a conclusão de empreendimentos que importem em benefícios imediatos para a população-alvo.

Como se vê, Srs. Senadores, as portarias do Conselho Curador do FGTS inscrevem-se entre aquelas iniciativas governamen-

tais que encontram recepção unânime do corpo social, quando pretendem, estatuidos consequência válida e proveitosa aos recursos amealhados pelos trabalhadores, investir na melhoria do baixíssimo padrão de sobrevivência das populações desfavorecidas.

Basta ver a recente tragédia da Capital baiana, onde as chuvas fizeram desmoronar, em deslizamentos sucessivos, as encostas dos morros, arrastando na queda os barracos que abrigavam homens, mulheres e numerosas crianças, produzindo cerca de cinco mil desabrigados e dezenas de vítimas fatais. Esse tipo de acidente, que pode ser evitado, repete-se com regular frequência em todos os cantos do País, deixando um rastro de tristeza e dor para as famílias compelidas a viver em situações de risco.

Existissem há muito tempo os Programas, sem dúvida estariam reduzidos os números contundentes dos desabamentos de Salvador. Em todo o Brasil, como se viu há pouco, áreas residenciais desse tipo, por igual submetidas a condições perigosas, seriam as tributárias naturais da ação preventiva do Governo e, quem sabe, ter-se-ia evitado esse novo drama, de tão grande e grave repercussão.

No entanto, se por suas finalidades os Programas só merecem aplausos, não podem remanescer sem reparo os critérios que afinal vieram a ser adotados pelo Conselho Curador, quando da fixação dos percentuais de recursos do FGTS destinados à execução dos projetos. Pois não é que, também nessa oportunidade, a autoridade pública termina recaído no antigo vício de privilegiar as regiões, ou os Estados, mais desenvolvidos, em detrimento daqueles outros que lutam para alcançar um futuro de maior progresso?

O quadro informativo da Programação de Contratações, conforme previsão do Orçamento do FGTS pra 1995, consigna, por exemplo, para a região Centro-Oeste, a verba total de não mais que 10 milhões e 15 mil reais, no período compreendido entre os meses de julho e dezembro. Não há explicação para o fato inaceitável de o Estado de Goiás estar nele contemplado com 1 milhão e 702 mil reais, enquanto o Distrito Federal é beneficiado com 6 milhões e 98 mil reais.

Quais as razões determinantes de o Sudeste receber 47 milhões e 426 mil reais, em contraste com as dotações reservadas ao Centro-Oeste? Que argumentos sustentam a opção, aí implícita, para que essa Região venha a usufruir de tão-somente menos de 5 por cento do total de 243 milhões e 387 mil reais a serem aplicados?

Decreto, a esta altura, o Ministro Paulo Paiva, revendo os termos das portarias em comento, estará discutindo, com os demais membros do Conselho Curador do FGTS, as fórmulas mais aceitáveis para a distribuição dos recursos que se vão investir nos Programas.

Pois se o aporte migratório dos deserdados e a existência de pobreza são fenômenos comuns às grandes cidades brasileiras, a apontada discriminação ao meu Estado reveste critérios intoleráveis. Assim, não se revendo os critérios de distribuição dos recursos do FGTS, como ora se propõe, estar-se-á contrariando a política de desconcentração populacional das metrópoles e frustrando, de forma irremediável, todo o alto objetivo dos Programas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ODACIR SOARES (PFL - RO.) – Senhor Presidente, Senhores Senadores, pela segunda vez, neste ano, volta a se reunir a bancada parlamentar da Amazônia Legal. desta feita, o encontro deu-se em Porto Velho, nos dias 3 e 4 recém-transcorridos.

Há certos eventos, Senhor Presidente, cuja avaliação há de ser encetada, preliminarmente, pela abordagem dos significados e do alcance que eles lograram exprimir.

No caso do Encontro de Porto Velho, o que, segundo meu entendimento, ganhou maior relevo foi, em primeiro lugar, o aprofundamento da consciência regional, nos Parlamentares amazônicos.

A par dessa tomada de consciência, e tão relevante quanto ela, foi a percepção generalizada da necessidade de integrar a Amazônia ao Brasil e o Brasil à Amazônia, mediante medidas concretas inseridas em projetos de envergadura global.

Daí, a descoberta de que a estratégia mais indicada para situar os anseios e os desafios da Amazônia em posição privilegiada na pauta das grandes prioridades nacionais é apresentá-los como expressão de uma política desejável de desenvolvimento regional, de tal forma integrada ao projeto global de desenvolvimento brasileiro, que se torne impossível cogitar de uma sem dar atendimento à outra e vice-versa.

Noutras palavras, ao lutar para ser ouvida e para ver devidamente considerados seus desafios e potencialidades, a Amazônia amadureceu na consciência de que, se ela for acatada, e não excluída, como prioridade nacional, quem muito tem a ganhar, mais do que a própria região, será o Brasil em seu todo, e os brasileiros em sua totalidade.

Foi, pois, dentro dessas linhas de percepção que a bancada parlamentar da Amazônia Legal trabalhou infatigável e frutiferamente, nos dias 3 e 4 do corrente, em Porto Velho.

É verdade que o sucesso do Encontro foi decisivamente favorecido pela expressividade dos participantes que a ele acorreram – os Ministros de Estado da Justiça, Nelson Jobim, e dos Transportes, Odacir Klein, os Governadores dos Estados do Acre e de Rondônia, os Vice-Governadores de Roraima e Mato Grosso, os 14 Senadores e 40 Deputados Federais, integrantes da bancada parlamentar amazônica, sem deixar de mencionar, evidentemente, os representantes dos Ministros da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, do Meio Ambiente e da Amazônia, da Saúde, assim como das agências de desenvolvimento regional (Sufama, BNDES, BASA) e representações da Eletronorte, do DNER, da Caixa Econômica Federal e do Inbra, sendo de ressaltar, por último e obviamente, a participação maciça e atuante das autoridades governamentais de Rondônia, assim como de suas lideranças políticas, nas pessoas de seus Deputados Estaduais, inúmeros Prefeitos e Vereadores das comunidades interioranas.

Se tais presenças tanto concorreram para o brilho e sucesso do evento, a acolhida e hospedagem dos participantes, a organização impecável e o bom andamento dos trabalhos devem, de justiça, ser creditados ao Governador Waldyr Raupp e sua esposa Deputada Marinha Raupp, cabendo, também, menção especial ao Deputado Ildemar Kusler, que foi infatigável na mobilização e articulação da Bancada Parlamentar da Amazônia.

Deve-se registrar, por fim, como inestimável, a contribuição do Ministério da Aeronáutica que proporcionou o transporte de cerca de 90 participantes de Brasília para Porto Velho e de Porto Velho para Brasília, num Boeing 707.

No que tange, Senhor Presidente e senhores Senadores, aos trabalhos propriamente ditos, dois destaques logo se impõem: os pronunciamentos na Sessão de Abertura, feitos pelo Governador Waldyr Raupp, e pelos Ministros da Justiça e dos Transportes, assim como as manifestações e intervenções dos participantes, mais especificamente dos integrantes da Bancada Parlamentar da Amazônia Legal.

No que concerne ao pronunciamento do Governador Waldyr Raupp, feito na manhã do dia 3, assinala-se sua total afinação com aquela linha de percepção, vinculada na necessidade de integrar a Amazônia ao Brasil e o Brasil à Amazônia.

Com efeito, Sua Excelência foi enérgico e incisivo ao condenar o histórico abandono a que tem sido relegada, por sucessivos governos, a região amazônica. Disse textualmente o governador Raupp: "Não podemos mais silenciar ante o descaso e a indiferença com que nossa região sempre foi tratada. Regionalmente somos ricos e pujantes, muito mais do que qualquer outra região do Brasil e do Mundo".

Do Ministro Nelson Jobim, ouvimos as afirmativas e os compromissos de que: ainda neste mês, seria iniciado o processo demarcatório das áreas indígenas, que deverá ser iniciado nas terras tradicionalmente habitadas pelos silvícolas da Amazônia. Ouvimo-lo, também, assegurar sua expectativa de solução dos problemas de desencontro entre agências federais, tais como o INCRA, na promoção de assentamentos humanos, a FUNAI, na defesa dos espaços ocupados pelos silvícolas e o IBAMA no zelo pelas áreas de proteção ambiental. Procurou, ainda, sua Excelência, demonstrar-nos o empenho de seu ministério, no trato dos problemas do narcotráfico, sendo de destacar a ênfase toda especial, concentrada nas áreas de fronteiras da Amazônia.

Do Ministro Odacir Klein, tivemos declarações expressas de que o problema de falta de recursos para a reforma e ampliação da malha viária regional estaria sendo solucionada pela decisão de Sua Excelência o Sr. Presidente da República de repassar para o Ministério dos Transportes parte dos recursos provenientes da taxa sobre importações de petróleo, resultando dessa decisão o aporte de cerca de US\$ 36 a 40 milhões para a recuperação das rodovias.

Disse mais Sua Excelência, que dentre as alternativas em exame para a solução do problema viário, a privatização só é válida para a região Sul e Sudoeste: a cobrança de pedágio, para a Região Centro-Oeste e Sudeste. Quanto à região Amazônica, a solução única e imprescindível é a da presença da União e de seus recursos substanciais.

Ao tecer consideração sobre os pleitos dos diversos Estados (Transamazônica, Cuiabá/Santarém, Manaus/Caracará/BV-8/Venezuela e ligação para o Pacífico), Sua Excelência chegou a quantificar, afirmando que o Governo Fernando Henrique Cardoso pretende investir entre US\$ 160 a 200 milhões na construção e recuperação de estradas na Amazônia, com ênfase – acentuou o Ministro – "no Estado do Governador Waldyr Raupp". Das manifestações dos representantes das agências de desenvolvimento: Sudam, Sufama, Basa, BNDES, resultou a conclusão de que era preciso atuação vigorosa na discussão do Orçamento de 1996, de sorte a assegurar o reforço de recursos não apenas para esses órgãos, mas, também, para instituições públicas federais de pesquisa e experimentação, sediadas na Amazônia, tais como Embrapa, Inpa, Museu Goeldi, Ceplac – instituições em fase de empobrecimento e até de decadência, que, no entanto, precisam ser revitalizadas, com fundamento na premissa de que sem a cobertura do conhecimento científico, pouco, muito pouco se poderá fazer no tocante ao incentivo e ao financiamento aos produtores rurais, seja na agricultura, pecuária e na atividade agroflorestal, seja na vinculada à agro-indústria.

Finalmente, quanto aos pronunciamentos e intervenções dos integrantes da Bancada Parlamentar da Amazônia é óbvio que elas foram múltiplas e representativas de enfoques regionais diversificados, peculiares e até dispersivos.

Daí, terem sido submetidas à tentativa de ordenamento, segundo sua convergência, para um destes planos de interesse:

a) o da Política Global de Desenvolvimento Regional para a Amazônia;

b) o das Recomendações para ações do Governo Federal de alta prioridade para a Região, tomando como referências as reivindicações abrangentes por Estado (propostas apresentadas pela Bancada de cada Estado);

c) o das sugestões estadualizadas, propostas pelos Parlamentares de cada Estado.

É evidente que muito me seduziria a possibilidade de comentar as propostas agrupadas em cada um dos planos de interesse acima referidos.

O tempo, porém, não m'ô permite, razão pela qual limitar-me-ei a enumerar as 16 propostas enquadradas no nível A, isto é – na Política Global de Desenvolvimento Regional para a Amazônia Legal:

I – reinclusão das emendas dos Parlamentares da Amazônia Legal, aprovadas pelo Congresso Nacional, relativas ao OGU/95 (Orçamento Geral da União) e cortadas em 90% (noventa por cento) pelo atual Ministro do Planejamento;

II – investimentos no Setor de Geração de Energia Elétrica e expansão de suas Redes de Transmissão e de Distribuição, em especial, para viabilização do Linhão Tucuruí;

III – recuperação da Malha Rodoviária já existente e investimentos na abertura de novas estradas;

IV – fortalecimento das Instituições Federais de Desenvolvimento e Pesquisa na Região, especialmente a Sudam; Suframa; Basa; INPA; Eletronorte; Embrapa e Museu Emílio Goeldi;

V – implantação efetiva do Levantamento Econômico – Ecológico e de mecanismos de incentivos a exploração e industrialização de produtos de manejo da Floresta Amazônica.

VI – manutenção dos incentivos fiscais da Suframa e a sua globalização na Região, com o término da separação da Amazônia (Occidental e Oriental);

VII – apresentação de um projeto global que busque a aplicação de uma Política de Desenvolvimento Integrado com o objetivo de nortear as ações da união e dos Estados na Amazônia.

VIII – implantação de um programa de fomento ao Eco-Turismo na região, promovendo a nível nacional e internacional, a importância desta indústria para a conservação ambiental da natureza e em especial a valorização da qualidade de vida dos habitantes da Floresta;

IX – autonomia dos Estados Amazônicos quanto ao gerenciamento fundiário de seus territórios.

X – implantação de uma Refinaria de Petróleo na Amazônia Oriental;

XI – Viabilização das hidrovias Teles Pires – Tapajós e Araguaia – Tocantins;

XII – Implantação da Rodovia que ligará a Amazônia ao Pacífico Transpacífica;

XIII – Implantação dos Projetos SIPAM e SIVAM e fortalecimento do Projeto Calha Norte.

XIV – Formação de um Grupo de Trabalho composto de Parlamentares da Bancada da Amazônia e de Técnicos do Ministério da Justiça, com o objetivo de dar publicidade às propostas de leis que dizem respeito à Amazônia, já em tramitação no Congresso e sugerir novas propostas de regulamentação de artigos ligados a temas importantes, tais, como áreas de fronteira, meio ambiente, questão indígena, mineração, etc.

XV – Garantir os direitos e tratamento isonômico dos funcionários públicos federais dos Extintos Territórios Federais.

Devo sublinhar, Sr. Presidente, que alguma das recomendações enquadradas seja no nível A, seja no nível B, ou constituíram

sugestões por mim apresentadas ao então Senador Fernando Henrique Cardoso, em 8 de setembro de 1994, em plena campanha em prol de sua candidatura à Presidência da República, na carta a ele endereçada, na qual eu solicitava ao ilustre candidato que as incorporasse ao seu Programa de Governo, ou foram sustentadas por mim em pronunciamentos recentes no Plenário desta Casa, e reiterados no Plenário do Encontro de Porto Velho.

É o caso da Implantação da Rodovia que ligará a Amazônia ao Pacífico – Transpacífica – reivindicada na citada carta, onde eram aduzidos entre outros, os seguintes fundamentos:

"Já que entre as inúmeras vantagens oferecidas pelo citado empreendimento destacam-se os benefícios que ele acarretará não apenas para o desenvolvimento dos Estados da Região Norte, mas também para a expansão do Comércio do Brasil, em seu todo, na direção dos portos e mercados do Pacífico, sobretudo os situados nos promissores países do Sudeste Asiático".

A definição de uma política regionalizada de assentamento fundiário para Amazônia Legal e implantação de um programa integrado de apoio e incentivos ao desenvolvimento agroindustrial, figurou também na citada carta, como primeira sugestão.

De fato, após ter lembrado ao candidato que a Amazônia Legal, depois do Nordeste, é a região onde se concentram as maiores fatias de terras cultiváveis, embora inexploradas do Brasil, apontava a Região como: "alvo possíveis de um amplo programa de reforma agrária que contemple igualmente projetos de assentamento e colonização públicos e privados nos termos do que prescreve o Estatuto da Terra e legislação agrária complementar".

Outra recomendação que tive a satisfação de apresentar e de ver aprovada no Plenário do Encontro de Porto Velho foi a referente à redivisão territorial da imensa região amazônica.

Na carta ao então Candidato Fernando Henrique Cardoso, a citada reivindicação foi assim concluída:

"Convencido de que a efetivação dessa medida há de constituir passo decisivo para a ocupação racional e efetiva do território amazônico, rogo a Vossa Excelência incluí-la em suas cogitações programáticas, determinando que sua assessoria se debruce sobre o rico acervo de subsídios recolhidos pela citada Comissão de Redivisão Territorial e Política Demográfica, buscando os caminhos da efetivação do que determinou o art. 12 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988, que assim dispõe:

"Art. 12 – Será criada dentro de noventa dias da promulgação da Constituição, Comissão de Estudos Territoriais com dez membros indicados pelo Congresso Nacional e cinco pelo Poder Executivo, com a finalidade de apresentar estudos sobre o território nacional e Amazônia Legal e em áreas pendentes de solução."

Por fim, as recomendações referentes a "Apresentação de um Projeto Global que busque a aplicação de uma Política de Desenvolvimento Integrado com o objetivo de nortear as ações da União e dos Estados na Amazônia", assim como às referentes à "Implantação dos Projetos Sipam e Sivam e fortalecimento do Projeto Calha Norte", obtiveram meu apoio integral e antecipado no discurso por mim proferido neste Plenário, versando sobre as controvérsias que envolvem o Sivam.

Hão de estar lembrados Vossas Excelências desta passagem do referido pronunciamento:

Para escoimar o SIVAM do risco de se transformar num "elefante branco", seria indispensável que o Governo o integrasse num macroprograma destinado a provocar impactos imediatos na qualidade de vida da população na frágil economia local da Amazônia, na frágil economia local e na precariedade dos recursos materiais e humanos com com que contam os órgãos e agências governamentais sediados na região, em detrimento da eficácia de suas ações."

Outrossim, não será descabido para os objetivos desta parte de meu pronunciamento, trazer à lembrança, de Vossas Excelências estas outras passagens do já citado pronunciamento:

"Conquanto aceite o Projeto como capacitado a adotar a Região Amazônica de certas pré-condições para a eclosão de um processo de desenvolvimento auto-sustentável, confiro-lhe, todavia um grau de prioridade enquadrável no médio prazo..."

"Para o curto prazo, considero de primeira urgência a captação de recursos direcionados para empreendimentos que constituam resposta imediata às demandas prementes da educação, da saúde, do saneamento básico, do bem-estar social, do transporte, da produção de energia, da produção de transporte, da produção de alimentos ou para quaisquer outros empreendimentos capazes de responder com a oferta de mais empregos para a sofrida população amazonense.

A menos que, concomitantemente à implantação da infra-estrutura eletro-eletrônica do Projeto SIVAM, o governo desencadeasse programas ágeis de investimentos consagrados à melhoria e modernização da infra-estrutura humana e material dos serviços públicos sediados na região, assim como à revitalização de sua economia e à promoção da melhoria da qualidade de vida da população amazônica, tudo isso integrado um projeto maior no qual o SIVAM estivesse inserido.

Neste particular, louvo o projeto Calha Norte que, entre sete objetivos básicos a ele consignados pelo Grupo de Trabalho Inter-ministerial que o formulou, nada menos do que quatro incorporam as preocupações que agora manifesto.

Na verdade, o Projeto propugna para a região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas estes quatro objetivos:

- Aumento da oferta de Serviços Básicos;
- Expansão da Infra-Estrutura Viária;
- Fortalecimento dos Órgãos Governamentais;
- Promoção da Assistência e Proteção às Populações.

E tenho notícias, senhor Presidente, de que tais objetivos vão sendo concretizados, a despeito da escassez de recursos alocados para tais fins."

Senhor Presidente, Senhores Senadores,

Até aqui, andei me esforçando para retratar, tanto quanto possível, o alcance atingido pelo II Encontro da Bancada Parlamentar da Amazônia, as idéias nele debatidas e as recomendações dele oriundas.

Posso ter omitido, involuntariamente, muitos lances importantes a ele vinculados, mas espero e acredito piamente que, do pouco que relatei, deve ter resultado uma percepção muito nítida

de que a Bancada Parlamentar Amazônica está solidamente imbuída do propósito de concorrer para que a Amazônia seja efetivamente integrada ao Brasil, e o Brasil a Amazônia.

Muito obrigado. — Senador Odacir Soares.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB-AL.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a conclusão da Adutora do Agreste, garantida pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, vai ter os recursos viabilizados pelo Ministério do Planejamento. Ontem tive a oportunidade de acompanhar o governador de Alagoas, Divaldo Suruagy, a uma audiência com o Ministro José Serra. O Ministro afirmou que a obra tem caráter de dupla prioridade uma vez que o Presidente da República resolveu concluir obras iniciadas em governos anteriores e, neste caso, a obra dará suporte à castigada região do Agreste para enfrentar, com dignidade, os próximos períodos de seca.

A nova Adutora já tem 70% dos trabalhos concluídos e ampliará em quatro vezes a oferta de água para os municípios de Arapiraca, São Brás, Campo Grande, Girau de Ponciano, Feira Grande e Lagoa da Canoa. Para esses municípios a oferta de água passa de 165 litros por segundo para uma vazão de 635 litros por segundo.

Felizmente o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso compreendeu a necessidade imperiosa da conclusão da Adutora do Agreste, garantindo a expansão urbana e econômica da região.

O Agreste alagoano, e sobretudo Arapiraca, não podem mais hipotecar ao abastecimento incerto e a expansão duvidosa de sua rede de água, seu futuro e todas as principais alternativas de desenvolvimento. Quantas indústrias, inclusive de bebidas, Arapiraca já perdeu, somente pela falta ou pelo precário abastecimento d'água? Quantos negócios não foram perdidos porque Arapiraca não pode oferecer um dos principais insumos básicos — a água?

O Presidente Fernando Henrique Cardoso decidiu garantir recursos para uma obra que já tem dois terços dos serviços concluídos. Só a incompetência do Governo passado pôde comprometer e atrasar uma obra que custa muito menos concluir do que deixar parada. Além do risco da perda de investimento, 260 mil pessoas dependem, diretamente, da sua conclusão. Só assim poderão superar a incerteza de trabalho e alívio, deixando de viver à mercê das chuvas.

Felizmente a decisão do Governo veio num ano de chuva regular em todo o Nordeste. Esperamos, e como esperamos, que essa decisão do Governo inicie e seja o marco de uma nova postura em relação ao Nordeste. Ou seja, o de se antecipar à emergência realizando obras, sobretudo obras de infra-estrutura hídrica, em anos de chuva regular.

O Governo sabe, como o sabem todos os técnicos, que são raros os anos de chuva regular no Nordeste. O Governo e seus técnicos sabem, e como sabem, que não há alternativa: ou se multiplicam a sede, assim que faltar chuva. Hoje, afinal, ainda se sofre de falta d'água quase às margens do São Francisco, um rio que despeja no mar, a cada segundo, mais de dois milhões de litros d'água.

Nossas esperanças são de que se viva, de fato, uma postura nova diante do Nordeste, pois só essa nova postura permitirá ao Nordeste e aos nordestinos conviver com o clima já que não é possível modificá-lo. No Nordeste, afinal, o que falta não é água, é política de água. Que a decisão de concluir a Adutora do Agreste seja de fato o início auspicioso de uma nova política para a região. Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) — A Presidência comunica ao Plenário que designou o Senador José Alves para representar o Senado Federal no Congresso Regional de Prefeitos (Nor-

deste do Brasil), a realizar-se nos próximos dias 8, 9 e 10 de junho, em Aracaju – Sergipe.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do Projeto de Lei da Câmara nº 225, de 1993 (nº 429/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o aproveitamento do excesso de contingente do Serviço Militar Inicial em órgãos federais responsáveis pelas ações de fiscalização e proteção de reservas florestais.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Na presente sessão terminou o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 1992 (nº 4.556/89, na Casa de origem), que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição da República, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 1992; e com os Projetos de Lei do Senado nºs 344, de 1991, e 19, de 1995.

O Projeto não recebeu emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 62, DE 1995

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Projeto de Resolução nº 62, de 1995, de iniciativa da Comissão Diretora, que cria a TV Senado e dá outras providências.

(Dependendo de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

– 2 –

OFÍCIO Nº S/27, DE 1995

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Ofício nº S/27, de 1995, através do qual o Banco Central encaminha solicitação do Governo do Estado da Paraíba para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado da Paraíba – LFTPB, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária do Estado, vencível no 2º semestre de 1995.

(Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

– 3 –

OFÍCIO Nº S/29, DE 1995

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Ofício nº S/29, de 1995, através do qual o Banco Central do Brasil encaminha solicitação do Governo do Estado do Mato Grosso para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do

Estado do Mato Grosso – LFTTE-MT, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária do Estado, vencível no 2º semestre de 1995.

(Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

– 4 –

OFÍCIO Nº S/30, DE 1995

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Ofício nº S/30, de 1995, através do qual o Banco Central encaminha solicitação do Governo do Estado da Bahia para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado da Bahia – LFTBA, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária do Estado, vencível no 2º semestre de 1995.

(Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

– 5 –

OFÍCIO Nº S/33, DE 1995

(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Ofício nº S/33, de 1995, através do qual o Presidente do Banco Central solicita a retificação da Resolução nº 94, de 1994.

(Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h09min.)

ATA DA 79ª SESSÃO, REALIZADA EM 6 DE JUNHO DE 1995

(Publicado no DCN (Seção II), de 7 de junho de 1995.)

RETIFICAÇÃO

Na página 9809, 2ª coluna, na fala do Presidente sobre o Projeto de Resolução nº 66, de 1995:

Onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portela) – Na presente sessão terminou o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 66, de 1995, de iniciativa da Comissão Temporária criada através do Requerimento nº 201, de 1995, que altera o Regimento Interno do Senador Federal.

O Projeto recebeu 54 emendas e vai àquela Comissão Temporária para exame das emendas.

Leia-se:

Na presente sessão terminou o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 66, de 1995, de iniciativa da Comissão Temporária criada através do Requerimento nº 201, de 1995, que altera o Regimento Interno do Senado Federal.

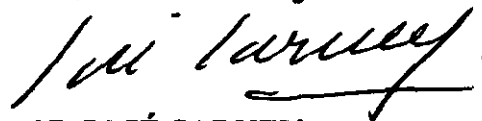
O Projeto recebeu 54 emendas, e, nos termos do art. 401, alínea a e b, do Regimento Interno, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para exame do projeto e das emendas e à Comissão Temporária, para exame das emendas.

ATO DO PRESIDENTE
Nº 287 , DE 1995

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 011.284/95-1,

R E S O L V E aposentar, voluntariamente, **CORACI BARROS DO NASCIMENTO**, Técnico Legislativo, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "c", e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas nos artigos 34, § 2º, e 37 da Resolução (SF) nº 42, de 1993; no artigo 1º da Resolução (SF) nº 74, de 1994, e nos artigos 2º e 3º da Medida Provisória nº 993, de 1995, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 07 de junho de 1995



SENADOR JOSÉ SARNEY
Presidente

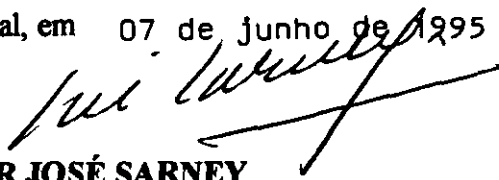
ATO DO PRESIDENTE
Nº 288 , DE 1995

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 010.577/95-9

R E S O L V E aposentar, voluntariamente, **RAIMUNDO NONATO DE LIMA**, Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo,

Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "c", e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas nos artigos 34, § 2º, e 37 da Resolução (SF) nº 42, de 1993; no artigo 1º da Resolução (SF) nº 74, de 1994, e nos artigos 2º e 3º da Medida Provisória nº 968, de 1995, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 07 de junho de 1995



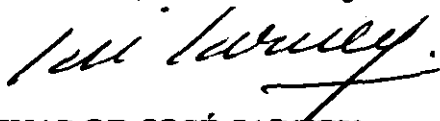
SENADOR JOSÉ SARNEY
Presidente

ATO DO PRESIDENTE
Nº 289 , DE 1995

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 007.273/95-9,

RESOLVE aposentar, por invalidez, **JULIÃO MOREIRA JUNCAL NETO**, Técnico Legislativo, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso I, § 1º, e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas na Resolução (SF) nº 77/92, e nos artigos 34, § 2º, e 37 da Resolução (SF) nº 42, de 1993, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 07 de junho de 1995



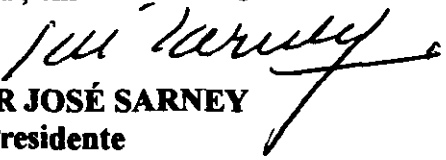
SENADOR JOSÉ SARNEY
Presidente

ATO DO PRESIDENTE
Nº 290 , DE 1995

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 010.377/95-6,

R E S O L V E manter aposentado, por invalidez, **ARISTHOTELES PEREIRA MADRUGA**, Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso I, § 1º, e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas no artigo 34, § 2º, da Resolução (SF) nº 42, de 1993; e nos artigos 1º, 3º e 12 da Resolução (SF) nº 74, de 1994, na forma determinada pelos artigos 2º, 3º e 4º da Medida Provisória nº 993, de 1995, com proventos integrais, a partir de 03 de maio de 1995, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 07 de junho de 1995


SENADOR JOSÉ SARNEY
Presidente

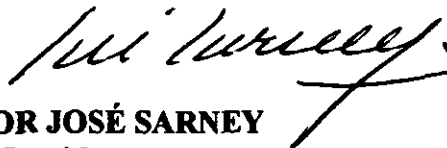
ATO DO PRESIDENTE
Nº 291 , DE 1995

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 010.513/95-7

R E S O L V E aposentar, voluntariamente, **MARIA DUARTE DO AMARAL**, Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo

Legislativo, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso III, alínea "c", e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas nos artigos 34, § 2º, e 37 da Resolução (SF) nº 42, de 1993; e no artigo 1º da Resolução (SF) nº 74, de 1994, na forma determinada pelos artigos 2º e 3º da Medida Provisória nº 968, de 1995, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 07 de junho de 1995



SENADOR JOSÉ SARNEY
Presidente

ATO DO PRESIDENTE
Nº 292 , DE 1995

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 010.453/95-4

R E S O L V E aposentar, por invalidez, **MARIA DE LOURDES RODRIGUES**, Técnico Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível II, Padrão 30, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os artigos 186, inciso I, § 1º, e 67, da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens previstas nos artigos 34, § 2º e 37 da Resolução (SF) nº 42, de 1993; no artigo 1º da Resolução (SF) nº 74, de 1994; e nos artigos 2º e 3º da Medida Provisória nº 993 de 1995, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 07 de junho de 1995



SENADOR JOSÉ SARNEY
Presidente

MESA

Presidente

José Sarney - PMDB - AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho - PSDB - AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos - PFL - MT

1º Secretário

Odacir Soares - PFL - RO

2º Secretário

Renan Calheiros - PMDB - AL

3º Secretário

Levy Dias - PPR - MS

4º Secretário

Ernandes Amorim - PDT - RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares - PP - SE

José Eduardo Dutra - PT - SE

Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR

Ney Suassuna - PMDB - PB

CORREGEDOR

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma - PL - SP

CORREGEDORES SUBSTITUTOS

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS

2º Senador Joel de Hollanda - PFL - PE

3º Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Elcio Alvares

Vice-Líderes

José Roberto Arruda

Vilson Kleinübing

Ramez Tebet

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvan Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL

Líder

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

LIDERANÇA DO PSDB

Líder

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPR

Líder

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDT

Líder

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PP

Líder

Bernardo Cabral

Vice-Líder

João França

LIDERANÇA DO PT

Líder

Eduardo Suplicy

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB

Líder

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PL

Líder

Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PPS

Líder

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB

Líder

Ademir Andrade

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente:

Vice-Presidente:

Titulares

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Elcio Alvares
2. Fancelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. Lúcio Alcântara
2. Pedro Piva

1. Epiácio Cafeteira

1. Emília Fernandes

1. Osmar Dias

1. Marina Silva

1. Darcy Ribeiro

PMDB

PFL

PSDB

PPR

PTB

PP

PT

PDT

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

Suplentes

1. Onofre Quinan
2. Gerrson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

1. Lucídio Portella

1. Arlindo Porto

1. Antônio Carlos Valadares

1. Lauro Campos

1. Sebastião Rocha

**SECRETARIA LEGISLATIVA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO (Ramais: 3490 - 3491)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO (Ramais: 4638 - 3492)

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-2441/42
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	7-HUGO NAPOLEÃO	PI- 1504/05
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO	
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
PEDRO PIVA	SP-2351/52	3-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15	2- ADEMIR ANDRADE*	PA -2101/02
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/120
ARLINDO PORTO	MG-2321/22	2-LUIZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PP			
JOÃO FRANÇA	RR-3067/3068	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
OSMAR DIAS	PR-2121/22	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PDY			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52

OBS: *ADEMIR ANDRADE(PSB) - VAGA CEDIDA PELO PT.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-4344
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
PEDRO SIMON	RS-3230/32	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
VAGO		7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOEL DE HOLANDA	PE-3197/99
VAGO		7-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
VAGO		4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
PPR			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	2-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04	1-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
OSMAR DIAS	PR-2121/27	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	2-LUÍZ ALBERTO OLIVEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB - PL - PPS			
VAGO		1-VAGO	

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÕES: 311-3652
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ARLINDO PORTO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PMDB

NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
VAGO		6-VAGO	

PFL

FREITAS NETO	PI-2131/2137	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
VAGO		6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-PEDRO PIVA	SP-2351/2353
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-GERALDO MELO	RN-2371/2377
VAGO		3-CARLOS WILSON	PE-2451/2457

PPR

LÚCIDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/2077
------------------	--------------	----------------------	--------------

PP

JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	1-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
---------------------	--------------	--------------	--------------

PDT

SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
-----------------	--------------	-----------------	--------------

PTB

ARLINDO PORTO	MG-2321/2322	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/2334
---------------	--------------	--------------------	--------------

PT

JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
--------------------	--------------	----------------	--------------

PSB

ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
----------------	--------------	--------	--

PL

ROMEU TUMA	SP-2051/2052	1-VAGO	
------------	--------------	--------	--

PPS

ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-VAGO	
----------------	--------------	--------	--

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3286 (FAX)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1378/1478	1-MAURO MIRANDA	GO-2091/97
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA -2191/97	2-BELLO PARGA	MA-3069/70
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PP			
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	1-ANTONIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04
PTB			
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB + PL + PPS			
ROMEU TUMA	SP-2051/57	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496/ 4777

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3546
FAX 311.3546

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES

SUPLENTE

PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-JADER BARBALHO	PA-3051/83
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	4-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
PPR			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/47	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PP			
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	1-ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2201/04
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/27
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4753/4018
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/07	1- VAGO	
PL			
ROMEU TUMA	SP-2051/57	1- VAGO	
PPS			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA:
311.3972/4609/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-4315
FAX: 311-4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
IRIS REZENDE	GO-2031/32	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	4-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/04	5-VAGO	
JADER BARBALHO	PA-2441/42	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-VAGO	
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
VAGO		6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/52	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
VAGO		4-VAGO	
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92	2-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
PP			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-OSMAR DIAS	PR-2111/12
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	2-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-ARLINDO PORTO	MG-2321/22
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	2-VALMIR CAMPELO	DF-1348/1248
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3121
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
(17 TITULARES E 09 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PMDB			
COUTINHO JORGE	PA-3050/1266	1-GILVAN BORGES	AP-2151-52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-NABOR JÚNIOR	AC-3227/28
FLAVIANO MELO	AC-3493/94		
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
PEDRO PIVA	SP-2351/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
PPR			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PP			
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SE-2202/02	1-JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
PTB			
LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PL / PPS			
vago			

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA
SALA Nº 15 - SUBSOLO
FAX: 311-1095

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**(SEÇÃO BRASILEIRA)**

(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN**Vice-Presidente:** Senador CASILDO MALDANER**Secretário-Geral:** Senador LÚDIO COELHO**Secretário-Geral Adjunto:** Deputado ROGÉRIO SILVA**SENADORES**

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Pedro Simon
Casildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleintbing		Joel de Hollanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPR	
Esperidião Amin		
	PTB	
Emília Fernandes		

PP

Osmar Dias

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos**DEPUTADOS****Titulares****Suplentes****Bloco Parlamentar PFL/PTB**

Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Montoro		Yeda Crusius
	PPR	
Júlio Redecker		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Mainardi

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Novas publicações

ELABORANDO A CONSTITUIÇÃO NACIONAL

Edição fac-similar da obra *Elaborando a Constituição Nacional*, de José Affonso Mendonça de Azevedo: atas da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto Constitucional de 1932/1933.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

FONTES DE INFORMAÇÕES SOBRE A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

Descrição dos acervos da Assembléia Nacional Constituinte de 1987.

Outros títulos

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL QUADRO COMPARATIVO

Texto de 1988 comparado às Constituições de 1946 e 1967 e à Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS – 1989

5 Volumes.

Textos das Constituições estaduais promulgadas em 1989; índice comparativo.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA

Comentários por João Barbalho U. C.

Edição fac-similar dos comentários à Constituição Federal de 1891.

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, ou de vale postal remetido à agência APT Senado (no valor total já estarão incluídos os acréscimos referentes à remessa pela ECT). Para solicitar catálogo de preços, escreva para

Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar. Cep 70165-900, Brasília – DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589. Fax.: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 -- Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências
- Dispositivos vetados e razões dos vetos
- Legislação correlata
- Índice temático

**À venda na Subsecretaria de
Edições Técnicas – Senado Federal,
Anexo I, 22º andar – Praça dos Três
Poderes, CEP 70160 – Brasília, DF –
Telefones 311-3578 e 311-3579.**

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

Novas Publicações

ELABORANDO A CONSTITUIÇÃO NACIONAL

Edição fac-similar da obra *Elaborando a Constituição Nacional*, de José Affonso Mendonça de Azevedo: atas da Subcomissão elaboradora do Anteprojeto Constitucional de 1932/1933.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar – 70165-900 – Brasília – DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e

321-7333 – Telex: (061) 1357...

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL

Outros títulos

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 119 – 120

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL QUADRO COMPARATIVO

Texto de 1988 comparado às Constituições de 1946 e 1967 e à Emenda Constitucional nº 1, de 1969.

CONSTITUIÇÕES ESTADUAIS – 1989

5 VOLUMES.

Textos das Constituições estaduais promulgadas em 1989, índice comparativo.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo I, 22º andar – 70165-900 – Brasília – DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e

321-7333 – Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 119 – julho/setembro 1993

Leia neste número:

Execução contra Pessoas Administrativas – Geraldo Ataliba

Processo e Justiça Eleitoral – Torquato Jardim

Novos Municípios – Adilson Abreu Dallari

Tutela Administrativa e Relações de Consumo – Álvaro Lazzarini

A Estrutura Institucional Definitiva do Mercosul: uma opinião – Werter R. Faria

Da Declaração de Inconstitucionalidade – Antonio Cezar Lima da Fonseca

A Proteção aos Direitos do Cidadão e o Acesso à Justiça – Luiz Antonio Soares Hentz

Propriedade Intelectual e Novas Tecnologias – Newton Paulo Teixeira dos Santos

A Lei Injusta e sua Inconstitucionalidade Substancial no Estado Democrático de Direito – Antônio Souza Prudente

Conceito de Crime Hediondo e o Equívoco da Lei nº 8.072/90 – João José Leal

O Regulamento no Sistema Jurídico Brasileiro – Vitor Rolf Laubé

A Prova Pericial e a Nova Redação do CPC – Ivan Lira de Carvalho

O Controle pelo Estado da Atividade Internacional das Empresas Privadas – José Carlos de Magalhães

Administração Pública na Constituição Federal – José de Castro Meira

Da Ultra-Atividade da Suspensão de Liminar em Writ – Élio Wanderley de Siqueira Filho

Jurisdição e Administração – Carlos Alberto de Oliveira

Ministério Público Junto aos Tribunais de Contas – Jorge Ulisses e Jacoby Fernandes

Prova Pericial: Inovações da Lei nº 8.455/92 – Rogério de Meneses Fialho Moreira

A Constituição de 1988 e o Tribunal de Contas – Jarbas Maranhão

Classificação dos Agentes Públicos: Reexame – Mário Bernardo Sesta

A Seguridade Social – José Luiz Quadros de Magalhães

Alterações Introduzidas na Lei nº 6.515/77 pela Constituição de 1988 –

Romero Marcelo da Fonseca Oliveira

Aspectos Fundamentais e Práticos das Sociedades Anônimas – Osvaldo Hamilton Tavares

Crimes de Abuso de Poder Econômico – Marcos Juruena Villela Souto

Os hermeneutas da Intransigência Desacumuladora – Corsíndio Monteiro da Silva

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT. Autorizo a remessa dos números 117 a 120 da Revista de Informação Legislativa para o endereço abaixo discriminado:

Nome.....
EndereçoCEP
Cidade UF Telefone Fax Telex
Data:/...../..... Assinatura:



EDIÇÃO DE HOJE: 128 PÁGINAS